



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANA BEATRIZ VILAR LESSA

**VALE QUANTO PESA: AMÓDIOS DE PESQUISA E NEOLIBERALISMO EM
UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

SÃO CRISTÓVÃO

2024

ANA BEATRIZ VILAR LESSA

**VALE QUANTO PESA: AMÓDIOS DE PESQUISA E NEOLIBERALISMO EM
UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Almeida Ferreri.

SÃO CRISTÓVÃO

2024

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

L638v	Lessa, Ana Beatriz Vilar Vale quanto pesa: amódios de pesquisa e neoliberalismo em um Programa de Educação Ambiental / Ana Beatriz Vilar Lessa ; orientador Marcelo de Almeida Ferreri. – São Cristóvão, SE, 2024. 160 f.; il. Dissertação (mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2024. 1. Psicologia. 2. Comunidades - Aspectos psicológicos. 3. Psicologia ambiental. 4. Neoliberalismo. 5. Reificação. 6. Meio ambiente - Sergipe. I. Ferreri, Marcelo de Almeida, orient. II. Título. CDU 159.922.2:502
-------	--

ANA BEATRIZ VILAR LESSA

**VALE QUANTO PESA: AMÓDIOS DE PESQUISA E NEOLIBERALISMO EM
UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Psicologia.

São Cristóvão, 26 de agosto de 2024.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcelo de Almeida Ferreri (Orientador)

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Dra. Gabriela Fernandes Feliciano Muruá (Examinadora)

Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dra. Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira (Examinadora)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Leomir Cardoso Hilário (Examinador)

Universidade Federal de Sergipe

Dedico este trabalho a todas as pessoas de comunidades tradicionais que lutam por seus territórios e pela preservação da vida.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas cruzaram meus caminhos nesses anos de mestrado. Se de alguma maneira, você contribuiu com este trabalho, fosse com um ato de acolhimento, com uma palavra amiga ou com uma ação direta para minha pesquisa, meu sincero obrigada.

Agradeço, mais uma vez, e em toda oportunidade, à minha família, que sempre me incentivou a ver nos estudos uma direção de luta e de liberdade. Em especial, agradeço ao meu pai, Jorge, e à minha mãe, Acácia, que me ensinaram o amor às letras e, desde nova, construíram espaços seguros em que eu pudesse desenvolver a curiosidade e a vontade de estudar e descobrir novos mundos.

A Leopoldo, por toda a paciência em todos os momentos que precisei de abrigo, pela escuta em todos os momentos que precisei desabafar, pelos incentivos em todos os momentos que estive cansada, pelas comemorações nos momentos de conquistas, por toda a parceria. Agradeço também à sua família, que me acolheu e se tornou família para mim também. A Oswaldo, que jamais poderá ler esses agradecimentos e, muito menos, entende-los, mas que sabe, em seu coração, todo o sentido do amor e que foi tão importante para mim nesse período.

Agradeço a Arci Gardênia e a Júlio Dantas, pelos cuidados e atenção em saúde, fundamentais para que eu pudesse concluir esse trabalho.

Meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas de comunidades tradicionais que me receberam em suas casas, que em algum momento me contaram suas histórias, que conversaram comigo. Em especial, agradeço imensamente às lideranças do Movimento das Marisqueiras de Sergipe; vocês estão em cada pedacinho deste trabalho.

Às pessoas que estiveram no Programa de Educação Ambiental enquanto eu estive lá, especialmente, às colegas do Projeto de Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras, que muito contribuíram para esta pesquisa.

Agradeço imensamente a meus professores e às minhas professoras que me formaram e fizeram eu chegar a esta ocasião da conclusão do mestrado. Sobretudo, agradeço a Marcelo Ferreri, por toda a atenção e cuidado. Ter uma relação de orientação calcada no respeito é o básico e eu tive a sorte de encontrar um orientador que traz consigo também bastante serenidade e delicadeza, qualidades que fizeram muita diferença em toda a minha estadia na Pós-Graduação.

Meu muito obrigada às minhas amizades, que me fortalecem e me animam e que, ultimamente, tiveram bastante compreensão em entender minha breve ausência e também me incentivaram muito com relação a esta conclusão. Agradeço às pessoas que estiveram comigo na Pós-Graduação, Mariza, Pedro, Cláudia, Gislei, Rosely e, em especial, a Bárbara e a Yasmim. Estamos juntas desde a graduação e entramos no mestrado também juntas e, para mim, é uma honra dividir angústias e conquistas com vocês.

Agradeço imensamente à banca examinadora, por toda a atenção e contribuições cuidadosas à minha pesquisa.

À FAPESSE pelo apoio recebido.

“Estamos lutando por hegemonia? Imagine!
Estamos lutando para não enlouquecer. Para não
falar besteira demais, para não contribuir com uma
gota de fel para o veneno alheio. Tomemos nossa
cicuta com tranquilidade”.

Maria da Conceição Tavares.

“Que a fé ‘tá na mulher

A fé ‘tá na cobra coral (...)

A fé ‘tá na maré”

Gilberto Gil.

RESUMO

O presente texto parte das experiências e caminhos tecidos pela pesquisadora em um Programa de Educação Ambiental, executado pela Empresa Petróleo Brasileiro S.A. e condicionante ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis para o Licenciamento Ambiental Federal. O referido programa se insere em um contexto de projetos de mitigação e compensação de impactos causados pela ação humana na exploração mineral. A metodologia utilizada é a cartografia, em que não há hipótese de pesquisa para ser testada, mas sim a abertura ao campo e aos novos elementos que a interseção com a presença da pesquisadora pode suscitar. Para a produção de registros, optou-se pela produção de diários de campo e, posteriormente, pelas “cartas ao orientador”, recurso narrativo que tem efeitos metodológicos próximos a diários de campo. Com base nas ferramentas e discussões da Análise Institucional, buscamos pensar desdobramentos da Política Nacional do Meio Ambiente, instituída em 1981, além da história e atuais aspectos dos protocolos para exploração e produção de petróleo e gás marítimo no Brasil e, em especial, na costa sergipana. Tensionamos as contradições existentes nos pressupostos de mitigação, compensação e do próprio Programa, pensando com elementos da teoria da reificação de Lukács. Além disso, pretende-se pensar de quais maneiras a política da intimidade construída com marisqueiras, diretamente vinculadas ao programa pelo Movimento das Marisqueiras de Sergipe, fomenta um outro modo de fazer *psi*, no encontro entre saberes nos territórios de vida destas mulheres. Ao fim, encontramos aspectos importantes que nos aponta para os caminhos possíveis de desreificação com os povos e comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Reificação; Desreificação; Compensação Ambiental; Comunidades Tradicionais.

RESUMEN

El presente texto parte de las experiencias y caminos desarrollados por la investigadora en un Programa de Educación Ambiental, ejecutado por la Empresa Petróleo Brasileiro S.A. y condicionado por el Instituto Brasileño del Medio Ambiente y de los Recursos Naturales Renovables para la Licencia Ambiental Federal. El programa mencionado se enmarca en un contexto de proyectos de mitigación y compensación de los impactos causados por la acción humana en la explotación minera. La metodología utilizada es la cartografía, en la que no hay una hipótesis de investigación que se deba probar, sino una apertura al campo y a los nuevos elementos que la intersección con la presencia de la investigadora puede suscitar. Para la producción de registros, se optó por la elaboración de diarios de campo y, posteriormente, por las ‘cartas al asesor’, recurso narrativo que tiene efectos metodológicos similares a los de los diarios de campo. Con base en las herramientas y discusiones del Análisis Institucional, buscamos reflexionar sobre los desarrollos de la Política Nacional del Medio Ambiente, establecida en 1981, así como sobre la historia y los aspectos actuales de los protocolos para la exploración y producción de petróleo y gas marítimo en Brasil y, en particular, en la costa de Sergipe. Tensionamos las contradicciones existentes en los supuestos de mitigación, compensación y del propio Programa, pensando con elementos de la teoría de la reificación de Lukács. Además, se pretende reflexionar sobre de qué maneras la política de la intimidad construida con las marisqueiras, directamente vinculadas al programa a través del Movimiento de las Marisqueiras de Sergipe, fomenta una forma diferente de hacer psi, en el encuentro entre saberes en los territorios de vida de estas mujeres. Al final, encontramos aspectos importantes que nos señalan los caminos posibles para la desreificación con los pueblos y comunidades tradicionales.

Palabras clave: Neoliberalismo; Reificación; Desreificación; Compensación Ambiental; Comunidades Tradicionales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Área de Abrangência do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras	48
Gráfico 1 – Composição do capital total da Petrobras	56
Fotografia 1 – Audiência pública sobre a pesca artesanal	59
Fotografia 2 – Almoço em casa de uma marisqueira	64
Fotografia 3 – Croa no rio Vaza-Barris	86
Fotografia 4 – Caldinho de maçunim	87
Fotografia 5 – Grupo no Congresso Brasileiro de Agroecologia	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil

AI – Análise Institucional

CF – Constituição Federal

CGPEG – Coordenação Geral de Petróleo e Gás

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

DSAP – Diagnóstico Socioambiental Participativo

DILIC – Diretoria de Licenciamento Ambiental

E&P – Exploração e Produção

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

LAF – Licenciamento Ambiental Federal

LI – Licença de Instalação

LO – Licença de Operação

LP – Licença Prévia

MMS – Movimento das Marisqueiras de Sergipe

PEA – Programa de Educação Ambiental

PEAC – Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras

Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

UFS – Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
CARTA A VOCÊ	12
1. TEORIAS E CIÊNCIAS: Percursos de pesquisa e pensamentos das andanças em comunidades tradicionais	20
1.1 Sobre a ciência, metodologias e suas repercussões	24
2. NOVAS FRONTEIRAS DO PETRÓLEO, AVANÇO DO CAPITAL E ZONAS DE SACRIFÍCIO: o progresso para quem?.....	37
2.1 Um pouco sobre os processos de licenciamento ambiental.....	46
2.2 Um pouco sobre a política nacional e sobre os novos rumos do petróleo.....	51
3. UMA TENTATIVA DE ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES	61
3.1 CARTA DOS AMÓDIOS	61
3.2 CARTA DAS ATUALIZAÇÕES.....	73
3.3 CARTA DOS ROMPIMENTOS.....	78
4. NA MARÉ E NA VIDA COM AS MARISQUEIRAS: Um outro tempo-espço, alguma (outra) Psicologia.....	80
4.1 CARTA DE COMO EU ME SINTO COM AS MARISQUEIRAS.....	81
4.2 CARTA DE REFLEXÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE DESREIFICAÇÃO	92
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

APRESENTAÇÃO

CARTA A VOCÊ

Aracaju, julho de 2024

Cara pessoa que inicia essa leitura,

Senti a necessidade em começar esse texto de dissertação com uma carta a você após duas interpelações sobre minha escolha de escrita. Explico: este primeiro capítulo e os dois que o seguem têm formato estético-estrutural mais convencional (dentro do universo acadêmico), em que discutiremos um pouco de elementos da legislação ambiental brasileira, o contexto da política brasileira quanto ao petróleo, a Análise Institucional (AI) como base teórica e os aspectos metodológicos que constituem este trabalho. Já os capítulos seguintes são compostos majoritariamente por cartas, com uma configuração próxima à desta e escritas para meu orientador. Ao longo do texto ficará mais explícito como as cartas apareceram e aqui firmaram lugar, ao que, com a banca de qualificação, passei a ouvir perguntas de o porquê iniciar a dissertação com tal escrita “acadêmica com A maiúsculo” ou mesmo qual a razão de usar terceira pessoa para me referir a mim mesma. Esta última decisão, em especial, é pouco comum na linha de pesquisa no Programa de Pós que estou e em pesquisas, ainda, com a proposição de realizar análise das implicações¹. Eis que agora, para a banca de defesa, trago a resposta: o medo construiu o ordenamento desta escrita. Ou melhor, um embate de medos.

Inicialmente me tomou conta o medo de como esta pesquisa seria recebida pela academia, por quem está na linha de frente da política ambiental e também pelas marisqueiras e comunitários que cruzaram meu caminho. Este, possivelmente, foi o meu maior temor durante o mestrado e, portanto, não pode ser ignorado. Nesta pesquisa, com as ferramentas da Análise Institucional, tentamos colocar em análise alguns modos de funcionamento – por vezes naturalizados – de um programa de educação ambiental. Repleto de contradições, que dizem de

¹ Ferramenta da Análise Institucional que será amplamente discutida no decorrer deste trabalho.

sua própria origem e finalidades, nele há frutos de atravessamentos e disputas entre intenções do capital (em parceria com o Estado) e de lutas populares. Há muito em jogo. Há as vidas das pessoas afetadas pelo avanço do progresso. Há a esperança da educação popular na produção de transformação social. Eis, então, que meu maior medo é que, ao colocar alguns destes aspectos em análise, pudesse desnudar questões caras para estes processos e para estas pessoas.

O que estes escritos podem gerar? Só o tempo poderá dizer. O que pode ser dito agora é sobre como o medo modulou esta dissertação. Alguns cuidados éticos foram tomados, em conversas com algumas pessoas de comunidades ou da academia e que são importantes apoiadores e atores no enfrentamento à destruição socioambiental. Contudo, segue aqui o medo em abrir para os inimigos (os agentes do capital e do progresso) elementos que possam fragilizar a luta popular ou a própria existência do programa, a qual carrega uma importante dimensão política.

Outro medo que me acompanhou foi, em detrimento do que relatei no parágrafo anterior, não conseguir colocar as questões que me apareciam em um campo de análises possível. Receio de paralisar e não conseguir produzir esta pesquisa. Este, ao menos em grande parte, foi dissipado com o desenrolar destes escritos e, principalmente, com a realização da banca de qualificação e aprovação do projeto de pesquisa. Além disso, não posso ignorar o frio na barriga que vem em falar de mim mesma, em me pensar e (às vezes) escrever sobre tópicos que revelam certas vulnerabilidades minhas. A maior parte desta tarefa se encaminha para a psicoterapia, mas há o tanto necessário de colocar em análise as minhas próprias cristalizações, as instituições e afetos que modulam minhas relações com o mundo e com essa pesquisa, para, assim, pôr em prática a análise do lugar institucional que ocupo ao longo desta pesquisa. Colocar-se em análise e, mais do que isso, colocar os próprios mundos em análise é sempre difícil.

O cenário de preocupações foi tamanho que esqueci (psicanalistas talvez brincassem que, por algum motivo, recalquei²) o primeiro título que pensei para a pesquisa quando comecei efetivamente a escrever o que hoje é este trabalho. Vivo pelos cantos ouvindo música, ou saídas de aparelhos tecnológicos ou da minha memória. Há muitos meses, entendi que gostaria de nomear meu texto com o título “Vale quanto pesa” e com um subtítulo que deixasse bastante explícito do que se trata a pesquisa. Entretanto, enquanto escrevia a parte Acadêmica que vem a seguir fiquei insegura quanto ao que estava produzindo. Por fim, esqueci da primeira ideia e acabei por dar ao projeto para a banca de qualificação o título “Uma análise das contradições

² O recalque se refere a uma operação de defesa do *ego* (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991).

por dentro de um programa de educação ambiental”. Tanto a avaliadora externa quanto o avaliador interno do Programa de Pós-Graduação levantaram questionamentos e críticas acerca da nomeação. Dias depois, peguei-me lembrando da música de Luiz Melodia que eu tanto amo e que tanto me lembra desta pesquisa. Provavelmente ele se referia a outra natureza de assuntos ao compor e musicar:

Quanto você ganha pra me enganar
 Quanto você paga para me ver sofrer
 É quanto você força pra me derreter
 Sou forte feito cobra coral
 Semente brota em qualquer local (MELODIA, 1973).

O fato é que desde o início desta pesquisa essa letra passou a ter um novo sentido para mim, me remetendo também à relação entre comunidades tradicionais e empresas poluidoras que precisam cumprir com as ações de mitigação e compensação. Esta dinâmica é chave para esta pesquisa e será debatida ao longo de todo o texto. Dito isto, não há outro título para esta dissertação, a não ser o da música mencionada: Vale quanto pesa. E aqui já deixarei as provocações, na esperança de que mais à frente façam sentido: qual é o peso? Quem valoriza e para quem? Por que valorizar e o que exatamente está sendo valorado?

O trabalho aqui desenvolvido nasceu após diversas tormentas do que é o encontro com o campo, assumiu diferentes formas ao longo da pesquisa, até chegar a esta, em que devido à escolha metodológica pela cartografia, não há uma pergunta de pesquisa que gere hipóteses a serem testadas. Há, porém, perguntas moventes, as quais produziram inquietações que me levaram a refletir acerca de como a política ambiental brasileira, no recorte de um Programa de Educação Ambiental (PEA), pode se tornar instrumento do neoliberalismo. Concomitantemente, há uma tentativa em entender como os atravessamentos da política neoliberal também afetam meu corpo de pesquisadora-mestranda-psicóloga em campo com comunidades tradicionais e inserida no PEA durante o tempo de mestrado.

No primeiro capítulo da dissertação, “Teorias e ciências: percursos de pesquisa e pensamentos das andanças em comunidades tradicionais” apresento o referencial teórico da Análise Institucional com que trabalhei e como este se associa à noção de reificação discutida por Lukács no campo em que estive. Além disso, emerge brevemente a discussão de como a

própria ciência e seu discurso pode ser perpassado por um processo reificante. Nesta seção também discorri sobre a cartografia enquanto método de pesquisa para as ciências humanas e como ela foi fundamental para a produção de um trabalho que nega a neutralidade, ao que produzimos uma articulação com a Análise Institucional, através da ideia de implicação.

No capítulo seguinte, “novas fronteiras do petróleo, avanço do capital e zonas de sacrifício: o progresso para quem?”, trouxe um pouco da história da política energética brasileira, com destaque para a produção de óleo e gás. Com esta exposição, pude observar, com outras pesquisas, como a criação de uma agência reguladora para o petróleo no Brasil esteve vinculada a um processo provocado pelo liberalismo econômico. Desta maneira, trouxe alguns dos impactos socioambientais a que as comunidades tradicionais estão suscetíveis devido à exploração petrolífera e aos impactos da acumulação de capital gerada na região. Em seguida, apresento a área de atuação do Programa de Educação Ambiental em que estive inserida e explico um pouco a que se propõe um PEA. Por fim, você encontrará uma tentativa de atualização do cenário energético brasileiro para óleo e gás, em articulação com a noção de desenvolvimentismo.

No terceiro capítulo, por meio de três cartas, realizei uma tentativa de análise das implicações, ao passo que descrevi meu encontro com o Programa de Educação Ambiental, com o campo, os choques produzidos e as movimentações afetivas despertadas. Nesse ínterim, apareceram diversas contradições de como é estar em campo com comunidades tradicionais para mitigar impactos socioambientais, ao mesmo tempo em que fazia parte da burocracia que possibilita o licenciamento ambiental e, portanto, a exploração de óleo e gás e geração destes mesmos impactos.

No capítulo “Na maré e na vida com as marisqueiras: um outro tempo-espço, alguma (outra) Psicologia” tratei em uma carta sobre como é conviver com as marisqueiras, parte que em mim produzia bastante alegria e que dava ânimo para o trabalho. Logo após, tratei em como há aspectos dos modos de vida tradicionais que parecem escapar da economia clássica e da ideia de utilidade e, portanto, podem compreender importantes pistas sobre possibilidades de desreificação das relações. Por fim, nas “Considerações finais”, revisei não apenas a imagem de uma possível desreificação, mas também como a aliança entre Estado e capitalismo produzem as zonas de sacrifício, alicerçadas no Racismo Ambiental.

Assim, esta é uma pesquisa desenhada por contradições, não de maneira propriamente voluntária, mas pelos caminhos que o encontro com o campo produziu. Por isto, é um trabalho

permeado por muitas dificuldades de enunciação e em se formular algumas questões. Tal contexto despertou diversas emoções e sentidos durante minha experiência de bolsista de pesquisa e extensão no mestrado, os quais me levaram a momentos ora de enorme felicidade e realização quanto ao que estava vivendo e fazendo parte, ora me fazendo ter sentimentos ruins e difíceis. A fim de abranger esta montanha russa afetiva que tanto perpassou esta pesquisa, lanço mão do neologismo amódio. Cunhado por Lacan na década de 70, o termo *heinamoration*, junção de *haine* (ódio) e *énamoration* (enamoramento) foi traduzido para o português como amódio, em que o amor completa uma falha e o ódio a faz reaparecer (JORGE, 2010). Para este trabalho, não nos aprofundaremos em tais aspectos lacanianos, mas quis me ater ao neologismo em sua ênfase de como amor e ódio se constituem com relação a um objeto de desejo – neste caso, o mestrado e a pesquisa. Os amódios de pesquisa dizem um pouco sobre como é habitar e se ver nas contradições do percurso que trago nas correspondências que fazem parte destes escritos.

As cartas vieram como um recurso para romper um pouco com alguns desses impasses e acabaram por ser uma grata surpresa nesta dissertação. Elas apareceram em um primeiro momento como uma maneira de conseguir falar sobre assuntos delicados e um pouco doídos, já que meu orientador havia pedido que eu falasse sobre os campos e eu não conseguia escrever nada. Com o tempo, as cartas passaram a ser uma ferramenta importante de enunciação e de análise neste trabalho. Por que, então, eu não poderia ter seguido apenas com elas? Hoje, já prestes a finalizar o mestrado, possivelmente eu conseguisse optar por esse caminho. Há não tantos meses atrás, porém, as inseguranças eram muito maiores. Como eu já disse, eu tinha medo de como esse trabalho seria recebido pela academia, mas, principalmente, eu tinha receio de se eu poderia falar sobre as coisas que eu trago aqui do meu encontro com os campos de pesquisa.

Aqui, neste trabalho, tendo como base a Socioanálise, que receberá maiores explicações adiante, meu campo de intervenção se constituiu por dentro de um Programa de Educação Ambiental, o Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras de Sergipe (PEAC), o qual tem como finalidade operar atividades de mitigação e acompanhar a execução de compensações. O PEAC tem cinco projetos e eu estou incluída como bolsista de mestrado (até o mês de agosto, quando acabo a pesquisa e sou desligada do programa) no Projeto de Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras de Sergipe, onde pude tecer importantes relações com representantes do Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS).

O que eu gostaria de primeiro expressar de maneira mais objetiva aqui é que o projeto que faço parte aparecerá com maior frequência nos registros de pesquisa, mas todo o programa se desenhou como campo de intervenção neste trabalho. Apesar de ser realizado por uma universidade, há diversos elementos (que apareceram a mim de maneira mais direta em vários momentos e em outros, nas entrelinhas) que me sugeriam não ser bem vinda uma pesquisa que falasse sobre os modos de funcionamento e suas questões no PEA.

Contextualizar a política ambiental brasileira para pensar os atravessamentos do capital e de Estado foi fundamental para refletir sobre a produção de reificação no programa de educação ambiental e no próprio fazer ciência como discente de uma pós-graduação, temas muito caros para esta pesquisa. Assim, dar a forma de uma produção acadêmica mais convencional para os assuntos políticos parecia a maneira de tentar blindar a pesquisa a indagações ou mesmo acusações de impensada ou precipitada. Por isso, você provavelmente sentirá uma diferença de estilos de escrita ao longo do texto e eles permaneceram no trabalho por se manifestarem enquanto sintomas das incertezas e inseguranças com que tivemos (eu e meu orientador) que lidar ao longo do último um ano e meio e que foram produzidas pelos entrecruzamentos do jogo de forças que encontrei em campo.

Dito isto, preciso apresentar com um pouco mais do que se tratam as ponderações traçadas na pesquisa e em quais ideias estão fincadas. Peço licença para um empréstimo de algumas noções debatidas por Lukács, para pensar os processos de compensação ambiental que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) obriga a Petrobras a cumprir junto às comunidades. Este contexto se desenha em um cenário de exploração de óleo e gás na costa sergipana, acompanhado do avanço do capital e produção de vários impactos ambientais, que por vezes desmantelam os modos de vida nas comunidades tradicionais. As negociações entre regiões e povos a serem compensados e empresa poluidora são feitas, com o auxílio técnico do PEA, entre um grupo de representantes (eleitos) das comunidades, em um projeto do Programa chamado Conselho Gestor, e funcionários da referida petroleira. Prontos para tentar conseguir alguns benefícios para suas comunidades, frente a toda a degradação, comumente o que estas lideranças comunitárias conquistam para seus territórios são construção de associações ou a realização de cursos profissionalizantes. Ainda assim, estas conquistas requerem muitas burocracias e procedimentos cansativos para os conselheiros e conselheiras e às vezes demoram anos entre operacionalização e entrega das compensações.

Neste trabalho, acompanhamos a linha de pensamento de que “é somente por exceder a quantidade necessária ao consumo que os valores de uso deixam de ser valores de uso e se

tornam meios de troca, mercadorias” (LUKÁCS, 2018, p. 195). A partir desta discussão, apontamos para um possível processo de reificação levado às comunidades tradicionais com as políticas de licenciamento para exploração de petróleo e gás. Na medida em que as lideranças dos povos passam para uma lógica do cálculo, em função de aspectos da negociação de compensações com a empresa poluidora, parece haver um processo de valoração das perdas dos modos de vida por uma racionalidade atravessada pela máquina pública. Enquanto isso, a mineração e a acumulação do capital produzem uma expropriação dos modos de vida tradicionais, com a destruição socioambiental e transformam os recursos naturais em *commodities*³. Destacamos aqui o pensamento de Lukács acerca de processos de mecanicização de processos de trabalho, para provocar se é possível transpor para as atividades burocráticas com as comunidades tradicionais neste caminho citado, em que:

É absolutamente necessário que a sociedade aprenda a satisfazer todas as suas necessidades sob a forma de troca de mercadorias. A separação do produtor dos seus meios de produção, a dissolução e a desagregação de todas as unidades originais de produção etc., todas as condições econômicas e sociais do nascimento do capitalismo moderno agem nesse sentido: substituir por relações racionalmente reificadas as relações originais em que eram mais transparentes as relações humanas (LUKÁCS, 2018, p. 207).

Consideramos ainda que, para esta pesquisa, faz-se necessária uma análise das implicações, que se inicia no papel de bolsista de mestrado, com atividades em pesquisa e extensão, e transita para o funcionamento e a burocratização do Programa de Educação Ambiental. Pautado em uma contradição, dado sua execução a partir da educação ambiental crítica, com vistas a produção de autonomia do público alvo, o PEA, executado pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), também possibilita a realização do licenciamento ambiental e da exploração dos recursos naturais. Lourau (2004b, p. 55) ao tratar das universidades, provoca para a possibilidade de que “fenômenos de compensação⁴, de idealização, de sublimação das coações e de sobre-repressão alimentam o funcionamento

³ O termo se refere a produtos que têm origens minerais ou agropecuárias e são matérias-primas para a produção de mercadorias. Cada tipo de *commodity* tem aspectos semelhantes, sem grandes variações por local de produção e seu preço é dado pela oferta e procura internacional, de maneira que seus valores e transações podem ser feitos nas bolsas de valores. São exemplos de *commodities*: soja, café, petróleo, minério de ferro, alumínio, dentre outras.

⁴ O termo utilizado por Lourau não deve ser entendido da mesma maneira que a compensação ambiental mencionada neste estudo.

informal das instituições mais burocratizadas”. Assim, entendemos este ser um processo importante para uma atividade ético-política que busca provocar a manifestação de alguns não-ditos de processos de institucionalização.

Por fim (e por ora) para este trabalho, também lançando mão de análises de implicações, procuramos discutir e pensar os nossos encontros com as lideranças do MMS, a partir das minhas experiências em campo. Entremeadas por uma política da intimidade (NASCIMENTO, 2023), as relações tecidas durante esta pesquisa, entre marisqueiras e eu (psicóloga pós-graduanda em pesquisa e extensão), nos trazem fortes indícios de uma psicologia e uma pesquisa outra, que não a clássica, a partir de vinculações que não se dão no território desta disciplina. Perguntamo-nos, então, a partir destas reflexões, se há caminhos possíveis para a desreificação.

Enfim, leitor ou leitora, espero que aqui você possa se aventurar em várias inquietações. Provavelmente algumas partes do que você lerá a seguir serão chatas e outras nem tanto e espero que o porquê disso faça sentido, dada a tentativa de explicação aqui apresentada. Espero, por fim, que a composição entre seus mundos e os desses escritos possam produzir questões interessantes.

Atenciosamente,

Bia.

1. TEORIAS E CIÊNCIAS: Percursos de pesquisa e pensamentos das andanças em comunidades tradicionais

Este texto aparece como resultado do encontro com um campo de pesquisa bastante diverso, com muitos aspectos para o trabalho de investigação de uma pesquisa. O campo veio por meio da vinculação como bolsista de pesquisa e extensão em um Programa de Educação Ambiental, condicionante ambiental para licenciamento conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. O trabalho do PEA envolve processos de mitigação e compensação com povos e comunidades tradicionais. Entendidos como grupos de pessoas com práticas, saberes, crenças, culturas e tradições, passados de geração em geração, com disposições de relações sociais diferentes das vistas no ideal hegemônico de nação, a identidade de povos tradicionais se baseia no auto reconhecimento. Compõem os povos tradicionais marisqueiras, pescadores artesanais, catadoras de mangaba, quilombolas, indígenas, ciganos e outros grupos (BRASIL, 2007; PIZZINATO, GUIMARÃES, LEITE, 2019).

Ao início da pesquisa, havia uma vontade em entender aspectos do desenvolvimentismo e do neoliberalismo em comunidades tradicionais. O desenvolvimentismo e o neoliberalismo dizem respeito a políticas econômicas adotadas e que produzem efeitos sociais e culturais. Ambos têm finalidades de desenvolvimento, porém o primeiro se relaciona mais a governos progressistas e mais intervencionistas e o segundo, a governos que se alinham a governos de Estado mínimo. Nesta pesquisa, pelo método adotado, não houve uma questão de pesquisa fixa, que se mantivesse a mesma ao longo de todo o percurso, ou mesmo uma hipótese. Existiram problemas de pesquisa móveis que se mudavam de acordo com as intercessões que surgiam, de modo que, ao longo das incursões em campo e da produção de registros, pode-se notar um desenho que apontava para o estudo de possíveis elementos de reificação nos processos de mitigação e compensação ambiental.

Para as análises aqui pretendidas, lançamos mão de uma tentativa de articulação entre a conceituação de reificação e a Análise Institucional (AI). Como cenário, pretendemos tecer discussões de políticas desenvolvimentistas e neoliberais para a construção de grandes obras e seus impactos nas comunidades tradicionais, além da construção da política ambiental e do licenciamento ambiental e suas reverberações. De quais maneiras esses desdobramentos de construções e instalações de equipamentos e de extração de minérios para fins de

desenvolvimento do país afetam os modos de vida em comunidades tradicionais? Uma das várias perguntas que move este projeto.

Outro caminho de pesquisa que emergiu diz respeito às relações tecidas de alguém que inicialmente chega como psicóloga pesquisadora com as marisqueiras. Infectada com os atravessamentos⁵ do neoliberalismo na formação e práticas psicológicas, pudemos compreender elementos de uma política da intimidade que possibilita a produção de outros modos *psi* de fazer e operar um saber formal que se encontra com saberes tradicionais. Dessa forma, um dos interesses que se traçou nessa pesquisa é compreender se há espaço para se desempenhar o papel de psicóloga de maneira menos verticalizada, com uma psicologia que não se distancia dos povos com que trabalha a partir da marcação do saber acadêmico. É possível que a convivência com povos e comunidades tradicionais, pela via da extensão e pesquisa transformem os atravessamentos do neoliberalismo na formação e, consequentemente, nas práticas profissionais *psi*? Outra pergunta imprescindível para esta pesquisa.

Este trabalho se baseia fundamentalmente na Análise Institucional como chave de leitura para os aspectos suscitados. Pretendemos, portanto, a produção de uma pesquisa socioanalítica, a qual caminha junto com os ditos e escritos, principalmente, de René Lourau, Georges Lapassade, Gregório Baremlitt, mas também com nomes da corrente brasileira que compõe a pesquisa-intervenção e se articula à Socioanálise, entendida como AI em contexto de intervenção. Fazendo empréstimo de uma pequena corruptela do dito de Remi Hess que se referia aos sonhos traçados pelo movimento institucionalista nos anos 1970, em que “estas perspectivas, de uma pesquisa que transforma as realidades, que as auxilia a evoluir, só podem ser marginais” (HESS, 2004a, p. 41); pode-se dizer que essa é uma pesquisa feita às margens de uma política pública, na borda do que não se podia dizer e do que foi possível fazer, com pequenos furos no tecido institucional. A pesquisa produzida se deu entre um jogo entre forças instituintes e instituídas, em um campo de intervenção que tem certa abertura para o instituinte, mas completamente atravessada por processos burocráticos extremamente cristalizados: um Programa de Educação Ambiental, fruto de políticas públicas voltadas para o licenciamento ambiental e desenvolvimento sustentável, logo todo pautado pelo Estado e por que não dizer, do capital. O que é possível, portanto, é andar nas margens.

⁵ Conjunto de relações que compõem a ordem instituída e que tem por fim a repetição do sistema (BAREMBLITT, 1194).

A Socioanálise lida com os aspectos de institucionalização, em que a instituição não pode ser considerada como estática, pois diz exatamente da dinâmica de relações e forças instituintes e instituídas (LOURAU, 1993), ferramentas de análise dos modos de funcionamento. A partir desse processo, as instituições asseveram o que se pode ou não fazer ou dizer e a depender de suas conformações, manifestam-se enquanto leis, normas ou pautas; temos como exemplos “a linguagem, as relações de parentesco, a divisão social do trabalho, a religião, a justiça, o dinheiro (...) Um conglomerado importante de instituições é, por exemplo, o Estado” (BAREMBLITT, 1994, p. 177). O instituído diz o/do modo estabelecido e assume uma tendência à conservação das formas, de maneira violenta, porém, para que tenha eficiência deve apresentar certa porosidade a mudanças (LOURAU, 1993; BAREMBLITT, 1994). Já o instituinte é “o processo mobilizado por forças produtivo-desejante-revolucionárias”, o qual abre espaço para a criação ou variações nas instituições, orientado pelas implicações e circunstâncias do “devir social” (BAREMBLITT, 1994, p. 178).

Lourau (1993) nos chama a atenção para a importância do tempo, com seus aspectos sócio-históricos, para a movimentação e formas das instituições, uma das particularidades que já dizem de uma contradição. Para ele, essa é uma finalidade cara à AI, compreender as várias camadas de contradição nas instituições, com mais noções acerca do funcionamento do instituído. As contradições fazem aparecer importantes aspectos dos campos de análise e de intervenção e têm grande considerável papel metodológico, pois as instituições perpassam todos os processos de conformação social, de acordo com cada dinâmica situacional, em níveis formais e informais (LOURAU, 2004c). Assim, podemos trazer à baila aquilo que Lourau (1993, p.14) considera o escândalo da Análise Institucional: a implicação, ou “a análise dos “lugares” que ocupamos, ativamente, neste mundo”.

Compreendida como uma cara contradição ao trabalho socioanalítico, o exercício de análise das implicações requer um movimento coletivo e individual e concerne a um movimento ético da pesquisa para lidar com todos os atravessamentos da implicação, que surge dissimulada nas relações sociais e nas nossas modulações afetivas. A implicação se relaciona aos aspectos do saber velados de maneira consciente e das particularidades das relações com as instituições, assim como também diz de um não-saber inconsciente. Este jogo diz respeito aos discursos naturalizados, que trazem consigo o que parece não poder ser dito, sem que nem se perceba a prescrição daquilo que é ou não permitido.

Já a sobreimplicação tem a ver com os aspectos ideológicos que ditam as normas do sobretrabalho e se relaciona a uma “subjetividade-mercadoria”, por vezes ocasionando um

esvaziamento de espaços relacionais com o objeto e uma psicologização do campo. Com o risco de se converter em um instrumento de “sobrepolitização total”, “do ponto de vista da análise institucional, a sobreimplicação não só produz sobretrabalho, estresse rentável, doença, morte e mais-valia, como também *cash-flow*” (LOURAU, 2004f). Podemos dizer, então, que os modos como se produzem implicações e sobreimplicação têm a ver com os processos de subjetivação em uma sociedade capitalista, da fabricação de bons trabalhadores, rentáveis. Para esta pesquisa, tendo em vista algumas limitações, não conseguimos investigar suficientemente a minha sobreimplicação e seus efeitos. É necessário destacarmos, então, que:

A análise da implicação não é um privilégio; constitui, pelo contrário, uma dura coação, produzida pelo lugar que o intelectual ocupa na divisão do trabalho, da qual ele é um legitimador mais, ou menos consciente. Estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações) é, ao fim e ao cabo, admitir que *sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar* (LOURAU, 2004e, p. 147).

Dito isto, Lourau (2004c) dispõe sobre como um exercício analítico se mostra fundamental para que se desvele as várias camadas de exploração, ocultas, no sistema capitalista, em um processo que faça o *não dito* aparecer, por meio de analisadores naturais ou espontâneos. Suprimido nas práticas e discursos, por motivos conscientes ou não, o *não dito*, para a prática socioanalítica, na maior do tempo, é resultado de um processo de repressão das forças instituídas sobre as instituintes. Dessa forma, para o autor, em conjunturas de crises sociais, pode haver um “retorno do reprimido social”, porquanto o processo de controle discursivo se relacione a uma repressão social, como manifestação da alienação. Para Lourau (2004c, p. 73), “a alienação social significa a autonomização institucional, a dominação do instituído fundada no esquecimento de suas origens, na naturalização das instituições”; ao que Baremlitt (1994) tece uma aproximação entre os entendimentos de alienação na AI e na sociologia, uma vez que as pessoas ou classes sociais abstraem suas “potencialidades” a outrem – entidades sobrenaturais ou classes sociais.

Neste contexto, consideramos de suma importância a articulação com o chamado *Efeito Lukács*, em que diante de um processo de naturalização da ciência e de suas institucionalizações, assistimos a uma disposição da ciência (com a instauração de uma disciplina), à perda de memória de seus processos e condições socio-históricas. Com a normalização das produções discursivas de “objeto” e “método” enquanto ferramentas para o desenho de um campo e procedimentos em um sistema, produz-se um apagamento das histórias desse campo (LOURAU, 2004d). Sobre o *Efeito Lukács*, Baremlitt discorre que:

Quanto mais formalizada, rigorosa e quantificada aparece uma ciência, e quanto mais perde de vista as condições sociais de seu nascimento e desenvolvimento (ou seja, quanto mais profundamente realiza seu “corte epistemológico”), mais satisfaz as exigências cientificistas e mais contribui ao não-saber de um conjunto social acerca de sua própria existência (BAREMBLITT, 1994, p. 167).

Perguntamo-nos, aqui, se também por meio do ideal de progresso e desenvolvimento científico, fabrica-se também a indiferença e o não-saber das contradições, reflexão prezada neste texto, mas também dispendiosa. Ela nos provoca a uma tentativa de articulação entre a Socioanálise e a noção de reificação, com base na História e Consciência de Classe, de Georg Lukács. Tecendo articulações entre a alienação e o fetichismo, ele se debruça sobre os processos que levam as relações humanas a mudarem de sentidos e, através da objetivação, assumem mediações de mercadorias, pautadas no valor de troca (LUKÁCS, 2018). Isto porque, o imperativo do capital ao “objetivar o homem – elevá-lo ao estado de coisa – limita seu processo de formação humana a competências e habilidades para o desempenho de uma função num sistema previamente determinado” (CONTRERAS, 2011, p. 128), em um processo que fomenta processos de subjetivação tendo como base a alienação e coisificação das relações humanas. Para Feenberg (2020, p. 54), os sistemas de pensamento e de técnicas reificados têm como fim a produção de “um mundo baseado em “leis” que regulam o comportamento de atores individuais lançados em uma relação instrumental com as instituições”. Assim, não podemos ignorar que a reificação de uma ciência – e de sua práxis, por conseguinte – promove efeitos nas relações humanas para com a natureza e tecnologias produzidas. Esse modelo de construção de conhecimento acerca do mundo não pode ser ignorado, já que gera impactos sobre a mediação e objetivação das relações humanas.

1.1 Sobre a ciência, metodologias e suas repercussões

Esta pesquisa tem cores, cantigas, cheiros, texturas, lama. Ela não se originou de uma ciência dura das letras e números frios, mas germinou de relações, de textos, pessoas, maçunins, encontros e afetos – alegres ou tristes, de todos os tipos, tal qual a vida. Como diria Belchior: “Não quero o que a cabeça pensa, eu quero o que a alma deseja”.

E como se faz ciência?

Baseadas em uma suposta neutralidade da ciência, as perspectivas metodológicas historicamente tradicionais consideram primordial a separação entre duas pontas da pesquisa:

objeto e sujeito. Também consideram que ambos os lados são anteriores ao próprio trabalho, de tal modo que aos dados restam a apreensão pelas práticas de pesquisa e, nesse processo, não há espaço para a experiência da pessoa que se coloca em campo para pesquisar. Isto porque o modo clássico de fazer pesquisa se baseia em uma política de cognição que privilegia modelos representacionais, em que objeto e sujeito já existem. O objeto e dados de pesquisa estariam aptos apenas a serem escrutinados, pois a ciência teria como parâmetros a capacidade de reprodução dos resultados (POZZANA, 2013).

As metodologias científicas clássicas são produtos, também, das maneiras às quais se instituíram no sistema capitalista, em diferentes momentos. Com certa frequência, os modos de produção de conhecimento que melhor se adequavam à disciplinarização e ao mundo do trabalho foram privilegiados na esteira da ciência. Nesse sentido, Parker (2014) evidencia que estas relações de poder dão suporte a uma procura específica do conhecimento a partir do que se pensava possível com os achados dos pesquisadores. Alinhada à discussão das relações de poder que integram a configuração da ciência, está o universo formativo e a discussão da reificação dos processos pedagógicos e dos campos de atuação. Para Baptista (2000, p. 66), na Psicologia essa situação ocorre também com sujeito e objeto de trabalho, quando “as mediações históricas dos modos de produção são excluídas”. O universo formativo não é a origem desses (des)encadeamentos, mas é permeado pelos micropoderes que historicamente compõem a modernidade capitalista e mediam as esferas sociais (CATHARINO, 1998).

Abre-se margem, então, para questionar a função institucional da Psicologia, bem como os efeitos de suas práticas, inclusive no tocante às pesquisas desenvolvidas. Resultante dos discursos hegemônicos sobre a produção de conhecimento – em que se procura executar uma ciência neutra, com métodos objetivos – emerge a reificação das relações humanas. Este processo envolve, portanto, duas dimensões cruciais:

o primeiro passo é a separação do pesquisador daquilo que ele descreve – o experimentador estuda o “sujeito” enquanto o segundo passo é o de converter aquele “sujeito” em alguém que, por definição, não deve ser um psicólogo, mas sim um objeto a ser manipulado e mensurado porque não lhe é outorgado com a precisão necessária o conhecimento para descrever o que ele mesmo faz (PARKER, 2014, p.27).

Em contraposição a estes modos de produção de conhecimento, emergiram discussões acerca das constituições históricas dos processos de subjetivação. Entende-se que a formação do sujeito não acontece de maneira isolada, pois este aparece concatenado a diversas instituições que fazem parte da sociedade, como família, escolarização, religião etc.

As gerações dos planos social e individual acontecem de maneira contínua e sempre intrínsecas, sendo que o processo de individualização é materializado na dimensão coletiva das sociedades. Assim acontecem as subjetivações, com sujeitos constituídos na trama social dos processos que acontecem concomitantes. Consequentemente, assistimos à desnaturalização das concepções de indivíduo e sociedade, uma vez que suas constituições são relacionais de uma cultura e de um tempo. Dito isto, a objetivação do indivíduo e de sua sociedade acontecem a partir da historicização, ao remontar às datações de suas práticas e relações (ESCÓSSIA, 2014).

Para pensar as subjetivações e atribuí-las seus processos históricos (que contribuem diretamente para a desnaturalização do sujeito) como já indicado, é necessário pensar a trama de relações que constituem esse coengendramento indivíduo e sociedade, a partir da ideia de rede. Ela pode ser entendida como uma “versão empírica e não-dicotômica do coletivo”, de modo que a própria rede que se forma, em coletividade, não pode ser naturalizada ou inerte, mas entendida como transformadora das relações a partir das experiências e que com elas também se transforma (ESCÓSSIA, 2014, p. 43).

Confrontamo-nos, então, com a ideia de que a produção do conhecimento científico é atravessada diretamente por relações políticas, econômicas e afetivas. Portanto, entende-se, neste texto, que não há neutralidade na ciência e nem mesmo na pesquisa acadêmica. Há, sim, linhas de força que se entrecruzam na pesquisa, que envolvem aspectos socio-históricos, e influenciarão na produção dos registros para um texto de trabalho com dimensões ético-estético-políticas, as quais refletem minhas intercessões e campos.

Uma metodologia para o hoje

É preciso indicar que a pesquisa aqui desenvolvida tece algumas aproximações com a alelurgia, porquanto procuremos nos vincular às circunstâncias que produzem as possibilidades de enunciação e as condutas suscitadas nesse jogo, com “a produção de verdade, o ato pelo qual a verdade se manifesta” (FOUCAULT, 2011, p.4). Ou seja, aqui há inspirações na genealogia das subjetivações, haja vista o meu olhar se voltar às práticas que denotam formas de os sujeitos se constituírem enquanto tais, por meio dos “regimes de pessoa” (ROSE, 2001). Entende-se, portanto, que o foco não se detém nas vidas particulares, pensamentos e gostos pessoais daquelas e daqueles que passaram pelo caminho dessa pesquisa

Dessa maneira, tendo em vista a não neutralidade da produção científica e a pesquisa que se desenha, o principal método utilizado foi a cartografia, em que a(o) sujeita(o) pesquisadora(o) está diretamente implicado no campo, ao modificar a realidade, que está em

constante transformação. Este método faz com que o sentimento e a composição de um “eu” se liquefaçam à medida que o pesquisador se abra para um processo com espaço para o novo (PASSOS & EIRADO, 2014). Mediante estes procedimentos, pude experimentar uma maior abertura em relação à realidade do campo e experiências dos caminhos percorridos na pesquisa.

A combinação entre cartografia e experiência não se dá ao mero acaso, pois através dela se concebe um leque de diversidades, ao abandonar-se uma pretensão a consensos e uniformidades. Bondía (2002, p. 23) aponta para a necessidade de se afastar do sujeito da informação e da “formação permanente e acelerada” para se aproximar do sujeito da experiência, de modo a ser possível se abrir para os acontecimentos que nos atravessam e nos afetam. De acordo com o referido autor, a partir da experiência – a qual é sempre única e nunca replicável – pode-se produzir em si transformações. Para tanto, é preciso aprender a exercer uma parada e demora da atenção para com os elementos, sons, mundo ao redor, produzindo abertura ao porvir. A importância da experiência se mostra, portanto, singular para a produção de uma pesquisa e, conseqüentemente, para a escolha do método adotado.

Assim, a cartografia surgiu como aposta ético-política de método para este trabalho dada sua maior possibilidade de abertura para o novo, para o inesperado e para a possibilidade de vivenciar experiências com a pesquisa. A partir de tal método é possível pensar em um desenho de pesquisa fluido, com amplas margens de mudanças a partir do que aparece e das experiências vividas em campo. A cartografia tem como um de seus diferenciais se constituir um método de pesquisa que não tem regras pré-estabelecidas. Para Pozzana (2013), ela tem por característica primordial a discrepância quanto a estratégias metodológicas tradicionais porque nela o pesquisador se cria no campo, com o caminhar da pesquisa. Segundo Passos e Barros (2014, p.15), “a cartografia como método de pesquisa é o traçado desse plano da experiência acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção de conhecimento) do próprio percurso da investigação”.

Tal diferenciação se dá na medida em que a cartografia parte do pressuposto de que qualquer pesquisa já propõe uma intervenção, já que é a partir da transformação da realidade pelo encontro com o campo que se dá o conhecimento, a produção de dados, como nos lembra a Análise Institucional (PASSOS; BARROS, 2014). Há, então, que se admitir um receio desta pesquisadora – talvez fruto da insegurança – que acompanha essa abertura ao campo, ao inesperado, em que não há moldes ou modelos.

Para Kastrup (2014), no momento em que a cartógrafa(o) se coloca no campo da pesquisa sua atenção já entra em contato com vários componentes chamativos e é preciso, então, realizar

um fino exercício de cuidado na abertura, necessário à atenção. Ao mesmo tempo em que há vários aspectos importantes que surgem nesse processo de interação com o campo, há outros que podem apenas nos distrair quanto à construção de registros. Diante de tal cenário, o cuidado na resistência àquilo que pode dispersar a atenção cartográfica, Kastrup (2014) chamou redireção.

Destaca-se tamanha importância para o modo de atenção porque diz do processo de entrada em campo, em que se cruzam diversas implicações – desde as vindas das demandas, a de analistas etc. Eis, então, que Kastrup (2014) destaca que a atenção constituída em campo não exerce função de eleger quais componentes são importantes para a construção de dados da pesquisa; o processo de composição atencional constrói o plano perceptivo e, por conseguinte, também o objeto da pesquisa.

Em campo, há diversos elementos que contribuem para a constituição dessa dimensão atencional, desde os cheiros, sons (como cantigas, sotaques até o canto dos passarinhos etc), sabores de comidas típicas e, claro, os encontros com as pessoas e o com o próprio ambiente. Nesse processo, é primordial estar aberto às vicissitudes que compõem o cotidiano, a vida e, portanto, o processo de pesquisa, visto que na cartografia como método não há modelos de condução deste processo, tampouco direcionamentos de como agir em campo. O que encontro a partir da literatura e de demais experiências cartográficas são pistas de como entrar em campo.

Pozzana (2013) destaca como a própria investigação que considera a experiência como parte importante da construção da pesquisa (como ocorre na cartografia) necessita de uma aprendizagem, pois o modo de fazer cartográfico não é instantâneo. A experiência provoca desconfortos, afetos de diversos tipos, memórias e, nesse caminho, eu também posso me rever, em um processo em que a própria construção e percepção da realidade ganha novos contornos. Estou, então, também imersa em um plano coengendrado de forças e composições, atravessado pela dimensão coletiva e a todo momento suscetível a aspectos e linhas instituintes.

Cada entrada em campo será única, diferente da outra, inclusive para a mesma pesquisadora ou pesquisador em instantes distintos e sempre neste processo há todas nossas as implicações, atravessamentos e visões de mundo. Além disso, há o inesperado, vários eventos que surpreendem quem está em campo e que também podem mudar os rumos da pesquisa ao apontar para novos elementos. Dito isto e ponderando os imbricamentos entre instituições que se cruzam na pesquisa, é preciso cautela na construção dos registros.

Nesse sentido, Kastrup (2014) sugere que a cartografia se inspire na Fenomenologia para adotar a suspensão dos juízos – em que não se pode, a princípio, apontar algo como certeza, para afirmá-lo ou mesmo negá-lo. Para a construção de tal conduta, Husserl toma emprestado do ceticismo a *epoché*, a ação de colocar o mundo entre parênteses. O filósofo alemão parte do preceito de que cada um está imerso em uma concepção implícita e própria, em uma atitude natural. Desta maneira, pode-se proceder para a suspensão dos juízos, “a abstenção do pensamento ante a constância do “espetáculo do mundo”” e, assim, poder conhecer o real. (MARTINI, 1999, p.45).

Também se remonta à técnica fenomenológica para traçar pistas de como é possível lidar com a contradição da cartografia de viver a experiência em campo sem se atar e a determinada visão de mundo. Para os autores, deve-se buscar, para além da *epoché* do eu empírico, a do “Eu puro e transcendental que surge dessa primeira *epoché*” (EIRADO; PASSOS, 2014, p.123). Isto porque, de acordo com Martini (1999) a *epoché* transcendental tem potencial para dismantelar completamente uma atitude natural da vida, bem como de convicções de objetividade natural para tratar do mundo.

Dessa maneira, na cartografia, ao se colocar as crenças, convicções, dúvidas e julgamentos que a pessoa traz consigo entre parênteses a construção do conhecimento acontece de maneira relacional com o sujeito-objeto (KASTRUP. 2014). O ato de abertura e acolhimento, assim como a atenção a si mesma, recebem contornos mais fortes e há maior espaço para o deixar vir. Dessa maneira, Kastrup (2014) traça um entrecruzamento entre suspensão, redireção e o deixar vir, de modo que estes três aspectos se retroalimentam. Em meio a esse cenário de suspensão que o contato com o campo pede, há algumas pistas recomendadas para o processo de construção da cartografia. Busca-se, através de tais indicações, atingir a atenção movente, a qual se dá por um objeto-processo, de acordo com Kastrup (2014), pois tal objeto estará em constante transformação, em conformidade com as modulações perceptivas do pesquisador. Segundo a autora, este trabalho passa por quatro modos da janela atencional: o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento.

O rastreio se dá por um ato de exame geral do campo, com varreduras que objetivam pontos móveis e, porque estes alvos são moventes, a cartografia realizada também se move a todo instante. O toque, por sua vez, diz respeito à dimensão sensorial, que acontece de maneira rápida, fugaz; ele destaca uma breve distinção no campo e pode denotar um indício importante ou uma dispersão na atenção. Já o pouso significa um corte e uma certa demora no plano perceptivo da atenção, a qual, nesse momento, se depara com uma variação de proporção. Por

fim, há o reconhecimento atento, momento da saída da suspensão, em que há uma certa concatenação entre a percepção e a memória e, assim, “o presente vira passado, o conhecimento, reconhecimento” (KASTRUP, 2014, p. 46). Podemos destacar mais uma vez, por conseguinte, a relação entre a cartografia e a experiência, já que os aspectos mencionados se alinham com o exercício de pausa que Bondía aponta ser necessário ao sujeito da experiência.

Tal maneira de experienciar o tempo e o campo, a partir da cartografia enquanto método de pesquisa, gera vários impactos para a construção da realidade, de modo que se possa construir novos mundos com as vivências de campo e composições afetivas produzidas. Pozzana (2013) ressalta a relevância do tempo para os modos de possibilidade de não compor, em pesquisa, uma suposta representação de um real dado. Para tanto, como nos aponta Eirado e Passos (2014), este processo se dá por um exercício de perturbação e variação das formas postas para a realidade. Nesse intuito, é necessário mais do que se afastar e descrever o campo, e sim produzir uma dissolução do ponto de vista.

Esta dissolução não diz respeito a um abrir mão da observação, mas do modo como se pode assumir uma consideração em que os planos da objetividade e da subjetividade estão coengendrados. Desta forma, emerge uma dimensão nova de sujeito e mundo, também intensamente correlacionados. Por conseguinte, há uma desnaturalização do objeto que até então era prévio à experiência e é possível exercer maior abertura a pontos de vista diversos das vivências e realidades (re)construídas. Assim, também, há maior possibilidade de análise, ao considerá-la imbricada na ação de abertura a formas do que se experiencia e concebe da realidade (EIRADO; PASSOS, 2014).

Como já discutido, o fazer cartográfico, com a postura de abertura à experiência e ao inesperado, fomenta novas possibilidades de nova sujeita e realidade, que seguem em constantes transformações na medida em que nos dispomos a estar em tais processos. Não se pode, contudo, confundir as subjetivações com percursos mentais e/ou puramente cognitivos, pois os atravessamentos afetivos e produções de novas subjetividades também perpassam elementos físicos, ambientais, fisiológicos. Podemos tecer uma aproximação entre Kastrup (2014), ao elencar como segundo modo da janela atencional o toque – e a importância da dimensão sensorial –, com a existência de um aspecto diretamente corporal na cartografia e nos efeitos que ela fomenta.

Pozzana (2013) destaca a dimensão do corpo para o exercício de aprender a andar com a cartografia, em que é preciso afastar-se de hábitos e práticas que não passam pelo exercício da atenção tecida com cuidados. A cartografia envolve, então, um tempo e um processo de

mudança do corpo também, o qual se relaciona com o campo de diversos modos, com os sons, com o contato da pele, com os encontros com outras pessoas, com os animais, com outras vidas. Deste modo, a autora acima citada lança luz sobre o modo relacional da corporeidade com a cartografia e, por conseguinte, para o devir do corpo, despertado por seus limites e suas variações.

É preciso, então, dada a complexidade da cartografia, apostar no caminho que se trilha na pesquisa e nas ferramentas que tal método lança mão para registros das experiências vividas em campo e para análises. De acordo com Passos e Barros (2014, p. 31):

Conhecer a realidade é acompanhar seu processo de constituição, o que não pode se realizar sem uma imersão no plano da experiência. Conhecer o caminho de constituição de dado objeto equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho. Esse é o caminho da pesquisa-intervenção.

Como já mencionado, há vários atravessamentos em campo, decorrentes de relações sócio-históricas coletivas e individuais, que se coengendram e produzem diversos impactos no ponto de vista e em nosso modo de vida. Portanto, os efeitos das articulações entre os meus processos de subjetivação e de produção do próprio campo ligam-se diretamente aos processos de implicação que me constituem. De acordo com Baremlitt (1994), tal questão tem a ver com um transcurso próximo ao da contratransferência⁶, porém, na Análise Institucional, vai-se além do psiquismo e de seu aparelho, pois se consideram também diversos âmbitos institucionais e níveis de complexidade, como aspectos das relações econômicas, políticas, etnológicas.

Assim, a implicação pode ser entendida como um “processo que ocorre na organização analítica, em sua equipe, como resultado de seu contato com a organização analisada”, sendo que seu início pode ser anterior ao contato direto com o campo (BAREMBLITT, 1994, p. 153). Colocar as implicações em análise faz parte, portanto, do próprio caminho da pesquisa que não se pretende uma reprodução de métodos científicos reificantes, que colocam pesquisador como coletor de dados e os resultados como meros produtos.

Denota-se, então, a importância em fazer análises das implicações para lidar com as modulações afetivas e demais intercessões que atravessam a sujeita em campo. A análise das implicações pode ser entendida de acordo com Baremlitt (2002) como um arranjo que se

⁶ Segundo Laplanche e Pontalis (1991, p.102), a contratransferência se refere ao “conjunto das reações inconscientes do analista à pessoa do analisando e, mais particularmente, à transferência deste” e alguns autores ainda consideram para a formulação do conceito que todo e qualquer aspecto da personalidade do terapeuta que tem potencial para interferir no processo terapêutico.

materializa de várias maneiras e envolve diversos aspectos e devem ter todos os seus níveis postos em análise. Assim, este é um modo analítico que nega a suposta neutralidade na pesquisa, uma vez que a ferramenta proporciona que se coloque em questão as vinculações nas relações sociais do trabalho e, por conseguinte, coloca-se em análise também as próprias relações sociais de quem está em campo, para além do cenário da intervenção do trabalho em si (COIMBRA, 1195).

Ao se colocar o plano das experiências em questão e o próprio modo do fazer, o exercício de análise das implicações a ser realizado é parte do trabalho em socioanálise e, portanto, também da cartografia enquanto método de pesquisa. Para Barros e Passos (2014), na prática socioanalítica, a análise das implicações não pode ser separada da intervenção, pois esta última se relaciona diretamente aos aspectos do inconsciente institucional. Isto porque, ainda de acordo com o referido autor, o jogo de implicações guarda maior relação com a dimensão de forças (em comparação à de formas), em que o movimento de relações e forças acontece por contágio ou propagação. Um dos efeitos é a dissolução de posições entre supostos lugares de alguém que conhece e do que se conhece e, assim, torna-se possível o processo de análise, à medida que há uma ruptura das formas dadas e do instituído, com o processo de institucionalização aparente. Lourau (2004c) enfatiza, ainda, que os recursos significativos do objeto não são os que ele mostra de si, mas o que aparece a partir das relações sociais construídas no jogo institucional. Nesse sentido, Eirado e Passos (2014, p. 117/118) ressaltam:

Tomar o tema da implicação é criar o constrangimento para quem defenderia a neutralidade indispensável para a objetividade científica, defenderia a distância entre sujeito e objeto, defenderia a separação entre teoria e prática, e, ainda diríamos, entre conhecimento e política. A análise das implicações é uma operação crítica ao que se supõe “desimplicado”, porque rigorosamente comprometido com os métodos científicos.

Portanto, colocar em prática o exercício de análise das implicações é primordial para a construção de análises dos dados produzidos, mas também para a elaboração de uma restituição (ou várias restituições) ao campo. Este também é um aspecto essencial da pesquisa, já que, como nos lembra Lourau (2004c), ao se colocar em campo, a(o) analista (aqui também eu, no papel de pesquisadora) se torna parte do campo, pois a presença e intervenção necessariamente provoca efeitos no objeto de observação e de análise. Minha posição na pesquisa e campo estão imbricados, e este não é mero cenário que oferece pontos para investigação; novas relações são, a todo momento, tecidas e retecidas.

Assim, a produção da restituição aparece como importante ferramenta em caminhos possíveis para a desreificação das relações de trabalho e práticas de pesquisa, visto que dessa maneira é possível deslocar as relações de poder que a ordem hegemônica instaura, a qual outorga ao pesquisador uma posição de aparentes privilégios. Por conseguinte, a posição de especialista também é posta em análise, momento importante para o fomento de considerações que não têm como intenção ditar normatizações.

Sobre esta pesquisa: Cartografia da universidade ao mangue ou do mangue à universidade

Para este trabalho realizado não houve uma hipótese de pesquisa, pois é a minha relação com o campo que leva à construção de realidades, as quais permitam a intervenção da pesquisa e da construção dos dados e análises levantadas. Há, contudo, questões que o contato com o campo traz e problemas de pesquisa que se atualizam de acordo com as minhas transformações e do caminhar das intervenções.

Cartografar é conectar afetos que nos surpreendem e, para tanto, na formação do cartógrafo é preciso ativar o potencial de ser afetado, educar o ouvido, os olhos, o nariz para que habitem durações não convencionais, para além de sua função sensível trivial, ativando algo de supra-sensível, dimensão de virtualidade que só se amplia à medida que é exercitada (POZZANA, 2013, p.336).

Logo ao início desta pesquisa havia sentidos postos e um corpo no mundo para se afetar e a partir daí constroem-se composições entre campos e pesquisa. Foi desta maneira que minha primeira reunião do PEAC com lideranças comunitárias, tive memórias de trabalhos anteriores despertadas e houve um início de novas articulações. Na reunião mencionada, em janeiro de 2023, acompanhava discussões e negociações entre representantes da Petrobrás e estas lideranças sobre as compensações – as quais envolviam desde construção de centros comunitários até a execução de cursos profissionalizantes – de algumas comunidades. Em certo momento, veio a lembrança de uma pesquisa produzida entre os anos 2011 e 2016 no Baixo São Francisco, para um laudo pericial por um processo movido por pessoas da antiga comunidade Cabeço (localizado no município de Brejo Grande e há algumas décadas, debaixo

das águas do Velho Chico) em face da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf)⁷ e outros.

Em posterior pesquisa com os documentos (públicos ou não, como diários de campo) deste trabalho percebi, com a mudança de modos de vida tradicionais da região, a procura por novas funções profissionais possíveis para as novas gerações, privadas das mesmas possibilidades e perspectivas que seus antecessores. A partir desta rememoração, houve uma provocação, para este trabalho, acerca do tema da reificação com comunidades tradicionais, algo que só veio a ser melhor elaborado após alguns meses, com a participação em outras reuniões do tipo, visitas a comunidades afetadas por grandes empreendimentos imobiliários ou para geração de energia e após conhecer e ouvir histórias e trabalhos das pessoas que ali vivem.

A metodologia para pesquisa e o trabalho de extensão requerido pelo PEAC envolvem o acompanhamento de atividades de diversos tipos, desde rodas de conversa na casa de alguma liderança comunitária a eventos governamentais que digam respeito a impactos nas comunidades tradicionais. Dentre essas atividades, as idas a comunidades para encontrar com mulheres participantes do Movimento das Marisqueiras de Sergipe. A maior frequência de idas acontece para reuniões mensais com as coordenações do Movimento; outras ocorrem por ações do Narratório (parte do Observatório Popular de Violências, pela Vida de Mulheres de Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe), as Itinerâncias do Cuidado, e que envolveram (ou ainda envolvem) uma bolsista de pós-doutorado, bolsistas de mestrado e de graduação. Houve também idas a comunidades como parte de dias de campo logo após a realização de alguns eventos ou mesmo como parte preparatória para construção e apresentação de trabalho em Congresso. Algumas dessas movimentações serão melhor narradas e discutidas ao longo deste trabalho.

Em todos estes percursos, a atenção cartográfica e abertura ao inesperado foram princípios orientadores, de tal forma que vários afetos foram provocados e nem tudo o que foi vivido é passível de ser simbolizado e registrado, pois sempre há aspectos (cheiros, sensações, sentimentos e encontros) que escapam aos moldes do escrever, do colocar em preto e branco. Além disso, a máxima socioanalítica de que “é preciso transformar para conhecer” esteve

⁷ O povoado Cabeço, às margens do Rio São Francisco, na cidade de Brejo Grande, Sergipe, foi submerso pelas águas do Velho Chico com a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, iniciada em 1987 e inaugurada em 1994. Hoje, no lugar, está apenas o farol como cartão postal e os antigos moradores foram obrigados a se deslocar, indo, principalmente para o povoado Saramém, na mesma cidade. Em 2003 e em 2002 a Associação de Pescadores do povoado Cabeço e Saramém e a Associação Comunitária do Povoado Cabeço e adjacências, respectivamente, ajuizaram Ações Cíveis Públicas de Responsabilidade por Danos Ambientais. O Tribunal de Justiça de Sergipe, então, encomendou a produção de um laudo pericial, com a nomeação de docentes da UFS como peritos.

presente em todas andanças desta pesquisa e entradas em campo, dado que a minha presença por si só já produz alterações no espaço e nas relações. Estas intervenções produzidas com a pesquisa possibilitam a construção dos conhecimentos que aqui servirão como material para discussões e análises.

Tendo em vista toda a movimentação afetiva produzida com as entradas em campo e relações construídas, defrontei-me com certa dificuldade em tecer certos tipos de registros mais direcionados para a escrita do trabalho, ou mesmo para trocas com orientador. Em um primeiro momento, optamos apenas pela escrita de diários de campo, a partir dos dias de campo, sejam eles na comunidade, reuniões do PEAC ou outros tipos de eventos. Em dado momento, porém, os diários se associaram a certos afetos tristes e uma imensa dificuldade em produzi-los apareceu, ou mesmo já não eram suficientes para elaborar algumas experiências de campo e as narrar. Dessa maneira, as “cartas a Marcelo” se mostraram uma opção interessante para fomentar as anotações e os relatos.

Percebemos, portanto, que as cartas não ocupam, nessa pesquisa, rele recurso estilístico, mas uma tipologia que possibilita a produção de uma narrativa que nos interessa para fins de registros da pesquisa. Em um contexto de pesquisa, de acordo com Medrado, Spink e Mélo (2014, p. 276), diários e cartas – concebidas como tipos de diarismos – compõem “práticas discursivas”, pois “são linguagem em ação”, já que as situações em que são produzidos contribuem diretamente com as significações do texto. Contudo, para os autores citados, a adoção de tais tipologias textuais não se restringem a um trabalho da linguagem apontado, mas também podem dizer respeito a uma relação de amor e ódio, efeito das circunstâncias da pesquisa nos instantes de produção diarística. Dado tal contexto, considera-se que os diários e cartas movimentam afetos e assumem, portanto, uma posição ativa na pesquisa, devendo ser tratados enquanto atuantes ou mesmo participantes do trabalho; entende-se que “um diário é uma carto-grafia (grafia de uma comunicação) de intensidades” (MEDRADO, SPINK, MÉLLO, 2014, p. 277).

Para a escrita diarística, Lourau (2004g) elaborou o conceito de Extratexto (ET)⁸, para se referir à produção que faz aparecer na pesquisa as contradições e práticas do fazer que se contrapõem a uma suposta ciência asséptica e neutra. Com o ET há a possibilidade de dizer dos desejos, das contradições, das condições e implicações que geralmente ficam no campo do não-

⁸ Alguns autores, como André Rossi e Eduardo Passos, preferem utilizar o termo Fora-texto ao invés de Extratexto, ao traduzir *hor texte* do francês. Para mais detalhes, veja Análise Institucional: Revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil (2014).

dito e passam distante do Texto Institucional (TI). O não-dito, em Análise Institucional, se refere a elementos suprimidos ou deturpados, propositalmente ou não, por processos de repressão de forças instituídas e, quando evidenciados, através de analisadores, fazem aparecer jogos de poder até então dissimulados (BAREMBLITT, 1994). De acordo com Lourau, há outro fator primordial que o extratexto também atribui ao TI: maior percepção de temporalidade, ao situar o cenário sócio-histórico da produção científica em questão.

Podemos reiterar, então, que não compreendemos este trabalho como um fazer neutro, com dados naturalmente fornecidos pelo campo. Entendemos, sim, que há uma produção conjunta e interminável de conhecimento, atravessada por várias instituições, perpassadas por dimensões de instituídos e instituintes e atravessadas por diversas contradições. Tal compreensão é bastante pertinente não apenas para a construção da metodologia que orienta a prática de pesquisa, mas também para as discussões que aqui serão propostas, das quais espera-se fomentar possibilidades de deixar analisadores falarem e as forças instituintes aparecerem.

2. NOVAS FRONTEIRAS DO PETRÓLEO, AVANÇO DO CAPITAL E ZONAS DE SACRIFÍCIO: o progresso para quem?

Historicamente, no Brasil, o petróleo foi socialmente tido como símbolo de uma possibilidade de passagem do país para o lado dos desenvolvidos, o “país do futuro” veria sua hora chegar através das rendas da exploração e produção (E&P) do óleo e gás. A frase “o petróleo é nosso”, famosa pela boca de Getúlio Vargas, se transformou, ao longo da década de 1940, em uma exitosa campanha, a qual culminou na criação da Petróleo Brasileiro S.A., a Petrobras⁹.

As bases da E&P de petróleo e gás no Brasil remontam às décadas de 1930 e 1940, durante a Era Vargas. Assim, em 1938 é criado o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), responsável por definir as jazidas de petróleo do país como pertencentes ao Estado. Em 1939 foram descobertos os primeiros poços, em Lobato, Salvador, e em 1968, encontrou-se petróleo em mar, em Sergipe. Para a perfuração, foi construída uma plataforma móvel, chamada Petrobrás-1, ou P-I, em Niterói, e transportada até o estado nordestino para a exploração no campo de Guaricema, tido como marco na E&P *offshore*¹⁰. Nessa época, o monopólio de toda a cadeia de produção e transporte de petróleo e gás brasileiro já estava sob domínio da Petrobras, estabelecido na criação da empresa, pela Lei nº 2004, de 23 de outubro de 1953. Esse cenário só mudou em 1997, com a quebra do monopólio da exploração e produção no Brasil, e criação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em um processo fortemente influenciado pelo neoliberalismo (ZULATO, 2013).

Desde então, a ANP passou a ser o órgão incumbido em estabelecer e organizar as áreas de exploração do petróleo, feita em blocos, em rodadas de licitações. Guimarães (2023) nos aponta que já nas primeiras rodadas havia acadêmicos indicando a necessidade do emprego da Avaliação Estratégica, já que a extração do petróleo é uma prática com alto risco de impacto ambiental – principalmente no que se refere à ação realizada no mar. Entendida como “uma família de instrumentos voltados à consideração de variável ambiental em instâncias como planos, programas e políticas”, a Avaliação Ambiental Estratégica é adotada em vários países, porém ainda não é executada no Brasil (GUIMARÃES, 2023, p. 24).

⁹ Antes escrito Petrobrás, a sigla deixou de ter acento, visando melhor adaptação e facilidade operacional no processo de internacionalização de suas ações.

¹⁰ As denominações *offshore* e *onshore* se referem à exploração e produção de petróleo, respectivamente, em mar e em terra.

De acordo com Giasson (2015), os efeitos ambientais da extração do óleo (dentre as diversas atividades que geram poluição) só começaram a ser considerados por instâncias governamentais, com fins de diminuição dos impactos, entre os anos 1980 e 2000, por influência do contexto mundial do final do século XX, de comoção e cuidados quanto ao meio ambiente. A Conferência de Estocolmo, em 1972, e a Rio 92, importantes reuniões da Organização das Nações Unidas (ONU), tiveram como cerne da discussão a temática ambiental e as mudanças climáticas. A Eco 92, realizada no Rio de Janeiro, foi pioneira em produzir manifestações acerca do desenvolvimento sustentável e impactou nas políticas brasileiras de instalação de empreendimentos poluidores; porém, a preocupação com o assunto não recebeu maior atenção e contorno no debate público em detrimento da crise político-econômica dos anos 1990 (GIASSON, 2015). Brand (2016) aponta, ainda, que o projeto para economia verde promovido durante a Eco 92 não obteve sucesso por não ter considerado “uma multiplicidade de fatores socioeconômicos, culturais e políticos” que tais políticas de desenvolvimentos sustentável não eram capazes de abranger.

O cenário acima descrito é um dos contextos para a promulgação da Lei nº 6938, de agosto de 1981, um dos primeiros marcos regulatórios no que diz respeito à exploração e conservação ambiental. Ela instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), estruturou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e criou o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). A referida lei objetiva a “preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico” (BRASIL, 1981) e tem como alguns princípios interessantes para a discussão aqui tecida:

Art 2º (...):

V – controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VIII – recuperação de áreas degradadas;

IX – proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X – educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981).

A Lei nº 6938 também traz os seguintes entendimentos:

Art 3º (...):

I – meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II – degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III – poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV – poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V – recursos ambientais, a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo e os elementos da biosfera (BRASIL, 1981).

A lei (em vigor até os dias atuais) também traz em seu bojo ferramentas que não só ainda são válidas, como também serviram de base para a posterior estruturação de protocolos para o licenciamento ambiental para exploração de minérios. Podemos perceber, entretanto, como a preocupação ambiental aparece destacada da vida das pessoas e os efeitos negativos que as atingem, como consequência dos impactos ao meio ambiente. Nesse sentido, é possível levantar questionamentos quanto às compreensões de meio ambiente que circulam nos espaços formais, jurídicos ou mesmo no que chamamos sociedade, com entendimentos que o separam de quem ocupa e faz uso da terra, das águas, do bioma.

Ao olharmos para a história da Lei nº 6938, há ainda aspectos interessantes dos bastidores de seu tempo, período da reabertura política brasileira e final da ditadura empresarial-militar¹¹. Um artigo da lei em questão, que pretendia que uma pessoa jurídica ou física, moradora do Brasil, poderia “postular, judicialmente, a adoção de medidas preventivas e atenuadoras da degradação ambiental, até a cessação da atividade agressora do meio ambiente”, recebeu um veto integral. A justificativa para o veto se deu porque “tendo em vista que o interesse público estará assegurado pelo Sistema de Licenciamento, previsto no inciso [...], do

¹¹ No período de 1964 a 1985 o Brasil viveu a ditadura empresarial-militar. Para maiores informações, veja Fábio Comparato (2014), com articulações e contexto civil e empresarial que possibilitou os 21 anos de permanência de militares à frente do governo brasileiro.

Projeto de Lei, não seria aconselhável dar a todos o poder de pedir a concessão de liminares judiciais, visando a prevenir ou a corrigir a degradação ambiental” (PLANALTO, 1981).

Nesse cenário é preciso considerar os essenciais movimentos de pressão e tensionamento de forças de diversos movimentos sociais e coletivos ligados aos povos das águas e das florestas. Durante a década de 1980, com a reabertura política do país, houve importantes conquistas no campo jurídico no que diz respeito a territórios tradicionais, que têm outra relação com o meio ambiente, que não a urbanizada pautada na separação entre natureza e seres humanos. Almeida (2008) aponta que, com esta disputa de forças, a Constituição Federal (CF), promulgada em 1988, passou a abranger o direito à diferença, em uma manifestação positiva aos direitos étnicos. O texto salvaguarda, ainda, à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a responsabilidade sobre a proteção e preservação dos ecossistemas e o combate a todos os tipos de poluição. A CF também compreende que recai sobre o Estado a competência da legislação ambiental que trata dos danos ao meio ambiente, com especial destaque para o inciso 2º, do artigo 225, o qual dispõe que “aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente” (PLANALTO, 1981). Vale ainda ressaltar o fato de que a proteção ao meio ambiente como princípio da “existência digna, conforme os ditames da justiça social” aparece no artigo 170, como articulação de finalidade à ordem econômica.

A discussão ambiental recebe, então, outros contornos quando percebemos a dimensão do Estado para decisões que envolvem não apenas atividades estatais ou empresariais, mas que também impactam no cotidiano de vários grupos e comunidades. Brand (2016, p. 127) entende o Estado como uma relação, reflexo da própria sociedade, em que ambos são constituídos e atravessados por normas, práticas, discursos e jogos de poder, com a formação de um “conjunto de relações sociais hegemônicas”. Para o autor, estes são elementos importantes para a compreensão de como se instituem o racismo e os discursos de gênero, dentre outros aspectos importantes para pensar alguns processos enquanto sociedade. Em tal linha de raciocínio, trazer à baila o Estado e as políticas públicas na discussão ambiental e do avanço do capital sobre os povos de comunidades tradicionais e seus territórios é necessário, uma vez que há circunstâncias e condições que impactam os modos de vida e que são exclusivos do Estado ou restrito a partir de seu entendimento. Assim,

o Estado é um fator fundamental da dominação social, na medida em que formula regras e de alguma maneira sujeita também os poderosos a certas condições. Mas, ao mesmo tempo, concentra recursos legais, policiais e financeiros, conhecimento e reconhecimento, capacidades de ação, que se apropriam das pessoas comuns e das organizações sociais mais frágeis. Para muitos problemas sociais, o Estado reivindica competência exclusiva, ou seja, bloqueia outras formas de abordá-los e processá-los (BRAND, 2016, p. 128).

Decorridas quase 4 décadas da promulgação da Constituição Federal, podemos questionar, ainda, considerando todos esses aspectos mencionados, se a maneira como o Direito e a máquina pública – através de seus gestores – entendem o meio ambiente de fato compreende e abrange cosmovisões diversas, como o bem viver¹² e os modos de vida de povos e comunidades tradicionais. Isto porque as conquistas jurídicas e legislativas voltadas para o meio ambiente e para os povos tradicionais advieram, em diversos momentos, da habilidade dos movimentos sociais em expandir suas estratégias e capacidade de negociação com as esferas institucionais de governo:

deslocando os “mediadores tradicionais” (grandes proprietários de terras, comerciantes de produtos agrícolas e extrativos, seringalistas, donos de castanhais e babaquais). Deriva daí a ampliação das pautas reivindicatórias e a multiplicação das instâncias de interlocução dos movimentos sociais com os aparatos político-administrativos, sobretudo com os responsáveis pelas políticas agrárias e ambientais (já que não se pode dizer que exista uma política étnica bem delineada) (ALMEIDA, 2008, p. 90).

Almeida (2008) nos indica, também, que as “terras tradicionalmente ocupadas” como mencionado na Carta Magna (inicialmente para se referir a territórios indígenas) são reiteradas em documentos estaduais e municipais e acordos de cooperação internacionais. Ainda assim, nos aponta o antropólogo, há diversos obstáculos para vermos tais normas legais devidamente cumpridas, devido, principalmente, ao jogo de forças políticas de conservação da estrutura agrária e aos conflitos suscitados por esse choque de interesses. Também Brand (2016) destaca que na perspectiva relacional de Estado, este é diretamente atravessado pela presença de “atores subalternos”, daqueles que não dispõem das forças hegemônicas, ao que esta é uma composição

¹² O Bem Viver é uma filosofia dos povos indígenas, que entende todas as espécies (incluindo a humana) como parte integrante da natureza. Tem como importante preceito a coletividade, como prioridade, com uma cosmovisão diferente da epistemologia ocidental e eurocêntrica (BOMFIM & FEITOSA, 2020).

marcada por forte assimetria. É preciso enfatizar, ainda, que consideramos, neste trabalho, os processos de territorialização e de reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas são essenciais para o fortalecimento de modos de vida tradicionais e integridade de suas relações com o meio ambiente – e por conseguinte, de preservação deste. De acordo com Almeida (2008, p. 29), “a territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força, mesmo em se tratando de apropriação temporárias dos recursos naturais”.

Em 1992, cria-se o Conselho Nacional de Populações Tradicionais, por meio de uma portaria do IBAMA. Há outro aceno na direção de entendimento diverso de meio ambiente na Lei nº 9795, de 1999, a qual estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental. O artigo 4º, inciso II, aponta “a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade” (PLANALTO, 1981). Já em 2004, após anos de movimentos sociais marcando presença e tensionando a disputa por seus direitos, o governo federal criou a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. Resta-nos, então, a indagação de qual o alcance social e legislativo – considerando a estrutura do ordenamento legal e seus efeitos práticos – das noções indicadas para a promoção da Educação Ambiental (formal e não-formal). Em 2007 o Estado reconheceu de maneira mais direta em sua legislação, através do Decreto nº 6040, a importância de considerar e preservar modos de vida tradicionais, com a instauração da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. No documento, há importantes princípios para a proteção e preservação destas comunidades, como

Art. 1º (...):

I – o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes étnica, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade.

(...) VIII – o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;

(...) XIV – a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica (BRASIL, 2007).

O decreto também tem objetivos que visam a garantia de acesso dos povos tradicionais a seus territórios, assim como prevê “garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos” (BRASIL, 2007). Contudo, cotidianamente, assistimos, cada dia mais, às mais diversas violações e ameaças a lideranças regionais e nacionais e diversas comunidades sendo retiradas de seus territórios para a construção ou ampliação de grandes obras, com especial destaque para o mercado de energia.

Não raro, no nordeste brasileiro, ao que realçamos Sergipe, há vários registros de povos tradicionais que viviam há gerações em seus territórios e, de repente, se viram retirados dali por ações do poder privado ou público para dar espaço à construção de usinas hidrelétricas, eólicas, termelétricas. Seguimos, então, a pensar sobre as dimensões das políticas ambientais no Brasil e regulações impostas às políticas energéticas, com enfoque para as consequências nas vidas e práticas de comunidades tradicionais. Por vezes, parece-nos durante esta pesquisa, que há uma aliança entre o Estado moderno e o capitalismo, em que se concebe uma relação de retroalimentação, em uma imagem que muito se assemelha a uma Ouroboros¹³ às inversas. Aqui, ora capital e Estado se devoram em disputa das mesmas presas, ora caçam juntas, sem perceber os efeitos da coligação. Recuperamos, então, a discussão traçada por Brand (2016), em que no capitalismo o aparelho estatal e seu ordenamento têm como atribuição firmar e fortalecer as relações sociais hegemônicas, ao que as atividades e relações socioeconômicas, culturais e políticas se utilizam das crises para criar circunstâncias e ensejos em benefícios do capital.

À medida que o Brasil alcançou destaque no mercado do petróleo e gás e com a abertura para empresas estrangeiras extraírem e produzirem óleo e gás, o Estado passou a regulamentar os processos, principalmente nas décadas de 1980 e 1990. Guimarães (2023) aponta, ainda, que na maior parte do tempo em que houve monopólio da Petrobras, as atividades petrolíferas eram desenvolvidas sem maiores restrições ambientais por parte do Estado. Ele marca também o fato de os documentos de licenciamento ambiental dos anos 1980 serem de difícil localização e acesso, o que impõe obstáculos a um maior entendimento de quais processos de cuidados com impactos ambientais a empresa realizava.

¹³ Figura mitológica presente em registros do Egito Antigo, Grécia Clássica, entre outras culturas, Ouroboros é a representação circular de uma serpente que come a própria cauda. Costumeiramente, tem seu sentido remetido desde o nascimento do universo, fecundidade até morte e renascimento e eternidade.

De acordo com Guimarães (2023), a E&P de petróleo no mar é uma das ações humanas com um dos maiores potenciais para gerar impactos negativos aos ecossistemas, pois pode gerar poluição acústica para o meio marinho, poluição pelo derramamento ou escape de óleo cru, inserção de espécies exóticas e “poluição crônica”. Alguns desses efeitos são resultado da liberação de água de lastro, limpeza interna ou lançamento de efluentes químicos e raspagem de tinta de navios que transitam entre regiões por causa da exploração de óleo. As preocupações ressurgem e, em maior proporção, no que diz respeito ao gerenciamento de descomissionamento¹⁴ de plataformas *offshore* (GUIMARÃES, 2023), processo já em andamento nas águas sergipanas. Não podemos ignorar, também, os efeitos gerados pela indústria petroquímica, componente de destaque no cenário brasileiro de produção do petróleo.

Os efeitos ambientais negativos também têm reverberações para as possibilidades de reprodução social e cultural de vários povos. Por isso, adotaremos a noção de impactos socioambientais, pois há várias consequências da acumulação de capital que a indústria energética e de exploração do petróleo produz. Nessa perspectiva, Svampa (2016, p. 143) define os conflitos socioambientais como “aqueles ligados ao acesso, à conservação e ao controle dos recursos naturais, que supõem, por parte dos atores confrontados, interesses e valores divergentes em torno dos mesmos, em um contexto de assimetria de poder”. Este enfrentamento não tem a ver apenas com o campo material dos recursos propriamente dito, mas também diz sobre entendimentos e modos de se relacionar diversos com o meio ambiente e sobre diferentes noções de desenvolvimento (SVAMPA, 2016).

Ao passo que equipamentos são instalados, como plataformas, refinarias, portos, dentre outros, há uma tendência para a atração de funcionários com alto poder aquisitivo, vindos de outras regiões do estado ou do país e que, geralmente, desconhecem as práticas ou mesmo a existência de comunidades tradicionais naqueles espaços. Com a acumulação de capital, há o aumento da especulação imobiliária na região, não raro em territórios tradicionais. Crescem, por conseguinte, demais obras públicas baseadas no discurso do desenvolvimento e qualidade de vida, aspecto que contribui para o aumento dos preços de produtos e terrenos, dificultando a permanência e sobrevivência de quem já residia ali. Geralmente, os pescadores e marisqueiras veem seus pontos de acesso aos manguezais e rios fechados – as “cercas nas águas”, referidas por marisqueiras de diferentes lugares, geralmente não são uma metáfora, mas sim expressão

¹⁴ Série de procedimentos adotados para o desmonte de equipamentos e da plataforma em si, ao final de sua vida útil. Em alguns casos, o aparato é abandonado em mar, quando não é possível fazer toda a retirada.

de uma situação literal. As cercas dos empreendimentos privados são acompanhadas de “capangas” armados. Como já cantava Melodia (1973): “Quanto você paga pra me ver sofrer”.

Assim, as ameaças que pescadores artesanais e marisqueiras encontram são várias, ou por armas, ou por insegurança alimentar, ou por não poderem mais se banhar nos rios que as constituíram, que as mães e avós ensinaram a respeitar e a dali tecerem vidas. Além da construção de grandes obras e avanço da especulação imobiliária há também o registro crescente de poços de carcinicultura, que são construídos dentro dos manguezais, construídos com ou sem licença ambiental da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA) e com um alto impacto de destruição de mangues. Estes fatores, dentre outros (como possivelmente, a crise climática de âmbito mundial), têm levado a uma diminuição drástica de peixes e mariscos, relatados em **várias** comunidades tradicionais no nordeste brasileiro. Com a diminuição dos mariscos, as mulheres precisam ficar mais horas na cata e com a poluição dos manguezais e o contato com essa lama (antes significado de saúde e abundância) tem ocasionado inflamações e infecções ginecológicas. Comumente elas relatam que quando vão à consulta médica, a pessoa que as atende não consegue compreender a relação entre aquele problema de saúde e os manguezais, pois não teve formação (e o olhar treinado) para isso, o que traz questões para uma terapêutica adequada ou mesmo para a (não) resolução do que ocasiona os sintomas. Além disso, há diversos efeitos financeiros e psicológicos vivenciados por pescadores artesanais e marisqueiras quando atingidos por derramamento de óleo – seja em grande ou pequena quantidade.

Este cenário de incertezas, com insegurança alimentar, financeira, problemas de moradias contribui para dificuldades em vislumbrar perspectivas de futuro e sonhar. Por conseguinte, percebe-se o aumento de duas graves questões: a maior circulação (com uso abusivo) de drogas lícitas e ilícitas e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Frequentemente, por andanças nas comunidades, encontramos marisqueiras já mães ou avós com diagnósticos de depressão ou relatos de quadros depressivos, fazendo uso (prescrito ou não) de ansiolíticos, antidepressivos e remédios para dormir. Afinal, como ter tranquilidade, saúde e boas oito horas de sono quando se está ameaçada ou vendo sua família com tantas outras dificuldades?

A conjuntura socioambiental para os povos e comunidades tradicionais tem sido cada vez mais crua e com circunstâncias cruéis. Os impactos gerados pelos empreendimentos são de vários níveis, com reverberações que aparecem logo ou que requerem um esforço do olho urbanizado. Cabe aqui lembrar que o Brasil é signatário da Convenção 169 da Organização

Internacional do Trabalho, a qual preconiza que é obrigação dos governos assegurar a segurança, integridade, direitos humanos e gozo de liberdades fundamentais aos povos e comunidades tradicionais. A Convenção também assevera que em situações de existência de minérios em propriedades do Estado, as diversas instâncias governamentais devem produzir e executar ferramentas de consulta aos povos e comunidades tradicionais, os quais “deverão participar sempre que for possível dos benefícios que essas atividades produzam, e receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades” (OIT, 1989). Resta-nos as indagações da importância que estas determinações têm recebido em terras brasileiras.

2.1 Um pouco sobre os processos de licenciamento ambiental

A atuação de instrumentos de proteção aos povos e comunidades tradicionais frente ao avanço dos grandes empreendimentos recebem novas dimensões. Uma das principais ferramentas da PNMA é o licenciamento ambiental, estabelecido pelo CONAMA e com critérios dados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Para este trabalho, iremos nos ater ao Licenciamento Ambiental Federal (LAF), haja vista este ser o processo necessário para a extração de petróleo e gases em mar, de acordo com a Lei nº 6938/81, aqui campo de análises que se articula com o objeto de pesquisa.

Para a autorização de operações que possam gerar poluição ou outras consequências negativas, é necessário que a empresa a ter suas atividades licenciadas apresente estudo de impacto ambiental e relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), com a realização de audiências públicas e publicização dos documentos produzidos. Com o desenvolvimento destas etapas, a avaliação de impacto ambiental é consolidada e, a partir de tais ferramentas, o IBAMA emite a Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO).

Mesmo com todos estes protocolos, há plataformas operando no Brasil que não tiveram EIA/RIMA ou não passaram pelo processo de licenciamento, visto que a toda esta regulamentação foi gradualmente construída após a instalação de tais equipamentos petrolíferos. Após um estudo minucioso de registros de instalação de algumas plataformas e da determinação de protocolos de LAF, Guimarães (2023) demarca que há no país plataformas da Petrobras que operam sem a devida realização de estudos de impacto ambiental, mesmo quando já havia legislação e normas para tal. Marcamos aqui, a existência, de acordo com o autor mencionado, de casos em Sergipe. Para a regularização, a empresa precisou efetuar uma série

de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), porém “os TACs de regularização são geralmente percebidos como instrumentos de baixa efetividade, protelatórios e que acabam servindo apenas de suspensão da pretensão punitiva” (GUIMARÃES, 2023, p. 228).

O IBAMA, por ser também órgão fiscalizador, pode a qualquer momento requisitar realização de novos estudos ambientais por parte das empresas licenciadas, porém há uma sobrecarga de trabalhos com o atual modelo de procedimentos adotados; ao que os registros de LAF para poços *offshore* demonstram que “a maioria é realizada com base em licenças de operação vigentes há muitos anos”, por meio do procedimento de prorrogação automática da licença (GUIMARÃES, 2023, p. 120). Aproveitamos o ensejo para questionar se a carência de recursos, materiais ou humanas, e o uso de automatismo nos processos de licenciamento não estariam a serviço do neoliberalismo, em uma política acrítica que também suscita processos de reificação.

Para a produção do EIA/RIMA e obtenção da LI, a instância empreendedora (a ser licenciada) deve apresentar ao menos três ferramentas: escala de verificação de vulnerabilidade das comunidades e grupos que estarão sob influência dos efeitos do empreendimento; determinação de quais grupos terão prioridade no escopo da ação educativa (de acordo com os levantamentos de quais grupos serão mais afetados) e planejamento metodológico para um Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSAP), que precisa ser aprovado pelo IBAMA antes de ser efetuado. O LAF também requer a apresentação, a partir dos procedimentos mencionados, de uma proposta de Programa de Educação Ambiental (PEA), a ser financiado pela instância poluidora e com início logo após a aprovação do Instituto de Meio Ambiente. O desempenho e ações do PEA também são fiscalizados pelo IBAMA, por meio da produção de relatórios ou visitas técnicas e este pode, sempre que achar necessário, solicitar acréscimos ou a elaboração e execução de um novo DSAP.

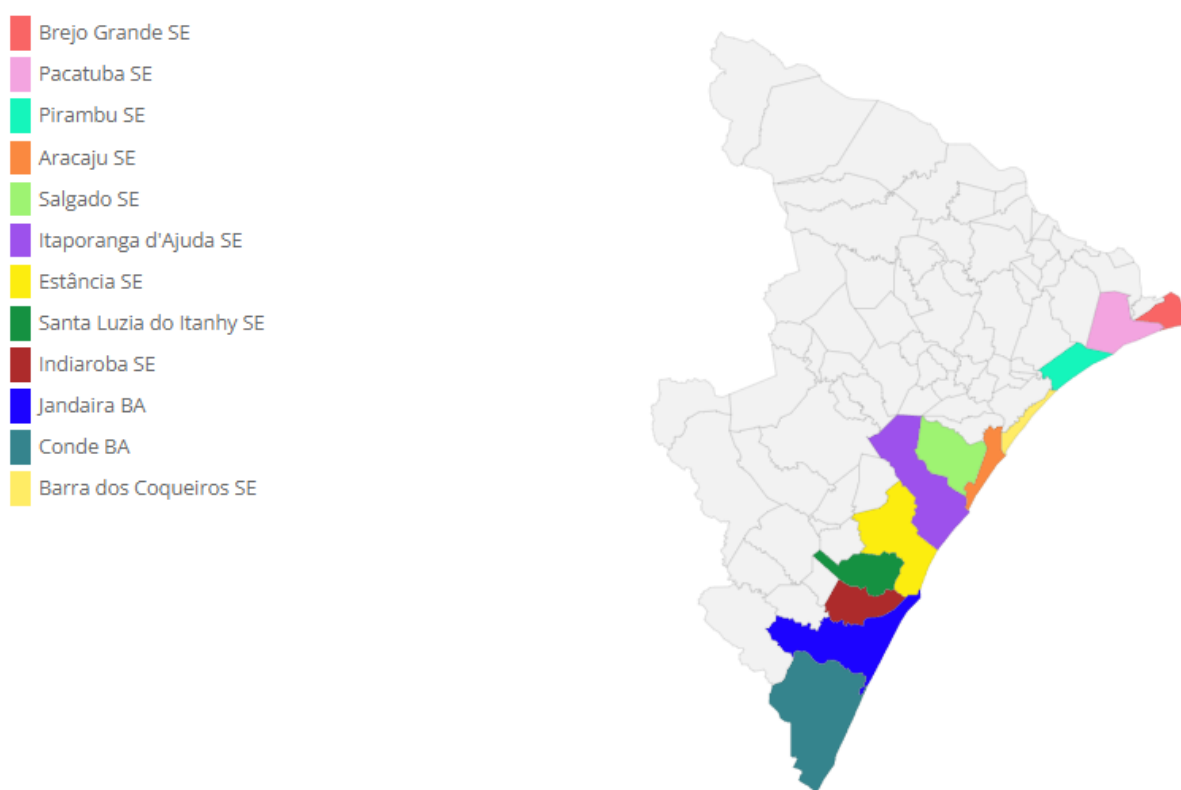
Esta pesquisa parte das vivências e andanças no Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), exigência do IBAMA para a realização do licenciamento ambiental da Petrobras para atividades em mar na bacia Sergipe-Alagoas (SEAL). A bacia, que tem 350 km de extensão, faz fronteira ao norte com a bacia Pernambuco-Paraíba e ao sul, com a Bacia de Jacuípe. A maior parte das descobertas data da década de 1960 e na porção sub-bacia de Sergipe, ao que até 2017 já haviam sido perfurados 458 poços *offshore* em toda a bacia¹⁵.

¹⁵ Fonte: <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/rodadas-concluidas/concessao-de-blocos-exploratorios/14a-rodada-licitacoes-blocos/areas-oferta>.

No que se refere aos fabricados pela Petrobras, há cerca de 158 poços marítimos inativos e com proposta a ser executada de descomissionamento das 26 plataformas em águas rasas.

O PEA citado segue em realização, haja vista a determinação do IBAMA em detrimento dos impactos socioambientais que seguem se propagando no estado. No início do século XXI o Programa de Educação Ambiental era realizado por uma consultoria privada e, há mais ou menos 15 anos, passou para a conformação em que a UFS é a executora, o IBAMA, o órgão fiscalizador e a Petrobras, a financiadora (já que é o empreendimento poluidor), e envolve comunidades em todo o litoral sergipano, além de Conde e Jandaíra, na Bahia.

Área de Abrangência do Peac



Mapa da área de abrangência do PEA.

Fonte: <https://programapeac.com.br/maps>.

Os Projetos de Educação Ambiental se relacionam às medidas de mitigação e compensação para os impactos socioambientais gerados. Nesse sentido, a proposição de um PEA deve estar prevista já nos estudos realizados para a obtenção da LI. O IBAMA acompanha

não apenas o planejamento, mas também a execução do programa. As diretrizes e bases técnicas para os programas se encontram nas notas técnicas nº 01/10 e nº 02/10 da Coordenação Geral de Petróleo e Gás (CGPEG), Diretoria de Licenciamento Ambiental (DILIC) e IBAMA, além da instrução normativa nº 2, de 2012, do IBAMA. De acordo com a nota técnica nº 01/10 (IBAMA, 2010), um projeto de mitigação é compreendido como “conjunto de procedimentos metodológicos capazes de (i) minimizar e/ou evitar os efeitos difusos negativos dos impactos da atividade licenciada, (ii) evitar o agravamento de impactos identificados e (iii) a ocorrência de novos impactos”.

Já no que concerne à noção de compensação ambiental, há mais dissensos entre a comunidade acadêmica e mesmo na jurídica. Há quem entenda que compensação e medidas compensatórias são de mesma compreensão e práticas. Há, porém, quem faça a separação, a partir de um entendimento de que a compensação é uma ferramenta financeira tendo em vista um dano que não pode ser evitado ou mitigado, com base na Lei nº 9.985, de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), sendo diferente das medidas compensatórias, exigidas pelo IBAMA no processo de licenciamento ambiental (BECHARA, 2007). Para este trabalho, ponderamos esta diferenciação como importante, mas não como imprescindível, para os fins aqui pretendidos e adotaremos a definição de projeto de compensação trazido pela nota técnica do IBAMA, junto à CGPEG e DILIC, a qual entende como:

conjunto de procedimento metodológicos balizadores do financiamento de ações compensatórias de caráter coletivo por parte da empresa licenciada quando, diante de um impacto inevitável, for identificada a interferência sobre a atividade econômica e/ou o cotidiano de determinado grupo social (IBAMA, 2010, p.37).

A partir de tais noções, são sistematizados os programas, que englobam linhas de ação, com diferentes frentes de trabalho e devem funcionar de maneira alinhada, pela mesma orientação teórico-metodológica, com planejamento pedagógico para o “desenvolvimento da gestão compartilhada de caráter regional” (IBAMA, 2010, p.3). A principal linha de ação a que esta pesquisa esteve ligada – por uma bolsa de pesquisa e extensão de mestrado – é a linha de ação A, em que, a partir de um DSAP, foi criado em 2013 o Projeto de Organização e Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras no Litoral de Sergipe. De acordo com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos reguladores e licenciador, o projeto desta linha deve executar processos que levem a uma formação que possibilite maior participação qualificada

nas etapas de decisão de disposição e partilha dos “custos/benefícios” advindos da exploração do petróleo e gás. A nota técnica nº 01/10 (IBAMA, 2010, p.5) destaca ainda que esta linha de ação tem como ideal a “democratização do processo de licenciamento ambiental e, em última análise, da gestão das ações de transformação da realidade local”. Com base nessas noções, desempenha-se trabalhos principalmente com marisqueiras das comunidades Carapitanga, em Brejo Grande; Aguilhadas, em Pirambu; Areia Branca, Mosqueiro e Robalo, em Aracaju; Apicum e Rita Cacete, em São Cristóvão; Muculanduba, Porto do Mato e Ouricuri, em Estância; Rua da Palha e Pedra Furada, em Santa Luzia do Itanhy e Pontal, Preguiça e Terra Caída, em Indiaroba. Junto a este projeto, ganhou maior forma o Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS), coletivo de mulheres que se projeta pelo estado e país com importantes alianças e conquistas.

É preciso destacar, também, que o PEA tratado aqui se firma nos princípios e práticas da Educação Ambiental Crítica. Neste âmbito de entendimento, há uma busca ativa por uma intervenção que compreende a integralidade entre as relações sociais e os espaços ecológicos, ou seja, não se opera uma separação entre cultura e natureza. A educação ambiental crítica também pode ser enunciada por “transformadora, popular, emancipatória e dialógica” ao propor que os processos sócio-históricos sejam concebidos como partes importantes às reflexões e às práticas pedagógicas (LOUREIRO, 2007, p. 66). Assim, deve-se evitar entendimentos funcionalistas da sociedade, assim como de dissociações entre teoria e prática, além de perseguir um fazer que tenha margens para autocríticas e para pensar as contradições inerentes na realidade. A Educação Ambiental Crítica se baseia em três importantes pontos para o trabalho pedagógico:

- a) efetuar uma consistente análise da conjuntura complexa da realidade a fim de ter os fundamentos necessários para questionar os condicionantes sociais historicamente produzidos que implicam a reprodução social e geram a desigualdade e os conflitos ambientais;
- b) trabalhar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais ante as relações de expropriação, opressão e dominação próprias da modernidade capitalista;
- c) implantar a transformação mais radical possível do padrão societário dominante, no qual se definem a situação de degradação intensiva da natureza e, em seu interior, da condição humana (LOUREIRO & LAYRARGUES, 2013, p. 64).

Nesse contexto, aparece no panorama a possibilidade de “ampliação na compreensão do mundo e o repensar das relações eu-eu, eu-outro, eu-nós no mundo” (LOUREIRO, 2007, p. 68). Estas compreensões são construções de um saber que também pautam as atividades, eventos,

diálogos e planejamentos do PEA com as comunidades que atua. Pode-se dizer, portanto, que o trabalho dos programas de educação ambiental, têm proposta de transformação social da realidade, na medida em que se pautam na educação popular. De acordo com Contreras (2011, p. 135), “o movimento ontológico considera a educação como mediação social, como categoria específica do ser social (...) e, portanto, é na práxis educativa que o indivíduo relaciona-se com a totalidade e atualiza as suas possibilidades de efetivação da liberdade”; ao passo que o ser humano é entendido como protagonista de sua história e pode produzir potenciais para a sua emancipação.

2.2 Um pouco sobre a política nacional e sobre os novos rumos do petróleo

O desenvolvimentismo pode ser compreendido enquanto projeto com aspectos políticos, econômicos e sociais em que, intencionalmente, os governos investem na industrialização do país, com o propósito de alcançar o crescimento econômico nacional. O desenvolvimentismo também é entendido por diversas autoras e autores como ideologia e como modo de ver o mundo com a industrialização como encargo estatal (FONSECA, 2015). Há várias décadas se discute a temática e a menção à industrialização como estratégia dos Estados desenvolvimentistas para solucionar o subdesenvolvimento e reduzir a pobreza; essas posições aparecem regularmente nas teorizações da temática, ainda que haja diversos pontos de divergência nas fundamentações teóricas.

Pode-se localizar várias experiências desenvolvimentistas no mundo e na América Latina ao longo do século XX. Fonseca (2015) aponta que nesta região a industrialização se deu por substituição de importações, dando forma a práticas desenvolvimentistas antes mesmo de a expressão ser amplamente disseminada. Assim, nasceu em 1948 a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), com sede no Chile, responsável por produzir importante fundamentação teórica para o desenvolvimentismo.

A Cepal, antes de enfraquecer (em detrimento das ditaduras latinas da década de 1960), como nos aponta Pereira (2011), construiu importantes ferramentas de análise do contexto latino. Até então, não havia maiores teorias que dessem conta das práticas desenvolvimentistas que já ocorriam na América Latina. Assim, os estudos também se dedicaram a entender o contexto brasileiro e suas condições políticas e econômicas ao longo do século XIX que contribuíram para o entendimento do Brasil como Estado desenvolvimentista no século seguinte (FONSECA & SALOMÃO, 2017). Durante os governos Vargas (de 1934 a 1945 e de

1951 a 1954) e de Juscelino Kubitschek (de 1956 a 1961), o país teve os pontos altos quanto à política econômica aqui discutida.

Apesar de o desenvolvimentismo se caracterizar pela intervenção estatal para a superação do subdesenvolvimento com o investimento na indústria, não se pode cometer o erro de acreditar que as práticas desenvolvimentistas se opõem à iniciativa privada. De acordo com Fonseca e Salomão (2017), há, na realidade, a concepção de que unicamente o mercado não se faz suficiente para se atingir o desenvolvimento ou mesmo que, esperar por isso, poderia demorar bastante tempo. Além disso, Pereira (2011) mostra que, no modelo da Cepal, distribuição de renda e relações de classe não eram amplamente consideradas. Oliveira (2013) aponta que o desenvolvimentismo no Brasil se deu como uma realocação de poder econômico para uma nova classe burguesa industrial que nascia, em desfavor das velhas classes agrárias, em um “pacto estrutural”. Por conseguinte, apesar da maior integração do Brasil à Divisão Internacional do Trabalho – o que poderia ocasionar ao país a passagem por algumas etapas do capitalismo, o que se viu foi que:

faltou o outro lado, isto é, que o projeto emancipador fosse compartilhado pela burguesia nacional, o que não se deu. Ao contrário, esta voltou as costas à aliança com as classes subordinadas, ela mesma já bastante enfraquecida pela invasão de seu reduto de poder de classe pela crescente internacionalização da propriedade industrial, sobretudo nos ramos novíssimos. O golpe de Estado de 1964, contemporâneo dos outros na maioria dos países latino-americanos, derrotou a possibilidade aberta (OLIVEIRA, 2013, p. 132).

Essas características, que compõem algumas das críticas ao desenvolvimentismo e à Cepal, contribuem para um cenário em que práticas desenvolvimentistas, atreladas a um Estado desenvolvimentista ou não, sejam violentas com a parte invisibilizada da sociedade brasileira. Alinhada a essa perspectiva, Pereira (2018) nos alerta que os modos de desenvolvimento do Brasil passaram (e ainda passam) por um acordo entre capitalismo e racismo. O referido autor aponta também para crimes de violação de Direitos Humanos e de ecocídio que comumente acontecem no contexto da construção e instalação de grandes obras de infraestrutura, como Usinas Hidrelétricas. A política de desenvolvimentismo, portanto, também compõe uma estrutura de Estado que violenta povos e comunidades histórica e socialmente marginalizados.

Atualmente, não há consenso quanto à continuidade e dimensões do desenvolvimentismo nas políticas hodiernas ou mesmo nos primeiros governos Lula (2003 a 2011, em dois mandatos) e governos Dilma (2011 a 2016, tendo sido o segundo mandato

interrompido pelo processo de *impeachment*). Alguns autores apontam para a existência de um neodesenvolvimentismo ou novo desenvolvimentismo, em que as políticas macroeconômicas recebem maior destaque (GONÇALVES, 2012). Para Svampa (2016), este contexto, ligado a governos progressistas, se articula com um padrão de neocolonialismo, em que os planejamentos e estratégias políticas seguem orientados pelo uso e extinção dos recursos do meio ambiente, em uma lógica que provoca a reprimarização da economia. A autora destaca ainda que:

o extrativismo resultante não é um destino, é uma opção política e também civilizatória assumida pelos diferentes governos, que vai reconfigurando negativamente nossos territórios e economias e gera uma nova dependência: cada vez exportamos mais matérias-primas, o que aparece refletido na concentração econômica, na especialização produtiva, assim como na consolidação de *enclaves*¹⁶ de exportação (SVAMPA, 2016, p.142).

Estes aspectos apontados reiteram o entendimento de que parece haver um pacto entre Estado e economia capitalista, com todos seus elementos políticos e culturais. Svampa (2016) nos aponta, ainda, que o contexto geopolítico da América Latina em relação aos governos progressistas diz respeito a uma maior complexidade social, com maior diversidade de agentes ativos no jogo político, ao mesmo tempo que há uma maior vinculação entre neodesenvolvimentismo extrativista e neoliberalismo. Realçamos, assim, a continuidade de aspectos que envolvem a distribuição de renda e políticas públicas e a dificuldade na realização de reformas de base, que se refletem em diversas normatizações da legislação brasileira para atender ao mercado externo e que geram reverberações na política energética nacional. Para Gonçalves:

Cabe destacar que o novo desenvolvimentismo assenta-se em algumas diretrizes do liberalismo econômico: baixa propensão a políticas setoriais, liberalização comercial, ausência de restrições ao investimento estrangeiro direto, minimização da função alocativa do Estado (investimento, políticas setoriais e planejamento), incorporando da função distributiva do Estado de forma moderada (valoriza a distribuição de renda, mas ignora a distribuição de riqueza); defesa das reformas institucionais orientadas para a correção de falhas de mercado e de governo (função reguladora do Estado) e grande ênfase na estabilização macroeconômica (controle da inflação e equilíbrio fiscal) (GONÇALVES, 2012, p. 661).

¹⁶ Um enclave tem a ver diretamente com plantas industriais com insípidas relações com os territórios adjacentes e têm muita interferência nos mercados de exportação (DADIDOVICH, 2010).

Assim, a coexistência de elementos do neodesenvolvimentismo e do neoliberalismo, recai sobre a política ambiental brasileira, seja em sua estrutura normativa, seja na estrutura trabalhista, sem efetivo humano suficiente para atender a todas as demandas do licenciamento, como já mencionado acerca do contingente humano do IBAMA em trabalho de Guimarães (2023). Estes elementos ganham maior importância quando percebemos que a definição ambiental é parte direta da escolha estatal, com os aspectos que interessam ao Estado diante do balanço entre o direito ao desenvolvimento e o direito de um meio ambiente preservado (BIM, 2014, apud GIASSON, 2015). De acordo com Svampa (2016) para discutir os conflitos socioambientais, é necessário observar também as políticas públicas, assim como os modelos de desenvolvimento adotados na economia nacional.

As atividades e políticas aplicadas à Petrobras e à política energética brasileira foram fortemente impactadas pelo desenvolvimentismo, principalmente durante a construção das primeiras plataformas e exploração nos primeiros campos de petróleo. Contudo, não podemos ignorar o peso que o neoliberalismo, durante a década de 90, teve no Brasil. Nesse período, houve várias medidas político-econômicas que afastaram o desenvolvimentismo. Deste conjunto de medidas, destacamos a “liberalização do regime de investimentos estrangeiros, que implica a quebra de monopólios em áreas estratégicas e o fomento aos movimentos de fusões ou aquisições, recompondo a malha empresarial doméstica” (MASSIMO, 2013, p. 135). Como já dito por Zulato (2013), a legislação quanto à E&P de petróleo e gás foi impactada com o fim do monopólio pela Petrobras e abertura para as empresas privadas, nacionais ou estrangeiras. Há pouco mais de uma década, o contexto brasileiro da exploração petrolífera tem passado por uma série de mudanças. Enquanto várias organizações e corporações privadas têm avançado na perfuração de poços *onshore* e *offshore* em águas rasas, a Petrobras tem diminuído suas atividades em terra e nas plataformas marítimas mais antigas para o avanço da exploração do pré-sal. Este processo já desenvolvido no sudeste, principalmente com as bacias de Santos e Campos, agora cresce no nordeste. Em Sergipe, este curso já apresenta grandes repercussões.

O estado está em um processo de transição de exploração por parte da Petrobras, pois historicamente a Bacia tem suas plataformas marítimas em águas rasas e atualmente vemos se desenhar em Sergipe o cenário nacional de exploração do Pré-Sal, ao passo que as plataformas antigas têm passado pelo processo de descomissionamento. Já na 13ª rodada da ANP, de licitação dos blocos de petróleo e gás, em 2015, foram ofertadas áreas em águas profundas e ultra profundas em SEAL. Assim, no final de 2021 a Petrobras anunciou a confirmação na

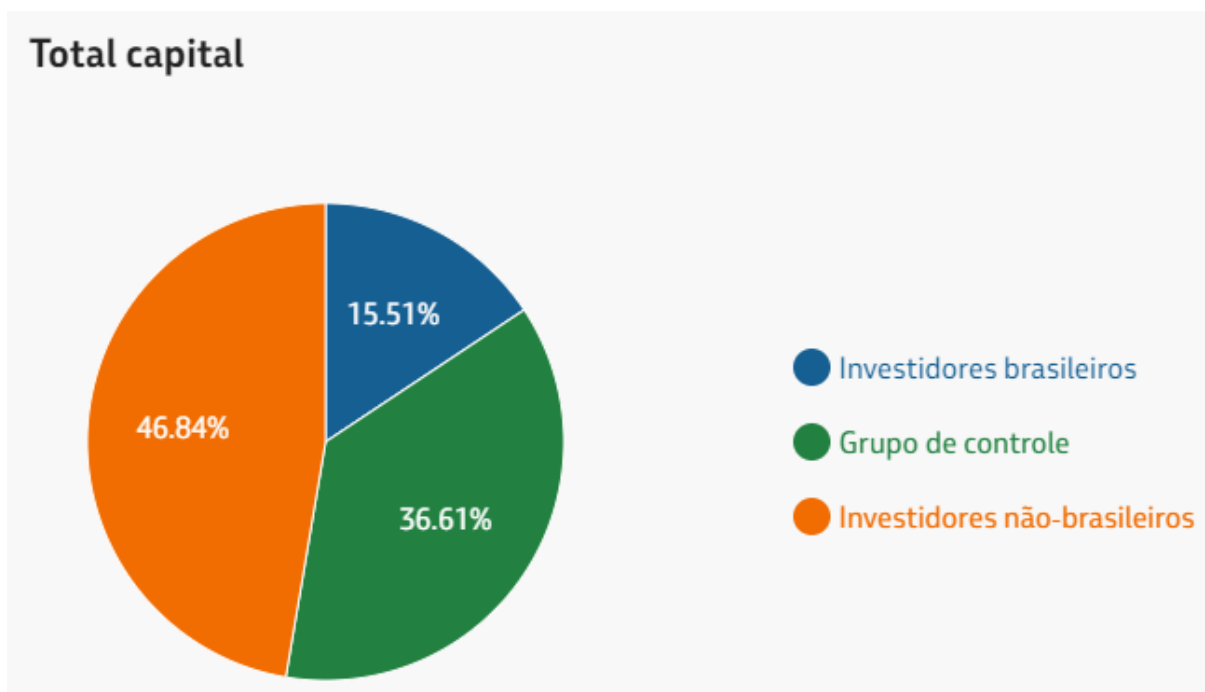
Agência reguladora, a viabilidade econômica do projeto Sergipe Águas Profundas (SEAP), iniciando planejamento e atividades para produção em uma nova fronteira de exploração. Publicizado pela empresa como “um dos mais relevantes do nosso portfólio do ponto de vista do volume de produção de gás e oferta nos próximos anos”, a programação é de instalação de uma nova plataforma em 2026¹⁷.

Esse processo vem acompanhado, mais uma vez, do discurso oficial do desenvolvimento, progresso, geração de empregos e oportunidades para a indústria no estado, tanto em portais jornalísticos, quanto em páginas de notícias oficiais da empresa e do governo do estado. Vale demarcar que até a previsão dos procedimentos físicos de descomissionamento tem sido vendida com o discurso de oportunidades pelas instâncias midiáticas do governo estadual, enquanto quase nada se comenta acerca dos riscos e possíveis impactos. O que se vê no contato com grupos mais afetados pela exploração de petróleo e gás é a preocupação com a geração de impactos socioambientais e a necessidade por maiores informações acerca desta mudança na extração do óleo e gás e seu transporte. Isto porque há indícios de que a empresa usará o modelo de operações *ship to ship*¹⁸ (o qual também precisa passar por licenciamento ambiental) para levar o produto extraído das plataformas para navios maiores que o levem a outros estados ou países para o refinamento, aumentando os riscos de vazamento de óleo e o trânsito de embarcações em Sergipe.

Além dos receios de riscos aos ecossistemas, que entendemos aqui serem diretamente riscos aos modos de vida tradicionais, há os receios de retornos financeiros para o Brasil e às localidades em que acontecem a exploração do petróleo – através dos rendimentos para a União. Atualmente, a Petrobras, empresa pública de capital aberto, tem grande parte de seus acionistas fora do país, como mostra o gráfico a seguir:

¹⁷ Fonte: <https://nossaenergia.petrobras.com.br/w/nossas-atividades/bacia-sergipe-alagoas-conheca-as-oportunidades>.

¹⁸ O termo *ship to ship* (STS) se refere a um sistema de operações de transferência de volumes de petróleo e gás de uma embarcação para outra, seja para navios atracados ou em movimento. O modelo também precisa de licenciamento ambiental do IBAMA para execução e tem crescido bastante no Brasil e nas atividades da Petrobras.



Composição do capital total da Petrobras, em março de 2024.

Fonte: <https://www.investidorpetrobras.com.br/visao-geral/composicao-acionaria/>.

Em 2021, Binsztok alertou para a socialização de passivos ambientais da Petrobras no Rio de Janeiro, com a tentativa de transferência de áreas do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) para gerenciamento pelo governo do estado do Rio de Janeiro. As obras foram abandonadas pela petroleira e, em um processo de reestruturação de suas atividades produtivas, não cumpriu plenamente com suas funções de provedor energético “às camadas mais vulneráveis da população, para se tornar um veículo voltado para a acumulação interna de capital” (BINSZTOK, 2021). Além disso, recentemente, uma condicionante ambiental imposta à Petrobras para a obtenção da LP foi alterada pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea), sem razões apresentadas à sociedade. Com a mudança, a petroleira viu sua obrigação em criar uma zona de amortecimento de 2.308 hectares, que teria como fim proteger importantes mananciais da região, amenizada na incumbência de dar suporte para a instalação de um parque. Na primeira medida, o custo previsto para a Petrobras variava entre 30 e 15 milhões de reais e na segunda, passou para cerca de 4 milhões¹⁹. Novamente, fica evidente a desobrigação da empresa poluidora na diminuição dos impactos produzidos por suas atividades e instâncias estatais assumindo parte da conta, em uma celeuma que se arrasta ao longo de décadas.

¹⁹ Fonte: <https://oeco.org.br/reportagens/alteracao-de-condicionante-favoreceu-petrobras-no-licenciamento-do-comperj/>.

A noção de passivo ambiental nasceu das ciências contábeis, para se referir aos custos para recuperar o meio ambiente após os impactos de um empreendimento ou ação. Com discussões do conceito ao longo dos anos, os passivos ambientais passaram a ter uma abrangência maior, relacionando-se também ao acúmulo de prejuízos ambientais com determinada atividade, “representa, em um sentido figurado, uma “dívida” para com as gerações futuras” (SANCHEZ, 2001, p. 19). Para este estudo, consideramos que é importante considerar os aspectos formais de ordem econômica para fins sócio-históricos. Contudo, entendemos que é necessário não nos atermos a estes elementos e escaparmos para além das argumentações destas áreas, tendo em vista o campo de intervenção e objeto aqui discutidos.

No cerne dos debates concernentes aos efeitos socioambientais em detrimento da produção energética de matriz fóssil, está a desigualdade social. Herculano (2002) aponta para a produção de uma invisibilização dos altos riscos ambientais com que convivem as classes mais pobres pela própria desigualdade brasileira, com uma distribuição bastante desigual das consequências do desenvolvimento. Nesse contexto, produz-se um cenário de intensa Injustiça Ambiental, entendida como modo de funcionamento em que, em um bojo social permeado por desigualdades, “destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis” (HERCULANO, 2002, p. 3). Rodin (2021), ao pensar as condições e impactos de perfurações de poços de petróleo vividos por marisqueiras no recôncavo baiano, demarca a inseparabilidade entre a desigualdade ambiental da desigualdade racial no país, com necessidade de se pensar tais conflitos de maneira interseccional: “raça, classe, gênero e nacionalidade”.

Acompanhamos nesta pesquisa a posição de Rodin (2021), ao tecermos aproximações entre as repercussões da desigualdade e produção de Injustiças Ambientais enfrentadas pelas comunidades sergipanas da investigação da autora na Ilha de Maré, na Baía de Todos os Santos. Segundo seus registros e em diálogo com outras pesquisas realizadas na região, os padrões de desenvolvimento pautados na produção petrolífera geram uma série de conflitos. Assentados no Racismo Ambiental, afetam as comunidades pesqueiras e instituem condições sociais e de saúde vulnerabilizantes, principalmente às mulheres negras com modos de vida tradicionais, dada a carga de demandas e papéis que elas desempenham nos seios familiar e coletivo. Rodin (2021) também reflete como a Ilha de Maré foi transformada em uma zona de sacrifício do capital, com a poluição química (a qual levou a um aumento expressivo dos casos de câncer e

óbitos em crianças pela contaminação por chumbo) dos aparelhos de extração do óleo e repercussões na saúde mental dessas mulheres. Viégas expõe que:

Na perspectiva dos estudiosos da desigualdade ambiental, o termo “zona de sacrifício” passou a designar locais onde há ocorrência de múltiplas práticas ambientalmente agressivas atingindo populações de baixa renda ou minorias étnicas. Tais populações são vítimas de impactos indesejáveis de grandes investimentos que se apropriam dos recursos existentes nos territórios, concentram renda e poder, ao mesmo tempo em que atingem a saúde de trabalhadores e a integridade de ecossistemas de que dependem (VIÉGAS, 2006, p. 20).

As condições e conflitos acima discutidos guardam bastante semelhanças com as vistas nas comunidades abrangidas pelo Programa de Educação Ambiental condicionante ambiental à Petrobras para exploração *offshore* na bacia SEAL. Desde os recortes de raça, gênero e classe necessários de serem articulados para quaisquer análises, como alguns graves efeitos dos impactos impetrados em nome do desenvolvimento, a exemplo da alta taxa de adoecimento psíquico entre mulheres negras, marisqueiras, mães, avós, que veem seus territórios de vida transformados em recursos para o capital. Há, contudo, mais um aspecto percebido por Rodin (2021) que também se repete nas terras e águas sergipanas a resistência ativa das mulheres marisqueiras contra as empresas poluidoras e contra o Estado, omissos na regulação dos empreendimentos.

Em Sergipe, não é raro ver ações de contestações e ações de oposição a planos de obras e aos impactos gerados nas comunidades vindo das marisqueiras e pescadoras artesanais (sejam lideranças locais de maior visibilidade ou não) em espaços formais ou não de disputas de poder. Esse ponto marca a lembrança de que as pessoas – e não raro as mulheres ocupam papéis centrais – nas comunidades também são atores sociais que constroem importantes iniciativas e articulações de luta em defesa de seus territórios. Nesse sentido, Svampa (2016) demarca como, ao longo dos últimos anos, sujeitos e organizações de diferentes camadas sociais têm trabalhado em conjunto para a construção de diagnósticos e instrumentos de defesa dos territórios, a partir do reconhecimento de saberes e fazeres tradicionais e locais.



Audiência Participação Popular na Construção de Políticas Públicas para a Pesca Artesanal realizada na Assembleia Legislativa de Sergipe, com presença de lideranças marisqueiras e pescadoras do estado.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

As lideranças pesqueiras e marisqueiras de Sergipe têm construído ao longo das últimas décadas importantes alianças no cenário político, nos meios jornalísticos e jurídicos para a denúncia das violências sofridas e proteção de suas vidas e terras em que vivem. Ainda assim, seguem na necessidade de demarcar posições em diversos conflitos, com ameaças de expulsão ou de morte, advindas de grandes proprietários de terra (por vezes juízes ou políticos da região), empresas do ramo imobiliário ou carcinicultores. Com frequência, em algumas localidades de todo o litoral do estado, o cotidiano de várias pessoas tem ficado atrelado à construção de movimentos e estratégias de resistência frente a estes confrontos.

Em Brejão dos Negros, por exemplo, os moradores têm travado várias batalhas contra os avanços exploratórios sobre o território. Formado pelas comunidades quilombolas Resina, Santa Cruz, Brejão dos Negros, Carapitanga e Brejo Grande, o território após mais de uma década de lutas, teve suas terras reconhecidas pelo Estado, através da portaria nº 234, de 14 de novembro de 2024. Uma semana antes, havia sido lançado (protagonizado pela comunidade e auxiliado por pessoas da Cáritas e do PEA) o Protocolo de Consulta livre, prévia, informada e de boa fé do Território Quilombola Brejo dos Negros, em alusão à Convenção 169 da OIT, na busca de que para a construção de obras (de mineração, imobiliária etc) públicas ou privadas, as comunidades sejam devidamente consultadas. A região tem um histórico de diversos tipos de intimidações sobre moradores e suas permanências nas terras.

A comunidade Resina enfrentou por anos, na segunda metade dos anos 2010, fortes pressões de uma grande construtora (que dizia ter adquirido as terras, pertencentes à União) com intenções de construir um grande complexo turístico na foz do Rio São Francisco. Os representantes e donos da empresa usaram, à época, o discurso do desenvolvimento, geração de renda e “além de oferecer cursos de idiomas, e técnicos, com a Fundação Oviêdo Teixeira”, como declarou um dos donos à mídia²⁰. Em troca, tinham a intenção de que os habitantes da região se mudassem para a comunidade Saramém – a qual já recebeu no passado pessoas da comunidade Cabeço, em situação semelhante, após a construção da Usina Hidrelétrica São Francisco, com vários enfrentamentos por questões de moradias. Após vários embates e denúncias de ameaças, a comunidade teve a vitória da desistência da construção do grande empreendimento, tendo em vista que a construtora ignorava os modos de vida tradicionais, de relações daquele povo com aquele território, com as terras e águas em que tradições são passadas de geração em geração.

Este cenário de ameaças se repete em diversos lugares de Sergipe e, infelizmente, nem sempre as comunidades conseguem fazer suas vozes serem ouvidas perante o crescimento dos grandes empreendimentos sobre seus territórios, com graves violações a seus modos de vida.

²⁰ Fonte: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/norcon-diz-que-busca-dialogo-sobre-a-resina/>.

3. UMA TENTATIVA DE ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES

Como já discutido, a análise das implicações tem papel bastante importante para o trabalho socioanalítico. Porque partimos da noção do preceito de que quem pesquisa, ao se colocar em campo, já constrói uma implicação, pois sua presença não é neutra e já acarreta em um novo componente para o campo, produzindo uma variação de entrecruzamentos e implicações (LOURAU, 2004c). Assim, para a pesquisa, é essencial colocarmos estas implicações em análise, pois com ela podemos suscitar os processos de institucionalização, até então ocultos – total ou parcialmente. Para tanto, como já mencionado nos aspectos metodológicos deste trabalho, fazemos uso das cartas enquanto ferramenta diarística de registros, a qual perpassa por vários níveis, incluindo o afetivo. A seguir, estão três cartas ao orientador, contando sobre o trabalho no PEA, as dificuldades, contradições e modulações afetivas vividas em campo, para compor o trabalho analítico.

3.1 CARTA DOS AMÓDIOS

Aracaju, setembro de 2023.

Querido Marcelo,

Resolvi escrever-lhe porque não consegui colocar as ideias a seguir em um texto formal acadêmico tal qual estou acostumada, com coerência textual e lógica narrativa para falar sobre a peste. Em verdade, comecei a escrever há tempinho e travei e, acontecimentos da vida à parte, percebi que minha escrita estava parada porque no momento estou em conflito com esse modo acadêmico convencional, tanto de pesquisar quanto de produzir escritas. Mais do que nunca, começo a entender que minhas questões com o(s) campo(s) que estou são ético-políticas e estéticas. Por isso, uma carta, pois com ela consigo seguir o fluxo lógico que está para mim, no momento, sem maiores compromissos de formatação universitária. Espero que aproveite a viagem a seguir e que você construa um sentido junto com ela.

Porém, também não posso ignorar a sensação de que é muito difícil para mim processar sobre os campos que estou a escrever sobre, visto que me afetam muito. Talvez o que mais gere tais impactos em minha escrita seja o Programa em que estou. Há ilusões construídas coletivamente quanto a ele – o definirei e trarei alguns contextos mais à frente. A quebra dessas ilusões, os conflitos de ordens interpessoais e a carga de trabalho que descreverei me jogam em um charco de desânimo e boa parte da minha energia tem se direcionado a encontrar meios de lidar com isso, em como achar os caminhos para os afetos alegres, que também aparecem (por vezes espontaneamente e sem grandes dificuldades) para meu alívio.

Sinto, então, que preciso contextualizar burocraticamente de onde vem minha bolsa de pesquisa e como se dá um dos campos que estou. Os Programas de Educação Ambiental (PEA) se configuram enquanto medidas de mitigação ou de compensação, como condicionantes para licenciamento ambiental federal impostos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Tais condicionantes são premissas que preveem “condições, restrições, medidas administrativas e ambientais que deverão ser observadas pelo empreendedor para o gerenciamento dos impactos ambientais decorrentes da instalação de empreendimentos e atividades”, sendo necessário o cadastro de cada demanda, com comprovação da possibilidade de a empresa cumprir as condicionantes (BRASIL, 2023)²¹

Eu sou bolsista de mestrado, de extensão e pesquisa, no Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) desde janeiro de 2023. Ele é uma medida de mitigação, advinda de condicionante de licitação ambiental à empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) para exploração de recursos minerais na costa sergipana. O PEAC se estabelece a partir de um convênio entre a Petrobrás, a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPese) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS), de modo que a FAPese gerencia os protocolos e recursos do convênio, a UFS é a instância executora do programa, a Petrobrás - por ser a empresa poluidora - se apresenta como a financiadora/patrocinadora e o Ibama o órgão fiscalizador e regulador. O programa tem atuação em mais de 90 comunidades tradicionais, localizadas nos 11 municípios do litoral sergipano, além de Conde e Jandaíra, na Bahia.

Eu não conhecia profundamente o trabalho do PEAC, e muito menos o trabalho no programa, quando saiu o edital de seleção de uma bolsa para estudantes do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da UFS. A bolsa era para compor a

²¹ BRASIL. Disponível em <https://www.gov.br/pt-br/servicos/atendimento-de-condicionantes-do-licenciamento-ambiental-federal>.

equipe do Projeto de Organização e Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras no litoral de Sergipe. Já tinha ouvido falar um pouco sobre o projeto por uma ou outra pessoa que havia passado por ele, e quase sempre os breves relatos traziam uma forte carga do quanto era especial estar com as mulheres do Movimento de Marisqueiras de Sergipe (MMS).

Eu precisava da bolsa remunerada, então, me inscrevi, ao que estudei por alguns artigos de ex bolsistas (alunas da Psicologia) com professoras coordenadoras do projeto que eu pleiteava a vaga, além de revirar todo o site do PEAC. Lá encontrei informações gerais sobre o que é o programa e seus projetos e algumas matérias jornalísticas de ações com as comunidades. Nos artigos li sobre as experiências com as marisqueiras, sobre o campo com as comunidades tradicionais e sobre os impactos socioambientais que incidem nesses territórios. Porém nenhuma dessas leituras me deu real dimensão de como seria o encontro com o campo ou o trabalho no PEAC.

No programa há cinco projetos que acontecem de maneira concomitantes, com ações nos mesmos campos, muitas vezes nas mesmas comunidades e com as mesmas lideranças. Em tese, os projetos deveriam trabalhar de maneira articulada, mas os ruídos são maiores do que os vínculos e combinações dentro do programa. O Conselho Gestor tem atuação voltada para acompanhamento das compensações e mitigação do PEAC e com formação política das lideranças comunitárias eleitas a cada biênio para compor o grupo. O núcleo de Educomunicação Socioambiental executa atividades e planejamentos de comunicação popular junto às comunidades. Há o Observatório Social dos *Royalties*, com formação e fomento às pessoas das comunidades a acompanharem os processos de gerenciamento dos recursos advindos dos *royalties*. O projeto Compartilhar propõe atividades junto aos povos de comunidades tradicionais para o incentivo ao acompanhamento da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, a fim de reprimir maiores danos às comunidades e seus territórios.

Há, então, o quinto projeto, o de Fortalecimento das Marisqueiras, que mais recentemente passou a englobar também o Observatório Popular de Violências, pela Vida de Mulheres de Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe, o qual ainda se desenha e toma forma. Eu entrei para atuação nessas duas frentes e, de fato, assim tem acontecido; no entanto, não me pergunte quais são minhas funções ou o que, objetivamente, foi pensado para quem entrasse para ocupar minha bolsa. Não sei, apenas trabalho. Nunca me foi dito, oficialmente, qual seria minha função ou a quais processos de trabalho eu precisaria estar atenta. Apenas trabalho.

Pois bem, Marcelo, esse é um pouco do cenário, para te situar do PEAC. Fui a campo pela primeira vez pelo programa logo após a aprovação na seleção, em dezembro de 2022,

quando ainda nem havia assinado contrato com a FAPese. Nesse ponto, transcorridos cerca de 10 meses do mestrado, eu pensava em continuar com meu projeto de pesquisa de ingresso no programa de pós, sobre práticas psi nas redes sociais. Acompanhada por duas colegas bolsistas do PEAC, uma aluna da graduação externa ao PEA e o motorista do carro que estávamos, fomos ao Pontal, em Indiaroba. Nesse dia, tive uma epifania, a qual me fez perceber que há uma modulação afetiva muito grande em minha relação com o território que eu estava, vinda da minha infância e família; não tinha como fazer minha pesquisa sobre outra coisa. Sobre esse momento eu escrevi em meu diário de campo:

“Enquanto comíamos chegou, para minha surpresa (já entre tantas) a jarra de suco de mangaba. Estanciana que sou, conhecia aquele sabor a minha vida inteira; contudo, o inesperado me aguardava e eu ao tomar um simples suco eu senti explodir um universo de afetos. Não sentia aquele gosto específico desde a minha infância, desde minha vida em Estância. Era sabor de mangaba fresca. Naquele exato instante percebi que eu precisaria mudar meu tema de pesquisa. Precisava estar ali, nas terras que também eram, de certa forma, minhas, com os sabores que me invadem e me provocam demais para eu sair incólume. Enquanto comia segurava as lágrimas para não demonstrar emoção que não sabia explicar e naquela situação específica (na casa de pessoas que acabara de conhecer, em minha primeira ida a campo).

Lembrei-me de minha última conversa com Marcelo, dias antes, em que ele me disse que eu poderia trocar de pesquisa se quisesse fazer sobre algo relacionado ao PEAC e marisqueiras. Eu neguei veementemente e disse que faria sobre as redes sociais. E agora, ali estava, certa de que mudaria de pesquisa. Nem sabia sobre o que seria, mas já não me cabia escrever sobre algo que não partisse desse dia tão especial.



Foto do almoço na casa da marisqueira que nos recebeu, em minha primeira visita.
Fonte: Acervo pessoal da autora.”

(Trecho de diário de campo, 2022)

Falarei mais sobre como é ser recebida na casa de uma marisqueira, como é ser recebida por elas, sobre as nossas relações mais à frente. Nesse momento eu preciso contar sobre a peste e sobre o cansaço que me toma. Eu sinto a reificação agindo em meu corpo de extensionista-pesquisadora, que se vê, em sua prática, uma trabalhadora precarizada duplamente. Primeiro, porque sabemos que fazer pesquisa no Brasil não é entendido como trabalho – apesar de sabermos muito bem como o papel das pesquisadoras e pesquisadores faz a roda da ciência, da universidade e das políticas públicas girar, com a produção de pesquisas e consequentes tecnologias.

Em segundo, porque a pesquisa ocupa o lugar final das prioridades do PEAC e da equipe à qual faço parte. O meu dia a dia no programa, principalmente nos primeiros meses, se resume em dar conta de burocracias e demandas que sempre chegam a toque de caixa (situações constantemente referenciadas como “apagar fogo” nos poucos momentos de discussão intra-equipe) para pôr em prática com o MMS. As burocracias mencionadas passam pela produção de documentos requisitados pela Petrobras, como registros de atividades feitas para a comunicação social da empresa, produção de relatórios, previsão de atividades que acontecerão daqui a meses para atender a outras burocracias, como quantidades de produtos para eventos que ainda nem conseguimos sentar e discutir a execução e interesse com as marisqueiras, dentre várias outras. Assim, parece que ter bolsistas no programa é na maior parte do tempo um modo de aumentar a mão de obra qualificada sem aumentar proporcionalmente os custos do programa. Não bastassem esses aspectos, há diversos conflitos que existem no PEAC, dos jogos de poder que ali se estabelecem entre as coordenações, entre as coordenações e analistas, entre analistas e bolsistas, entre diferentes núcleos de projetos.

Há também o que acontece, que todo mundo fica sabendo pela rádio peão, mas que precisamos fazer de conta que não vimos, que não aconteceu e saber que há dinheiro público sendo usado de maneira estranha (contém eufemismo) ou sendo devolvido, ou mesmo coordenações que gerem o programa como se fossem sua casa e olhe lá... Esses elementos estão pra além de uma (pseudo)individualidade e, claro, atravessam a coletividade. Os conflitos, inicialmente burocráticos ou não, perpassam as relações pessoais de quem está ligado ao PEA e, muitas vezes, pessoas que a princípio tinham vários motivos para desenvolverem uma relação de proximidade e identificação, produzem relações de inimizades e de extrema desconfiança. Nem preciso dizer o quanto isso transforma qualquer ambiente de trabalho com um tantinho de insalubridade, digamos.

Eu sinto a reificação agindo em meu corpo e pelo meu corpo de extensionista-pesquisadora. Os efeitos do desenvolvimentismo, das políticas de Estado para o progresso na práxis da bolsista aqui me causam um cansaço mental absurdo, exaustão, insônia, falta de fome ou vontade de comer todos os doces que existem. Darei um breve exemplo: há uns anos, eu faço questão de comemorar muito meu aniversário, dia 6 de julho, o que não aconteceu exatamente desta vez. Esse ano, em julho, nossa equipe estava ao mesmo tempo fazendo as mobilizações para o Encontro do PEAC (EPEAC) e organizando a I Feira das Marisqueiras de Sergipe.

O EPEAC acontece anualmente, em um ano ele tem caráter formativo para conselheiras e conselheiros (lideranças das comunidades) do Conselho Gestor (CG) e no outro ano ele é de cunho eletivo. O CG tem uma equipe técnica responsável por organizar as demandas, realizar trabalhos formativos com essas lideranças e planejar o EPEAC; contudo, o evento envolve todo o programa e todas as equipes vão a campo para fazer mobilizações e eleger as pessoas que irão concorrer às vagas no Conselho.

Eu fui a algumas comunidades, muitas já quase na Bahia, algumas eu ia com motorista ou eu mesma dirigindo (porque o limite de carros com motorista que o PEAC poderia usar já havia sido alcançado para aqueles dias) e posso dizer que é bastante cansativo andar no sol de casa em casa e convidar as pessoas para uma reunião e explicar o que é a condicionante e convidá-las a tentarem ser conselheiras e fazer a eleição para delegadas e delegados e reunir documentos e voltar para casa ao fim do dia. Ops! Antes temos que passar no posto de gasolina para abastecer os carros, às vezes simples e rápido, às vezes muito complicado e com imprevistos.

As vivências e histórias com as mobilizações valem um trabalho inteiro à parte, pois são cheias de surpresas, contradições, cansaços, risos. A atividade requer toda uma preparação quanto ao modo que se chega no lugar (nenhuma grande novidade até então, mas aspecto fundamental) até um certo treinamento em como comunicar a estas pessoas das comunidades do que se trata o PEAC e as eleições do Conselho Gestor, em um exercício (que é também político) de se fazer entender e tentar fazer entender esses elementos em uma linguagem de acordo com as vivências dessas pessoas. Porém, esta ação precisa ser eficiente, afinal na maioria das comunidades são muitas casas a se visitar em pouco tempo e como usá-lo a nosso favor é um desafio. O trabalho também requer um estudo para domínio de todo o processo eleitoral, suas condições e normas. Às vezes eu percebia as pessoas compreendendo logo o que eu queria dizer (geralmente quando já conheciam e se lembravam do PEAC), às vezes eu precisava me demorar um pouco mais na conversa para explicar de novo ou tirar dúvidas e vez ou outra, elas

me diziam que tinham entendido e iriam à reunião, mas eu percebia no olhar ou em um gesto, que não tinham entendido bem. Isso que me trazia um pouco de frustração, pelo querer de que elas pudessem compreender completamente o que se passava e formar uma opinião, mas esse era o meu querer, de universitária e mulher urbana.

Em julho, o ritmo de idas às comunidades para as mobilizações estava frenético. Na semana do meu aniversário eu fui a duas, uma em Indiaroba e outra em Santa Luzia. Também estava acompanhando a comissão inicial de pré-organização para o Encontro e ainda fizemos reunião de equipe para discutir a organização e execução da Feira das Marisqueiras, a qual preparamos em um mês e pouco; demos conta de tudo, ela foi linda e até hoje não sei como conseguimos porque foi muita, mas muita coisa. O primeiro saldo da conta é que, ao final da semana, eu não tive nenhuma energia física ou social para comemorar meu aniversário com meus amigos.

O outro saldo ainda está sendo contabilizado porque o EPEAC que aconteceria em agosto foi postergado para setembro e agora acontecerá em dezembro. Mesmo nossa equipe fazendo as mobilizações, participando das reuniões para planejamento do EPEAC (eu estava na de comissão geral e depois passei para a de mística, animação e cultural e por si só já poderia comentar várias coisas sobre isso) e fomos acusados de atrasar o evento. O fato é que todo mundo de todos os núcleos trabalhou muito para dar conta das próprias demandas de equipe e das demandas de mobilizações e planejamento do Encontro. Atualmente, há um cenário no qual algumas pessoas e núcleos apontam para uma falha de funcionamento em que a equipe do Conselho Gestor não preparou o que deveria e a coordenação não soube gerir um modo de funcionamento melhor para o programa, enquanto a equipe técnica do CG diz que ficou sozinha para a organização do Evento, além de as comissões não terem funcionado.

Essa é a versão super resumida desse imbróglio. Tivemos uma reunião recentemente que foi tão pesada que ao final uma funcionária antiga irrompeu em um choro imenso, uma das coordenadoras a abraçou e acolheu. Eu não sei qual o motivo direto para essa mulher ter caído em prantos, mas sei que todo mundo saiu mal dessa reunião. Nesse dia, um analista em especial (alguém que sempre faz análises de conjunturas muito boas, por sinal) fez uma fala colocando em evidência as circunstâncias materiais (de carga horária) e subjetivas (o quanto nos foi dito que o EPEAC precisava acontecer até o fim desse convênio, em setembro) de trabalho e de funcionamento quanto ao Encontro. Ele também chamou para discussão a coordenação geral para discutir o modo de gestão, ao que ouvimos respostas evasivas e na direção de terem acontecido falhas de comunicação.

Desculpe se essa parte tiver sido confusa, Marcelo, é que ainda sinto muita frustração ao lembrar de tudo isso. Não sou só eu e não sabemos (a equipe do núcleo que estou) ao certo como lidar com essa situação toda. No dia desta fatídica reunião não falamos nada, não nos pronunciamos. Eu fiquei atormentada com isso, engasgada com tudo que eu queria ter dito, mas me calei porque ali eu sou uma bolsista passando e o que eu dissesse seria entendido como posicionamento da equipe. Posteriormente, nossa coordenadora do núcleo expressou seu contentamento em nenhum de nós ter falado nada, pois há também um jogo de forças entre duas coordenações – melhor, entre as pessoas que ocupam esses postos – de equipes que protagonizaram esse dia e não seria estratégico ali nos posicionarmos, tampouco havia chances reais de construção a partir do diálogo.

Havia um tempo que nossa equipe não discutia essa questão em reunião, com coordenações, analistas e demais bolsistas porque nossas reuniões são sempre entremeadas por demandas-surpresas a serem discutidas logo e atropelam pontos importantes na lista de planejamento para discussão. Vivemos apagando fogo, como já mencionado. Um exemplo disso é que combinamos no início do ano (salvo engano, em março) de parar e falar sobre nossos processos de trabalho, funções e relações. Estamos em setembro e esse momento ainda não chegou porque tem existido um modo de funcionamento PEAC (do imediatismo (e) da burocracia) a se alastrar, em maior ou menor grau, nos processos de trabalho dos núcleos. A cada dia fazemos menos análises de conjuntura e de nossas práticas para operar como equipes, atuando de maneira fragmentada, ao invés de operarmos como programa, de modo articulado e coordenado.

Mais uma vez, desculpe se está tudo confuso, muitas coisas aqui de fato o são.

Há uma dimensão que ainda não sei bem descrever em fazer parte (ainda que de maneira passageira) dessa engrenagem.

Nesses momentos que o cansaço me toma tanto, penso no quanto operar a política pública, nesse caso uma condicionante de mitigação, para um grande (imenso) empreendimento é buscar microsoluções para o que não resolve o problema maior. As máquinas de moer gente se movem incessantemente ao ritmo dos cifrões do mercado – aqui, do óleo e do gás. A guerra não é lá no Golfo; a política de morte empreende e atua aqui, em Sergipe, ali em Estância (nas águas de minha infância, inclusive), Indiaroba, Pirambu, Brejo Grande e tantos outros lugares. Ela passa e a maioria das pessoas não percebe, apenas quem é afetado diretamente em seus modos de vida e seus territórios. A guerra se moderniza, fica cada dia mais eficaz e eficiente

para os grandes investidores fora do país e enquanto isso várias crianças no nosso litoral põem sangue do coque²² pelo nariz, nos lugares onde antes eram só crianças.

Assim, o trabalho no PEAC, por vezes, me rememora a etimologia de trabalho. Em seu ponto originário, no latim, está *tripalium*, instrumento romano de tortura, denotando-se na prática do trabalho um sofrimento. Para Lhuillier (2013, p.483)²³, hodiernamente, o sentido do trabalho não se restringe apenas ao tormento, mas ainda tem um grande aspecto de “limitação, pressão e constrangimento”, atravessado pela necessidade de esforço para a realização de determinados fins.

Nesse ponto desta carta, preciso fazer a seguinte marcação: à ocupação que me causa tormento, irei me referir como “trabalho no PEAC”, em contrapartida a outras atividades como pesquisadora e extensionista do PEA e que não me trazem maiores sofrimento em realizar. O trabalho no PEAC está diretamente associado a lidar com os aspectos burocráticos, principalmente os que não parecem e dizem mais da burocracia do que ao campo em si e que não fazem muito sentido em relação aos objetivos e práticas de ter a educação ambiental crítica como contexto. O peso também vem dos efeitos nas relações que eu mencionei anteriormente.

Um verdadeiro amódio perpassa essa escrita.

E não tem como falar da peste sem falar das alegrias que esse trabalho traz. Não tem como falar das alegrias que esse trabalho traz sem falar da peste. Ambos aspectos estão imbricados em um trabalho repleto de contradições. Elas são dimensões do trabalho, que carrega tanto a noção de pena como tem espaços para desvios e invenções do novo, na medida em que a sujeita encontra modos de dar vazão a seus desejos e histórias (LHUILIER, 2013). O trabalho com as marisqueiras, para mim, se inscreve nesse campo de possibilidades de criação, de invenções de mim, de poder estar em mundos fora dos padrões de uma economia clássica, que dita o tempo e os protocolos. Portanto, em contrapartida ao “trabalho no PEAC” eu coloco aqui o “trabalho com as marisqueiras”.

Contei no início da carta sobre a primeira vez que estive em contato com uma marisqueira, quando ainda nem estava formalmente no PEA. Em janeiro, participei da primeira

²² Há registros de denúncias de poluição pelo coque de petróleo (um subproduto do refino do óleo cru) em comunidades de Barra dos Coqueiros, Sergipe, em detrimento do transporte do sólido do Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB) para outras cidades do estado. O coque é utilizado na produção de cimento e, em 2016, depois de denúncias de moradores da região e movimentos sociais, o Ministério Público Federal em Sergipe ajuizou uma ação contra a Vale S.A., VLI Operações Portuárias e a Votorantim em decorrência da disseminação do produto na região. Apontado como cancerígeno, o coque pode causar irritações na pele e no sistema respiratório. Para mais detalhes, consulte o Mapa de Conflitos da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, em <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/se-comunidades-tradicionais-do-povoado-jatoba-em-barra-dos-coqueiros-sofrem-com-poluicao-ambiental-causada-por-empresas/>.

²³ Lhuillier, D. (2013). Trabalho (F. S. Amador, Trad.). *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 483-492.

Reunião do Conselho Gestor (RCG) de 2023, pois queria entender melhor o modo de funcionamento geral do programa e como os núcleos se entrelaçavam. Nesta reunião, com as lideranças eleitas e representantes da Petrobrás comecei a compreender um pouco mais a lógica das compensações. Também fui apresentada a algumas marisqueiras, tudo de maneira muito rápida, primeira vez se vendo, não se grava muito os nomes das pessoas, com exceção de uma surpresa. Percebi uma marisqueira ao lado de Yasmim me olhando e perguntando se eu era de Estância mesmo, me aproximei e nas conversas de “Você é de Estância?”, “ah talvez conheça minha mãe, sou a cara dela”, “minha mãe é fulana e meu pai cicrano”, eis que Neide, também estanciana, disse que me viu pequenininha, que é comadre da minha tia, irmã de meu pai. Os encontros não programados já acontecendo.

Logo no início de fevereiro participei da VII Jornada de Agroecologia da Bahia, para apresentar um trabalho com Yasmim sobre a pesquisa, junto ao MMS. Naqueles dias, com tantos acontecimentos das mais diversas ordens, conheci algumas marisqueiras que participam ativamente do Movimento, ainda nem sabia o quanto iria me aproximar de algumas delas, o quanto hoje elas têm um lugarzinho em meu coração. Um dos acontecimentos que muito me marcou diz respeito a uma intervenção de uma pesquisadora de pós-doutorado, quando ela nos questionou o porquê de o trabalho que havíamos submetido ser de autoria apenas da equipe; de modo que as marisqueiras não sabiam do que se tratava, apesar de ser sobre elas. A questão posta nos pegou de surpresa, ao mesmo tempo que fez total sentido para mim e minha colega. E até hoje esse questionamento ressoa para mim e anda produzindo alguns resultados já.

A partir de março, quando a burocracia de licitação de transportes de uso do programa estava superada, voltei a ir ao Pontal (aquela primeira comunidade do suco de Mangaba) e a equipe passou a se encontrar presencialmente com as coordenações do MMS e comecei a me aproximar mais delas, conhece-las e me deixar conhecer. Os encontros com as marisqueiras são sempre conflituosos (claro, qual relação não tem conflitos e digo isso para que também não pense que tudo é perfeito e eu não romantize as relações com e no movimento) e também cheios de animação, comida e risadas. Há os momentos de trabalho e há a festa! E como a festa pega!

Há muito mais coisas a te contar, inclusive sobre o dia que entrei no Mangue com as marisqueiras para catar maçunim e o quanto isso significou para mim. Além de várias histórias que dizem dos momentos que vivi com as marisqueiras, como me aproximei de algumas. Quando estou com elas, no mangue ou quando elas abrem as portas de suas casas pra gente, há um outro modo de vida que me toma, de pesquisa, de (não) psicologia, de festa, de tempo. É quando eu estou com as marisqueiras que esse trabalho toma sentido, que eu entendo o porquê de estar aqui, que eu me sinto feliz.

Não poderia deixar de mencionar esse “outro lado”, mas nessa carta precisava antes começar a dar mais forma às inquietações do trabalho no PEAC, porque na maior parte do tempo, estamos lidando com burocracias ou com conflitos dentro do PEA. Ainda que também estejamos planejando e executando atividades junto ao MMS ou acompanhamentos um pouco mais individuais a algumas situações de marisqueiras, o cansaço toma conta. É uma luta constante entre afetos alegres e afetos tristes e de junho para cá parece que entrei numa cápsula de trabalho o tempo todo. Eu durmo e sonho com o PEA, sonho com as marisqueiras, sonho com burocracias, com eventos do programa. Tento escrever e não consigo. Angústia.

Outra circunstância que me desperta muita ansiedade é a de que eu não saber do que se tratava minha pesquisa. A cada momento parece que a pesquisa se dará por um caminho diferente, sobre um tema. Há poucos dias ouvi uma sugestão recente, de um parceiro nosso, que falasse sobre o que eu pensava logo no início, quando entrei no PEAC. Coincidentemente, essa semana recuperei o projeto que submeti na seleção para a bolsa no programa. Pensava em estudar sobre os processos e efeitos na formação psi em participação de uma extensão com mulheres e como isso pode fazer frente ao neoliberalismo que cada dia mais instaura modos de produção na fábrica universitária de psicólogos.

Quando comecei a ir às comunidades e a ouvir os relatos das marisqueiras e dos pescadores sobre as mudanças nos territórios, lembrei-me de nosso Pibic e do tema do desenvolvimentismo. Passei a perceber várias semelhanças nas mudanças que o desenvolvimento tem operado nos interiores²⁴, em como as novas gerações já não têm as mesmas perspectivas de futuro que outrora seus pais, mãe e avós tiveram, já que hoje as condições materiais e subjetivas de vida no mangue são bastante diferentes. Comecei a pensar em como as compensações ambientais também estabelecem um tipo de reificação das experiências ancestrais e comunitárias nesses territórios.

O cenário é um tanto quanto bizarro. Os trabalhos em prol do progresso têm destruído mangues, rios, matas e sonhos para construir condomínios de luxo ou poços de camarão. Outro dia, em uma mobilização em um povoado de Indiaroba, conheci uma mulher que há anos era marisqueira e hoje é carcinicultora, com dois poços e contando.... Também vi impactos nocivos da instalação de grandes equipamentos nas comunidades. Passei a acreditar que minha pesquisa seria sobre o desenvolvimentismo nas comunidades tradicionais.

²⁴ Aqui, interiores tem uso próximo à noção de periferia e contrastante à ideia de centro do capital, mas também considerando a disposição geográfica dos lugares físicos que compõem as experiências de pesquisa.

Passadas algumas idas a campo, reuniões com mulheres do MMS, diários de campo e conversas com colegas de pesquisa, estava pensando que meu trabalho seria sobre as práticas de cuidado entre as mulheres do movimento e defesa de territórios. Eu estava sentindo pulsar a força que é estar com essas mulheres e as potências e singularidades de como elas se reveem e se refazem umas junto das outras. Porém, com uma provocação simples e rápida, você me fez perceber que essa formulação também não dava conta do que há ali. Agora também entendo que não é preciso abandonar essas compreensões, mas que também não é exatamente essa a forma a dar à pesquisa.

Eis que mais uma vez voltou a angústia sobre não saber do que se tratava minha pesquisa, porque se eu não sei do que ela trata como posso falar dela para as marisqueiras? Por que eu me pergunto isso? Porque há muito tempo tenho sentido como uma obrigação moral a necessidade de falar com elas sobre o trabalho de mestrado, perguntar o que acham. Ao mesmo tempo, tenho ouvido algumas pessoas do meio acadêmico me dizerem que sou paga para construir esse trabalho ou que eu preciso produzir algo que seja útil para o MMS. Por mais que eu concorde com essas indicações, há algo que me incomoda e que até pouco eu não sabia dar nome.

É que me angustia essa necessidade de dar utilidade ao que eu tenho vivido com as marisqueiras, essa quase obrigação de produzir um texto que contemple tudo aqui mencionado (do trabalho no PEAC e das experiências com as mulheres). Eu não encontro exigências de produtividade no estar no mangue, no estar com as marisqueiras, no estar com os maçunins. Por que eu preciso transformar todas essas experimentações e vivências em um produto? Por que eu sou paga? No limite, sim. Mais uma contradição da minha pesquisa – ao menos a esse ponto eu já consigo dar forma. Também ouvi recentemente, de nosso parceiro (que tem virado um importante interlocutor dessa pesquisa, mais do que aparece), que a restituição é uma ação ética e não moral.

Entender o ato de restituir como um compromisso e não como uma obrigação moral dispersou mais uma angústia. Lembrou-me de que a responsabilidade que assumo é relacional, se dá com as pessoas e que o campo não é uma entidade etérea no mundo. Na ocasião, peguei-me pensando nessa obrigação de entrega de um produto da pesquisa e no produtivismo que toma conta do mundo universitário. Por algum tempo, fiquei a me perguntar se meu problema de pesquisa seria o neoliberalismo na educação formal e como as vivências com comunidades tradicionais explodem essa configuração. De repente, estava muito mais próxima do tema que formulei no projeto para a seleção de bolsa no PEAC. O estalo veio quando li o título dele, ao

fazer o relatório de pesquisa para a FAPESB: O neoliberalismo na formação Psi, as práticas profissionais e ações com mulheres de comunidade tradicionais.

Sigo sem saber exatamente sobre o que é minha pesquisa. Vou caminhando com minhas parceiras de pesquisas, com as companheiras marisqueiras, cartografando e fazendo os registros sobre o que desperta minha atenção. Mais tranquila, por entender que há muita pesquisa acontecendo e muita vida se tecendo. Depois de toda essa andança também vejo como todas as ideias que pensei para minha pesquisa, nas várias fases brevemente descritas, se entrecruzam. Olho para o que temos construído, penso na imagem de pesquisa que desejo passar: uma escrita suja de lama, práticas que deslocam do lugar de suposto saber e de trabalhadora social, assim como também uma pesquisa que tem sua utilidade borrada, dispersa – tática.

Com amódio destes escritos,

Bia.

3.2 CARTA DAS ATUALIZAÇÕES

Aracaju, junho de 2024

Querido Marcelo,

Volto a estas correspondências meses depois da última para algumas atualizações sobre o trabalho no PEAC, de modo que ela possa também ter um efeito de contextualizar todas as mudanças que ocorreram e, por conseguinte, localizar temporalmente as demais cartas. Enquanto eu escrevia a primeira carta, em setembro, uma série de acontecimentos se sucedia no programa e hoje volto aqui para alguma atualização. Ainda em setembro a coordenadora do

núcleo Conselho Gestor saiu do PEA, em meio a várias saídas de trabalhadores do CG e a uma série de protestos quanto ao funcionamento do programa e condições de trabalho, por parte de outros trabalhadores e bolsistas. A sensação era que, naquele momento, a frustração (que eu tanto já trouxe aqui) era geral, absolutamente coletiva. Comumente, não se perceber só quanto a um certo mal-estar diminui a sensação, muda um pouco a modulação afetiva; contudo, para este cansaço e frustração que aqui trago, pouco se atenua.

Todo mundo estava exausto, com todos os esforços para construção do EPEAC, que parecia cada vez mais longe, além das atividades para realização de outros eventos e demais ações cotidianas dos projetos. Até que, no início de setembro, em uma reunião geral de equipe do programa, porém só duas coordenadoras estavam presentes. A então vice coordenadora fez uma restituição de que as coordenações estavam discutindo mudanças e, dentre elas, a de que o gerenciamento e planejamento do Encontro do PEAC passou para o coordenador geral. Neste dia, várias pessoas expressaram o cansaço e insatisfações: “a gente abriu mão de se dedicar à pesquisa, enfrentando questões de saúde, deixando de fazer coisas na vida”, como enunciado por uma bolsista. Decidiu-se, então, como encaminhamento, que tanto CLTistas quanto nós bolsistas faríamos uma reunião apenas nossa, sem coordenações, e assim o fizemos. Entre frustrações e expectativas compartilhadas, começamos a elencar reivindicações a serem levadas à gestão do programa.

Poucos dias depois, soubemos via aplicativo de conversa sobre a saída da coordenação do Conselho Gestor, com sua mensagem de despedida. Na reunião geral seguinte, estavam presentes todas as demais coordenações dos projetos do programa e algumas questões caras foram levadas por alguns trabalhadores, como fruto dessa conversa anterior entre empregados e bolsistas. Discutiu-se sobre como o mesmo trabalho era feito por equipes diferentes por falta de comunicação e de alguns problemas entre as coordenações, além de como há uma certa confusão entre militância e o trabalho de mitigação. Ao passo que nós, que estamos na linha de frente do programa, no dia a dia nas comunidades e em atividades com as lideranças, várias vezes já nos sobrecarregamos de trabalho para dar conta de ações que auxiliam nas lutas das comunidades. Além disso, também foi bem marcado por mais em mais de um momento como há um sentimento coletivo de frustração das pessoas ao não conseguir produzir os resultados de todo o potencial que se tem. Sobre este dia, escrevi em meu diário de campo:

“Pela primeira vez do meu tempo no PEAC, em uma reunião geral, senti que pontos importantes dos nossos trabalhos foram conversados, inclusive sobre efeitos da pandemia e retorno à presencialidade. Vi as próprias coordenações se questionando e questionando se

estariamos reproduzindo a contradição inerente à mitigação. Em alguns momentos, pareceu que para algumas coordenações o problema ainda era a coordenadora que saiu e não o modo de funcionamento geral, mas, ainda assim, percebi uma conversa mais sincera, em que trabalhadores disseram das insatisfações e coordenações ouviram e ponderaram. Esta é, talvez, a primeira reunião em muito tempo que eu saio com alguma sensação de alívio e sem um peso enorme”.

(Trecho de diário de campo, 2023).

A expressão de frustração que citei há pouco foi repetida abertamente em duas reuniões e em ambas a percebi me tocar diretamente. Ao longo de várias conversas com colegas do programa, tanto do projeto em que estou, quanto de outros, esse desapontamento retornava, fosse por questões de gestão, fosse pela carga de trabalho ou – não raro – pelas burocracias e relações com a FAPese. Continuamos a discutir estes assuntos nas reuniões de trabalhadores e bolsistas, nos derradeiros meses de 2023. Com elas, passamos a compor reivindicações a serem levadas para as coordenações, tanto no que diz respeito a pautas coletivas quanto a fortalecer processos individuais, mas que, claro, repercutem nos trabalhos de demais do núcleo ou de todo o programa. Como exemplo, fizemos coro para a celeridade da contratação de uma nova analista para o projeto do Conselho Gestor, o qual se viu de repente desfalcado, sobrando apenas um CLTista para organizar planejamento de EPEAC em ano de eleição de novos conselheiros. Nas primeiras reuniões sem coordenação, reparei em uma dicotomia de sentimentos e expectativas; parecia que as pessoas mais novas no PEAC tinham esperanças de grandes mudanças, enquanto as mais antigas se resignavam com frases de “isso não vai mudar” ou reiteradas lembranças de que a FAPese não nos deixaria funcionar como gostaríamos. Até eu, com meu um ano e meio de PEAC por vezes tenho essa sensação também, mas falarei mais um pouco sobre isso mais à frente.

Devido ao apoio mútuo e discussões, foi possível pautar com as coordenações como, apesar de estarmos dentro de uma universidade, as relações de trabalho ali não são meramente professor e discente, mas como um coordenador, por exemplo, está em uma função de chefia. Não é como se tal aspecto não fosse sabido, porém, a partir do momento que ele foi marcado de modo explícito e coletivo, a lembrança de ali há elementos trabalhistas a serem considerados retornou. Por conseguinte, pudemos pensar em como não passarmos ao excesso de trabalho porque há um comprometimento em certas questões das comunidades que tocam o PEAC e assim cair em mais uma casca de banana. Também houve a demarcação de que seria aceita a sobrecarga de trabalho no tangente à execução do EPEAC, pois era necessário que o evento

finalmente acontecesse. Com todas as análises coletivas feitas em reuniões, fosse com ou sem coordenadores, apareceu, enfim, o receio comum com a possibilidade da instauração de um consórcio de empresas de mitigação para executar os PEAs. O assunto já havia sido exposto em um encontro de Programas de Educação Ambiental em junho, mas ainda não tinha sido discutido no PEAC, com todo mundo, além de que, apareceu especialmente o componente afetivo, de incertezas e temores que a perspectiva provoca.

Até agora, ainda não sei precisar a extensão das repercussões destas reuniões de trabalhadores e bolsistas, mas não foram poucas. Ao menos, nas relações pessoais, os efeitos, em um primeiro momento, foram rapidamente perceptíveis. Uma vez que paramos e conversamos abertamente sobre vários assuntos dos processos de trabalho, algumas pessoas viram que não tinham realmente motivos para desconfiar de outras, pois havia eventos que lhes eram atribuídos de maneira equivocada. Colegas que estavam sem grandes contatos ou com estranhamentos, voltaram a se dar bem quando entenderam também por quais caminhos e pressões estavam passando. Veja, não é que de repente todo mundo deu as mãos e começou a cantar em cirandas (espero não estar passando essa impressão), mas um pouco do imenso clima de desconfiança que existia se dissipou. Apesar disso, pego-me refletindo sobre o custo disso tudo, sobre o quanto deste fazer coro não implicou em criar couro e uma nova carapaça.

Enquanto escrevo aqui, lembro-me de duas sensações: na graduação, a raiva de parar de estudar para traçar estratégias que beneficiassem a nós, alunos, nos embates do departamento; quanto à segunda, uma certa consternação quando já bolsista do PEAC, a minha antiga coordenadora, lá por volta de julho de 2023, comentou que eu tinha perfil para atuar nas duas frentes de trabalho do projeto. Neste contexto de conversa, eu compreendi (e pode nem ter sido isso que ela quis dizer) como um sentido de que eu “aguento” as complicações do programa e projeto daquele momento e relações um tanto quanto atribuladas. Ultimamente, tenho pensado muito em como minhas neuroses são institucionalizadas para o trabalho, para a ação, a proatividade que tão bem pode acabar servindo ao neoliberalismo. Eu fui criada assim e essa propensão, então, não é de ontem, sempre me envolvi em várias atividades – durante a graduação, inclusive. No PEAC, porém, esse lado aflorou de um jeito adoeceador, em que eu era chamada ao trabalho cada vez mais e mal percebia, apenas ia e de repente, me via em atividades que não eram da minha função. De certa forma, então, me perceber nesse ritmo de trabalho (de repente, nem priorizando mais a minha pesquisa, em vários momentos) foi o choque necessário para eu parar, me repensar e olhar para minhas próprias cristalizações. Quebrá-las, afinal e

inventar, em mim, modos de prestar menos continências às autoridades – ainda que estas venham dos imperativos do mundo do trabalho, tão incrustado em mim, em nós.

Retornemos aos efeitos das reuniões e discussões de trabalhadores e bolsistas para compartilhar as insatisfações e compor reivindicações. Dentre outros alcances deste processo, há importantes conquistas trabalhistas para CLTistas advindas da pressão de trabalhadores à coordenação e de trabalhadores e coordenação à Petrobras durante as tratativas para assinatura do novo convênio, que se iniciou em janeiro deste ano e tem garantia mínima (caso não ocorra aditivo do contrato) até fevereiro de 2026. Houve um interessante aumento salarial, obtenção do PEAC de plano de saúde para trabalhadores e estes, que antes tinham cargos de analistas, passaram a ter ocupação de pesquisadores (o que é melhor para os currículos) e houve também a aquisição de novos equipamentos tecnológicos de trabalho em quantidades mais satisfatórias etc. As reuniões de trabalhadores e bolsistas duraram com a mesma frequência por vários meses e possibilitaram uma melhoria no fluxo de comunicação e de processos de trabalho entre as diferentes equipes do PEAC. Já que muitas vezes as coordenações estão tomadas pelos processos burocráticos e diálogos com a FAPESSE, não precisar do coordenador geral e coordenadoras para combinar as agendas de atividades com comunidades e que envolvam diferentes núcleos. Esse fluxo de reuniões durou até o início deste ano, pois elas ainda ocorrem, mas a equipe tem enfrentado certa dificuldade em acertar novamente uma maior periodicidade de encontros.

Nos meses iniciais deste ano também tivemos também houve mudanças em alguns cargos e posições. Duas coordenadores saíram do PEAC, a do Observatório Social dos *Royalties* e uma das minhas coordenadoras, a da equipe de assistências às marisqueiras no Projeto de Fortalecimento Sociopolítico das marisqueiras de Sergipe. Com isso, entrou uma nova professora da economia para a coordenação do OSR, a coordenadora do Observatório pela Vidas das Mulheres (a outra frente do projeto ao qual estou vinculada) passou a coordenar a equipe de assessoria e uma professora da educação entrou para a coordenação deste último Observatório citado. Alguns CLTistas mudaram de equipe e aparentemente (digo assim porque não os perguntei) estão em projetos que têm mais a ver com seus históricos de trabalho e formação, além da inserção de novos bolsistas de iniciação científica e de mestrado.

Com todas estas mudanças, é inegável que vários problemas de comunicação, de fluxos de trabalho, de agendas e de horas de trabalho foram atenuados e eu não me atrevo a dizer que tenham sido resolvidos, porém, claro, é possível que alguns tenham sido. No entanto, mais uma vez repito que não tenho como medir o alcance e a duração destas modificações. Não só porque

nos últimos meses do corrente ano eu me afastei um pouco da equipe geral para focar mais na escrita, qualificação e fim do mestrado, mas porque também às vezes ainda percebo ou mesmo sou atingida por um clima de desconfiança ou por ruídos e maus entendidos que poderiam ser evitados. Enfim, Marcelo, espero que com essa carta eu tenha conseguido te atualizar um pouco do andamento hodierno do programa.

Um pouco cansada,

Bia.

3.3 CARTA DOS ROMPIMENTOS

Aracaju, julho de 2024.

Querido Marcelo,

Tenho pensado muito no que significa, para mim, essa pesquisa e esses escritos. Outro dia, me disseram como havia um pacto de silêncio na equipe que faço parte no PEAC, talvez no próprio programa como um todo. Depois que eu ouvi isso (provocação que veio desta pessoa com a leitura destes escritos aqui, logo após a qualificação) passei a lembrar das reuniões em que alguém reclamava do Observatório pela Vida das Mulheres ou de alguma ação ligado a ele. Parecia um retorno do recalcado, em que toda vez que alguém se aproximava de colocar na mesa questões que diziam respeito às relações – a uma possível análise de implicações em ato, eu diria – alguém corria para “bater no cachorro mais fraco”. O Observatório teve sua formação atropelada pela pandemia e só nos últimos meses tem conseguido se solidificar e constituir formas mais efetivas. Por isso, as atividades diretamente relacionadas a ele viraram uma questão a ser problematizada, ao passo que havia prioridades a serem conversadas, como nossas relações e processos de trabalho e essa hora nunca chegava. Certa vez, ano passado, eu tentei colocar esse cenário em uma reunião, disse que o Observatório estava se tornando o “boi de

piranha”²⁵ e a coordenadora da época concordou que eu tinha um ponto importante, mas a conversa não teve continuidade.

Este pacto de silêncio já apareceu em outros momentos, um deles em contei aqui, quando a coordenadora ficou contente em ninguém do projeto ter se pronunciado em certa reunião geral do programa. O pacto de silêncio já assumiu várias formas e não sei exatamente como se institucionalizou, mas parece que ele instaurou uma certa ordem do discurso daquilo que pode ser mencionado e do que não pode ser dito acerca de alguns funcionamentos do programa e do Projeto de Fortalecimento das Marisqueiras. De alguma maneira, com as reuniões de trabalhadores e bolsistas, com reivindicações e insatisfações levadas às coordenações e discussões fomentadas, uma parte dessa repressão foi quebrada.

Produzir esses escritos, uma pesquisa que coloque alguns destes modos de funcionamento em análise (ainda que eu não saiba seus efeitos) parece-me como um modo também de romper com uma parte deste pacto de silêncio. Assim eu espero, ao menos. Além disso, um pequeno modo de não prestar tantas reverências já está em andamento com esta dissertação. Afinal, por várias vezes, tive a impressão de que o espaço para uma pesquisa que coloca em questão o próprio funcionamento do PEAC era pequeno e, aqui estamos, tentando me pensar no programa e pensar sobre ele. Por último, preciso dizer que minha impressão é de que nos últimos tempos houve mudanças não só no programa, mas em mim também e no meu próprio funcionamento, antes um tanto neurótico e agora dando mais passagem para os fluxos do que me atravessa. Uma parte deste feito – eu diria, pessoalmente, que dessa conquista – tem a ver com os caminhos que trilhei nesta pesquisa e nestes escritos.

Até a próxima,

Bia.

²⁵ Em regiões alagadiças, pecuaristas escolhem o boi mais fraco e o jogam no rio às piranhas ou peixes afins, para conseguir passar com demais reses sem que estas se tornem presas.

4. NA MARÉ E NA VIDA COM AS MARISQUEIRAS: Um outro tempo-espaço, alguma (outra) Psicologia

A intercessão entre o método da cartografia e o contato com as marisqueiras proporcionou à autora um movimento de revisitar a própria formação *psi* e perceber que, durante o processo de pesquisa houve uma atualização de formas e compreensões das práticas. A artesanania de ir a campo sem ter moldes prontos, bem como não ter protocolos previamente prontos para a aplicação das técnicas em Psicologia fomentou um modo de fazer mais espontâneo, que se dá no momento, a partir dos acordos (explícitos ou tácitos e nunca cristalizados) feitos pelas partes envolvidas. Com a execução das atividades em campo, durante o processo da pesquisa cartográfica, constrói mundos, como discutido no decorrer da metodologia, de modo que formação e pesquisa se associam e um aspecto contribui para a formação do outro, uma pessoa contribui para a transformação da outra.

Nesse sentido, Pozzana (2013, p. 334) aponta que “coemergimos com os encontros suscitados, com modos de perceber, agir e criar”, ou seja, a pesquisadora se transforma e se (re)forma. O que pretendemos discutir aqui é de quais maneiras as atividades de pesquisa e extensão com as marisqueiras abrem possibilidades para rever a própria formação e o saber-*psi* tradicional. Nesse ponto, lembramos que a formação socialmente vista como positiva corresponde à constituição de um corpo-*psi* que é técnico, detentor de instrumentos e teorias científicas, para aplicá-las nos cenários profissionais (CATHARINO, 1998). Assim como a cultura é reificada, transformada em coisa, na medida em que é concebida enquanto pronta e imutável, retirada de seus processos históricos e sociais de transmutação (SILVA, 2010), também a formação e suas consequentes práticas de trabalho passam por processos reificadores.

A fim de uma articulação entre formação e práticas, que façam aparecer as contradições de pesquisa e provocar mais elementos para a análise das implicações, utilizamos mais uma vez do recurso “carta ao orientador”. A partir dela, espera-se ser possível, também, pensar sobre os processos de produção de uma Psicologia fora de seu território convencional, a partir dos vínculos formados com as marisqueiras em seus próprios territórios. Para isso, nos aproximamos da reflexão de Nascimento (2023) que também em situações de pesquisa e extensão com as lideranças do MMS, discorreu sobre a existência de uma política da intimidade. Esta se constitui tanto entre marisqueiras do Movimento, quanto entre as lideranças e pessoas da equipe técnica do Projeto de Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras de Sergipe, em que “bastante coisas da ordem de uma intimidade são conversadas e é de onde podemos problematizar diversas narrativas vistas como naturais, “normais. Essas intervenções nos

parecem possíveis justamente por essa relação de intimidade e confiabilidades construída” (NASCIMENTO, 2023, p. 35). Este é mais um elemento da complexa rede de relações e atividades compostas entre o Programa de Educação Ambiental e povos e comunidades tradicionais – aqui, mais especificamente, mulheres que vivem da e com a mariscagem.

4.1 CARTA DE COMO EU ME SINTO COM AS MARISQUEIRAS

Aracaju, março de 2024.

Querido Marcelo,

Aqui estou, mais uma vez a escrever-lhe, na tentativa de colocar em palavras um pouco das várias experiências que me aconteceram nos últimos tempos neste caminho do mestrado e me refiro a experiências no maior sentido larrosiano que possa existir, pois vivi vários acontecimentos que me tornaram outra pessoa do que era há um ano atrás. Muitas coisas aconteceram ou mesmo mudaram, desde a última vez que lhe escrevi. Dessa vez, venho falar sobre o trabalho com as marisqueiras. Esta é a parte que faz o trabalho no PEAC valer à pena e não digo isto para romantizar as atividades com elas ou o Movimento das Marisqueiras de Sergipe, mas sim, porque há algo de muito singular nos encontros com elas, na vida no mangue. Não sei se alguém consegue conhecer essas mulheres, entrar em suas casas, na lama ou em meio às mangabeiras com elas e passar incólume.

Essa carta é quase tão difícil para mim, de escrevê-la, quanto a outra, pois ainda que os aspectos do que será aqui relatado tenham outros tons de conotação, há uma modulação afetiva bastante intensa nestas páginas seguintes. Mais uma vez, não posso romantizar, não são só afetos alegres envolvidos e por vezes há um peso ou uma nebulosidade nas relações, perpassada por diversas dimensões, desde ruídos de processos burocráticos que influenciam nas nossas atividades a conflitos por diferentes expectativas. Por falar em expectativas, também quero fugir de romantizações porque vejo, em vários, momentos produzirem uma idealização do Movimento das Marisqueiras ou das próprias marisqueiras, como se as relações fossem apenas fluidas. Não são porque nunca são e ainda há várias atualizações relacionais em curso, de

descobertas de limites, inclusive, e de regras. Porém, até nesses momentos, há uma provocação que me transforma, ou para me relembrar do funcionamento maquínico de nossos tempos ou para me lembrar da máquina burocrática e poluidora que faço parte ao estar no PEA. Já quando são as modulações alegres me provocando geralmente é porque há o clima de festa e, digo-lhe, se há quem saiba festejar, são essas mulheres. Contarei um pouco sobre tudo isso, sobre minhas caminhadas com elas. Meu aviso aqui é que o foco desta carta será nas potencialidades e nas transformações e aberturas de possibilidades que vi e vivi. Pois bem, vamos que vamos, como diz uma marisqueira querida.

Minha sensação é de que se você chega com alguém que já é do círculo de confiança delas – e claro que o modo como se chega também faz diferença –, abrem as portas da casa para uma recepção muito calorosa. Há uma felicidade no encontro. Claro, não posso aqui ignorar o fato de que eu nesse momento, mestranda e bolsista, meu nome chega atrelado ao do PEAC, com todas as cargas que ele carrega e contradições. Às vezes, nós que temos vinculação com o programa ouvimos não só denúncias de crimes ambientais e de situações que têm passado nas comunidades, como também ouvimos reclamações quanto a Petrobras e a aspectos do funcionamento do PEA em algumas situações. Porém, isso está longe de ser tudo, tampouco é a maior parte do contato. Selecionei algumas situações mais específicas para te contar que acredito darem o tom de algo mais particular que desejo refletir, de tantos momentos que me marcaram com as marisqueiras.

Desde meados de maio eu, Gislei e Yasmim (ambas também bolsistas de pós-graduação em Psicologia, mas de diferentes níveis) passamos a fazer visitas a algumas marisqueiras como parte de um entrecruzamento de ideias e propostas. A pós-doutoranda vem fazendo um trabalho de construção de registros das memórias e narrativas do MMS e das histórias de vida destas mulheres que se criaram com a mariscagem. Havia também algumas demandas que chegavam mais especialmente à parte Psicologia da equipe, para uma acolhida, escuta ou acompanhamento (que não é psicoterapêutico, importante dizer), com intenções, inclusive, de mapear o acesso nestas comunidades às redes do SUS e SUAS. Claro, fazemos o que dá para fazer, o que nos é possível. Então, em alguns casos, fomos ao encontro dessas mulheres para conhecer suas rotinas e histórias ou com outras disposições, mas sempre com escuta e atenção abertas ao que aparecesse.

Nesses espaços, conseguimos ter trocas diferentes com elas, pois fora da dinâmica do grande grupo de coordenações que se encontra mensalmente para pautas com a assessoria técnica, surgiram assuntos de aspectos mais particulares de vida, de todas nós, afinal são trocas.

Para preservar identidade e privacidade da mulher do caso que contarei, não mencionarei nome, localização ou muitos detalhes. A marisqueira nos recebeu em sua casa, acompanhada, em um primeiro momento, de uma amiga, também marisqueira, mas que não faz parte diretamente do MMS. Passamos o dia lá, chegamos de manhã e saímos à tarde, tratamos de diversos assuntos dos mais sérios e formais aos mais cotidianos e também conhecemos seu lugar de trabalho. A anfitriã preparou um lindo almoço (já previamente combinado conosco e a remuneramos pelo trabalho de preparo e refeição) que muito nos emocionou. Percebemos que aquela comida havia sido preparada com muito carinho, independentemente de haver um pagamento, tinha uma felicidade pela visita; comida, aquela comida, é afeto, no melhor e mais popular sentido da palavra. Enquanto a dona da casa terminava alguns detalhes para o almoço, um rádio tocava músicas mais antigas e que todas nós gostamos. Daí já começamos a cantar, a dançar e os assuntos de vida amorosa foram aparecendo. O único detalhe que darei é que essa marisqueira não é da minha idade, é algumas décadas mais velha, mas o jeito que tecemos as relações (de todas as partes e você sabe que nesse caso contamos com a espontaneidade, carisma e cuidado de Yasmim) faz que não tenhamos grandes pudores e tabus ao adentrar nos temas. Começamos a falar sobre ficantes, namoros, casamentos e, aos poucos, marcamos posições diferentes, pois enquanto a marisqueira tinha uma visão de ser necessário ter uma relação mais séria para ter relações sexuais e nós três comentamos nossas visões sobre, como acreditamos não necessariamente uma condição precisar estar atrelada a outra. Falamos sobre relações amorosas e sobre sexualidade, apontamos algumas questões sobre se relacionar com outras pessoas e apontamos algumas questões sobre como pode ser bom descobrir o próprio corpo e prazer sem precisar de outra pessoa. Ali, havia três mulheres que são psicólogas conversando com uma marisqueira e é claro que nossa formação acadêmica (e vivências não acadêmicas que a universidade proporciona) influencia em nossas opiniões, mas ali não éramos psicólogas palestrando.

Ali, estávamos, cada uma, com suas histórias e formações (para além dos livros e muito) compartilhando nossas coisinhas. Essa não foi a primeira vez e nem a última que falamos sobre relações amorosas, gênero e sexualidade com as marisqueiras em momentos mais privativos, que não em grupo. A ocasião que acabei de narrar só teve mais detalhes, falamos sobre uma mulher poder se dar prazer sem precisar de um homem (e como) e vimos a marisqueira se interessar pelo assunto e possivelmente se abrir para novas experiências. Sempre que converso com alguma liderança do MMS sobre estes assuntos e percebo que posso dar alguma contribuição um pouco mais específica, ofereço meu ponto de vista (com muito cuidado e

limite, de acordo com as circunstâncias e meu nível de intimidade com a pessoa, claro). O que sempre me admira é como eu não sou ali uma psicóloga em seu *setting* terapêutico, mas sim uma pessoa em um momento de troca; não ignoro que minhas opiniões são em vários momentos construídas pelos meus estudos, mas sempre há muito mais para além disso. Não sei nem mesmo se consigo descrever minha sensação. Um pouco dela passa por uma impressão de que nas relações que fomos construindo com as marisqueiras que nos aproximamos mais, em seus territórios, eu consegui dissipar um pouco do meu receio de me ver operadora da ordem e da missão civilizadora do corpo social enquanto trabalhadora social, tal qual discorrido por Donzelot (1980).

O próximo cenário a ser descrito é sobre o dia que entramos no rio para catar maçunis com algumas marisqueiras e filhos. Um dos dias mais especiais da minha vida e, mais uma vez, trago o aviso de que dificilmente conseguirei descrever como foi um momento singular. Uma das lideranças do MMS, que mora aqui em Aracaju, quase às margens do rio Vaza-Barris fez o convite para que fôssemos com ela conhecer as águas, a cata de mariscos e as condições atuais da mariscagem no território dela. Fomos mais uma vez eu, Gislei e Yasmim. Logo quando chegamos, conhecemos a mãe da mulher que nos convidou, uma marisqueira de 84 anos (que em muitos aspectos me lembrou minha avó já falecida), nascida e criada naquele lugar. Em pouco tempo que chegamos, já estávamos dançando forró com a matriarca de uma grande família. A recepção foi incrível e conhecemos várias pessoas da família, que tem várias mulheres marisqueiras e que moram muito perto umas das outras. Após um grande café da manhã, porque nos disseram que não poderíamos entrar na maré sem comer porque a maré cansa muito, fomos em direção ao porto – que eu já tinha visto antes por filmagem, um pequeno corredor em meio as casas de veraneio que tomaram conta da região ao longo dos anos. Estávamos um grupo de uma criança, uma adolescente, um adolescente, a marisqueira mais velha e duas filhas, uma delas a que nos convidou.

Fomos em dois barcos a remo. Nesse momento, preciso abrir uma questão minha: eu tenho muito medo de rio. Eu já tinha tomado banho no Vaza-Barris antes, mas sempre na beira e no fundo do Convento, onde várias pessoas de fora da região vão para tomar banho e de outra vez que eu tentei entrar nesse rio, em um barzinho ali próximo, paralisei. Eu não queria expor a dimensão do quanto eu estava nervosa, até porque não queria deixar de ir, mas sentia que precisava ser honesta e falar um pouco sobre e vou deixar que meu diário de campo fale um pouco sobre.

“Contei que tinha medo de rio, pois nado muito mal e a correnteza do rio me assusta. Eu estava prestes a entrar no barco de Nilza e ela me deu um colete salva-vidas e me disse para sentar no chão do barco, ao que fiquei bem apoiada. Gislei estava à minha frente e Nilza ia remando pelo rio. Acho que minha expressão deixou transparecer meu medo mais do que eu gostaria, pois Gislei voltou sua atenção para mim, para me deixar tranquila. Ao longo da travessia, fui percebendo que Nilza também estava – deliberadamente – me deixando mais calma e eu só entrei no barco porque estaria com ela, na verdade com elas, marisqueiras criadas naquele rio e em quem eu muito confio. Nilza ia remando, na ponta do barco e ao mesmo tempo que ia contando histórias, mostrava aspectos de quanto estava tudo bem e seguro, como os lugares em que era bom de tomar banho porque fazia croa e ainda nos mostrava com o remo. E funcionou, eu fui me acalmando, ficando tranquila com o balanço das águas, com as palavras sobre como é tomar banho naquele rio, como pescam e mariscam ali toda a vida”.

(Trecho de diário de campo, 19 de julho de 2023).

Nós atravessamos o rio, paramos em uma ilha por um tempo e depois voltamos para os barcos. A senhora, que pega aratu como ninguém e que muito nos impressionou porque estava remando também, entrou na mata por um tempo e como a maré estava “morta” (quando ela está mais baixa que o comum e há menos mariscos) quis ir para casa, enquanto nós paramos no rio. No meio do rio. Eu que tinha medo de rio, de repente me vi ali. Havia o medo, mas muito menos do que antes e, dessa vez, eu me propus a fazer algo que nunca pensei: sair do barco. A marisqueira que estava conosco nos mostrou que era seguro porque estávamos em cima de uma croa (que não era aparente a olhos leigos) e que podíamos descer dali. Eu fui a última a sair do barco e fiz como me foi instruído. De repente, estávamos em uma oficina de como catar maçunins, sem ver o tempo passar, apenas sentindo a areia nos pés para fazer aparecerem os maçunins e depois poder catá-los com os dedos dos pés ou com as mãos, mergulhando; assim nos ensinava a marisqueira e atentamente víamos como fazer para tentar, só sentindo a areia, as águas e os mariscos.



Parte do grupo que estava na croa, com pote de maçonins que catamos em minha mão.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Conversamos com por horas, nadamos no rio (eu, inclusive) e a marisqueira que nos convidou e sua filha me recomendaram uma série de dorama e eu saí dali, pela primeira vez na vida, com vontade de assistir às séries coreanas; afinal, se duas marisqueiras te indicam uma série enquanto vocês estão dentro do rio onde elas se criaram, você precisa ver essa série. Conversamos sobre livros, poesia, descobrimos que há vários artistas nessa família que nos recebia, com escritores, poetas e quando menos esperávamos já era avançada a tarde e precisávamos sair do rio para nos arrumarmos e irmos embora. Saímos dali muito felizes e a liderança do MMS que nos recebeu separou alguns dos maçonins que catamos para que levássemos. No dia seguinte, eu fiz um caldinho com os que eu catei. Vou colocar uma foto para que você possa saber como são os maçonins e para que eu possa, orgulhosa, mostrá-los, como fruto do dia especial que tivemos e das relações que tecemos entre mariscos.



Caldinho de maçunins que eu fiz, com os da cata do dia anterior.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Passamos a voltar, com alguma frequência, à casa da senhora que tanto me lembra minha avó, para visitar a ela e à família, sempre com muita festa e comidas e Gislei passou a escrever a história dela, com a intenção de lhe presentear. Houve mais uma surpresa, alguns dias depois daquela ida à maré, que me tirou algumas lágrimas: Yasmim recebeu a carta/mensagem a seguir, de autoria de Kézia Lavínia, adolescente que estava conosco, filha da marisqueira que nos convidou. Segue a carta dela:

““Conclusões de maré alta”

Era uma vez uma promessa que a maré levou, a promessa levava alegria, diversão e três corações, que brilhavam tanto quanto o fogo de tanta meiguice e histórias.

Os três corações precisavam conclusões tirar para saber se iriam ou não amar o que a maré tinha pra dar. O dia começou lindo e o manguezal enfeitava nossas vistas com deslumbrantes copas verdes e raízes escuras que guardavam vida. A canoa, familiarizada com as águas do rio, balança bem de leve, acalmando qualquer um que estivesse nela, como um braço de mãe balançando seu bebê.

Assim que chegaram do outro lado, as coisas simples nunca foram tão mágicas. Era facão na mão, assobio na garganta, e siri no balde. Criando cada vez mais histórias e comemorações.

Depois disso a maré chamou, e foram pro coração do rio, deram um chega pra lá no medo e se jogaram na água de fim de tarde. Os maçunim que se escondiam na lama eram tirados dela com gargalhadas e agilidade, o receio deu lugar para a empolgação e a alegria tomou conta.

Histórias foram contadas, compartilhadas e repartidas, tudo era quentinho e laranja como o pôr do sol.

O dia ficou tão longo que ficou curto e acabou, quando o sol já estava se despedindo e as estrelas pintando o céu com toques de brilhantes, a promessa finalmente foi cumprida. Os três corações concluíram muitas coisas e a maré os abraçou com tanto amor que decidiram voltar, e mais uma promessa cheia de alegria e agora conclusões foi jogada mais uma vez ao mar.

Mas antes de botar um ponto final nessa história, quero dizer o que eu concluí: ouvi em algum lugar uma vez que nós somos como folhas numa grande árvore do mundo, onde as coisas que nos ligam são o vento do destino, mas conclui que, em vez de uma grande árvore numa floresta sombria, somos como um pé de mangue, beijados pelo sol e agraciados pelos assobios encantadores das pescadoras emboladas em nossas raízes. Conclui que, em vez do vento, são as águas da maré que nos trouxeram a esse momento”.

(SANTOS, 2023)

Esse relato foi um pouco mais longo porque envolve mais acontecimentos e, sim, chamo de acontecimento para falar de algo que nos atravessou e nos transformou, como escrito por Larrosa (2002). A próxima ocasião a ser narrada diz de outro acontecimento que também me marcou. Em verdade, este tem várias etapas e culmina no Rio de Janeiro. Em junho uma das minhas coordenadoras de equipe me enviou um cartão online sobre uma oficina de escrita criativa para o XII Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e como não tinha nenhuma atividade que fosse prioritária para aquele dia, fui. Saí empolgada e um pouco instigada porque meus primeiros contatos diretos com agroecologia têm sido com o MMS e ainda assim, o tema não é central (ou pelo menos não era, para mim, até então) nos trabalhos que faço na equipe. Quando eu encontrei com a coordenadora, em reunião, poucos dias depois e falei sobre a oficina e como tinha me empolgado, ela me incentivou a construir um trabalho e tentarmos que a

Petrobras custeasse a ida e participação no congresso – afinal, existe previsão dessa despesa com viagens do tipo em nosso plano de trabalho. Dessa vez, a ideia já nasceu com um grande diferencial: a participação das marisqueiras! Como ainda tínhamos pouco mais de 5 meses até o evento, era possível que elas fossem também e eu teria tempo também para fazer o trabalho com participação ativa delas. Já sabendo que o CBA permite a participação de agricultores, pescadores artesanais e marisqueiras como autores e que havia a categoria de relato de experiência popular entre os trabalhos, enviei uma mensagem no grupo de *whatsapp* que temos (equipe do projeto de fortalecimento e lideranças do MMS) fazendo um convite, com algumas informações sobre o que seria.

Montamos um subgrupo e ao longo de poucos dias chegaram 8 marisqueiras interessadas em fazer parte da construção desse trabalho, Gislei também entrou (para me acompanhar e me ajudar com ideias) e uma trabalhadora da assessoria técnica entrou um pouco depois para compor com a confecção a atividade e participar do evento. Estávamos em plenos trabalhos de mobilização para o EPEAC (que eu te contei na primeira carta) e de organização para a I Feira da Cata ao Prato, então nos primeiros meses, nossa comunicação e atividades para o CBA foram todas online, através do grupo. Expliquei a elas que a ideia era fazer um vídeo para a submissão dos trabalhos para mostrar sobre as atuais condições de mariscagem no estado e as relações delas com os mangues e seus territórios e pedi que me dissessem o que achavam; não só gostaram, como já começaram a me enviar vídeos relatando como sobre os conflitos vivenciados ou mesmo mostrando os impactos em seus territórios. Essa parte do processo demorou algum tempo e logo após a primeira edição (muito amadora, mas de muito esforço para que ficasse bacana) montei um vídeo, enviado para apreciação no grupo do aplicativo e também expliquei que para o envio para o congresso, ele ficaria disponível no *Youtube*. Uma marisqueira que aparecia mostrando algumas mudanças pela ação humana predatória em sua comunidade pediu para que eu retirasse o trecho que mostrava seu rosto e deixasse apenas sua voz, pois tinha medo de represálias. Com a modificação feita e o vídeo aprovado por todas, o carreguei no site para acesso público e o enviei com a inscrição do trabalho para a organização do CBA. Contando assim, parece rápido e simples, mas essa parte do processo demorou cerca de 20 dias e envolveu vários desafios. Vou colocar aqui o resultado, para que você possa ver como ficou e conhecer um pouco da mariscagem atualmente pelas próprias marisqueiras.

Link para vídeo Condições de Mariscagem, territórios e Movimento das Marisqueiras de Sergipe (2023) na plataforma Youtube:

<https://www.youtube.com/watch?v=S92YpTSCqNA&t=38s>

Passada esta etapa, passamos a pensar a preparação para o trabalho e, concomitantemente, a coordenadora que me incentivou a ir começou as tratativas com a Petrobras para conseguir as passagens e diárias para nossas idas. A primeira atividade com as marisqueiras envolveu uma roda de conversa durante uma Feira de Orgânicos aqui na capital, com representantes da organização do CBA a nível local, para passar informações de como seria o evento e levantar informações gerais sobre os grupos interessados em ir. Nesse ínterim também íamos trocando ideias no grupinho do *whatsapp* e certo dia fui surpreendida com a mensagem de uma marisqueira, em meu privado, me perguntando (mas acredito que na verdade ela estava, mais do que qualquer coisa, se perguntando e refletindo) sobre agroecologia e o trabalho dela. Neste momento, o cansaço (que a essa altura era muito) tomou uma forma pequeninha e me emocionei em perceber que de fato elas estavam interessadas e pensando sobre o trabalho e suas realidades.

Nos meses seguintes duas das marisqueiras autoras, por motivos pessoais, desistiram da viagem, mais duas marisqueiras não autoras, a coordenadora e mais duas bolsistas decidiram ir para o Congresso também. Nossa coordenadora seguiu com as várias e várias negociações com a empresa financiadora para as compras de passagens das marisqueiras, pois as delas sempre envolvem muito mais burocracias do que as nossas (equipe técnica), enquanto eu e outra bolsista procurávamos hospedagens e fazíamos os levantamentos de voos para o Rio de Janeiro. Para nosso desespero, no mesmo fim de semana do CBA haveria os *shows* de RBD e o de Taylor Swift e o aeroporto de Aracaju estava sem voos diretos para o Rio. As viagens mais rápidas para lá duravam cerca de 6h ou eram de madrugada e nós ainda precisávamos contar com as 2 ou 3 horas de viagens que algumas das marisqueiras enfrentariam para chegar no aeroporto, além de estarem com os valores muito acima do comum, o que dificultou muito a liberação de compra pela Petrobras. Tivemos a confirmação de compra de todas as passagens e que receberíamos as diárias poucos dias antes da viagem, o que me deixava muito apreensiva e me fazia modular com muito cuidado conversas e possíveis expectativas a serem criadas com as marisqueiras.

No dia 14 de novembro nos encontramos, com estrutura de transportes do PEAC, na comunidade Ouricuri, em Estância, nos reunimos marisqueiras que iria par a viagem, bolsistas e trabalhadora do projeto de fortalecimento e outra trabalhadora da equipe que também é marisqueira, queria participar da discussão, mas não iria para o Rio. Fomos com uma metodologia preparada para falar sobre agroecologia, articular a temática com as condições de mariscagem e também sobre como seria a apresentação do trabalho. Fomos, mais uma vez,

surpreendidas com as dimensões que as marisqueiras encadearam e discutiram, entre agroecologia, trabalho, gênero e divisão do trabalho, exploração socioambiental e, mais uma vez, senti que todo os esforços para essa viagem acontecer valiam a pena. Uma outra forma de sentir algumas dimensões da contradição deste projeto e deste programa que eu vim parar.

Fomos para o CBA. Embarcamos para o Rio de Janeiro no dia 18 de novembro de 2023 e o congresso aconteceu entre os dias 20 a 23. Foram vários dias de diversão e de muitas trocas muito únicas e singelas, além de muitos conflitos porque também como viajar em grupo e não ter conflitos. No último dia do evento, as marisqueiras apresentaram o trabalho e dominaram a discussão, não só porque elas falaram sobre as condições de mariscagem, sobre seus cotidianos e processos de enfrentamentos e resistências. As discussões na sala que estávamos se entrecruzaram e foram várias as perguntas que fizeram para as marisqueiras e que elas fizeram para demais pessoas que apresentavam trabalhos. Foi tão bom participar desse momento e ver a culminância dos nossos trabalhos e esforços, tanto da equipe, quanto das marisqueiras.



Concentração do grupo pouco antes do início da abertura de apresentações na sala.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Eu escolhi contar um pouco – aqui foi um resumo de todo o processo para e do CBA – porque ele também trouxe mudanças para minha formação enquanto pós-graduanda e psicóloga. A viagem também teve reverberações para mim de como vejo o mundo e procuro me relacionar com as pessoas, em sentir uma felicidade em ver a felicidade de pessoas que se tornaram muito queridas para mim. Acredito, também, que essa experiência toda gerou efeitos, em diferentes dimensões, em todo mundo que participou diretamente dela. Porém, esse foi um dos vários acontecimentos e momentos vividos com as marisqueiras que foram permeados de

conflitos, de aprendizados, de trocas e de festas. Também permeados do sentimento conflitante para mim de fazer parte do projeto de educação ambiental que faz a roda do licenciamento girar, porque, afinal, também consigo ver as transformações que os contatos e relações proporcionadas – nestas circunstâncias – pelo PEA provocam.

Com menos amódio e mais conflitos,

Bia.

P.S. Mal acredito, mas comecei o processo de restituição com as lideranças do MMS na última reunião que tivemos (equipe do projeto) com elas.

4.2 CARTA DE REFLEXÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE DESREIFICAÇÃO

Aracaju, julho de 2024.

Querido Marcelo,

Tenho estado muito pensativa sobre o que há de potenciais caminhos para a desreificação da natureza e da ciência, ao mesmo tempo que me pego pensando nos enormes desafios e contradições aparentes nestas veredas. Lembrei-me agora de Habermas (2012) e eu não sou lá grande fã do que li, tampouco sou vasta conhecedora de sua obra, mas algo que ele fala me atinge mais do que nunca, hoje após ter conhecido a destruição das comunidades tradicionais pelo capital. Ele retoma de Husserl a ideia do *lebenswelt*, mundo da vida, para tratar dos aspectos da racionalidade instrumental que fazem o sistema invadir o mundo da vida (HABERMAS, 2012). Não vou me estender muito sobre esse ponto porque o li há tempos, mas essa discussão me parece fazer muito mais sentido agora porque tenho visto de perto o avanço

do capital, com aval ou mesmo parceria do Estado, destruir os elementos dos modos de vidas das marisqueiras e de outros povos tradicionais, destruir seus territórios e suas relações com eles e consigo. A instrumentalidade das leis jurídicas e de mercado gerando impactos que me parecem irreversíveis, à revelia da ciência e de seus aparatos técnicos.

Deixa-me respirar aqui porque neste momento a revolta me toma, até demais, a ponto de me fazer esquecer, por um instante, que há pensadores sérios e cientistas se debruçando em como reverter essa tomada do mundo da vida pela racionalização, em como desreificar nossas relações, em como parar a destruição da natureza e dos territórios. Nos últimos tempos, nesta ambivalente caminhada no PEAC, li e conheci muita gente (da academia ou não, ou mesmo com “um pé lá e outro cá”) comprometida com essas tarefas e em (re)construir um mundo de fato sustentável, em que possamos sonhar com um amanhã. Não raro, eu preciso um esforço para me lembrar de tudo isso porque a crise do “fim do mundo” me afeta bastante e produz modulações de afetos tristes. É um esforço do corpo em não se resignar.

Nesta seara, eu recuperei dois textos que me encontraram um pouco recentemente e que me provocaram bastante. Humberto Contreras (2011), em diálogo com Lukács, discute como a educação popular pode se dar para além do capital social e, assim, ele aposta na conscientização como um caminho para a desreificação. A aposta está na práxis educativa de uma educação sob a ótica ético-ontológica para romper com a lógica do capital e gerar emancipação. Nesse escopo da discussão, Contreras (2011, p. 145) prende minha atenção especialmente quando manifesta que “romper não significa corrigir ou reformular a lógica do capital, por ser a mesma incorrigível, mas transformar esperançosamente determinantes de que existe uma alternativa de superação frente à globalização capitalista”. Minha mãe sempre me disse que eu sou muito cética, para se referir a alguns assuntos específicos. Essa minha propensão ao ceticismo (em um sentido contemporâneo da vida comum e não no da escola helenística) me fez pensar por muito tempo que não tinha saída, que a catástrofe produzida pelo capitalismo para com um mundo que sustente a vida humana está dada. Nem tenho como expressar o que isso significa subjetivamente – talvez em outro momento, em outra pesquisa.

O fato é que irredutivelmente não há volta, nunca há retorno a estados anteriores de existência, assim aprendi com a Filosofia e com a própria Psicologia. Jamais voltaremos a ter uma natureza preservada como um dia existiu. Isso não quer dizer, porém, que não se possa lutar para criar ou fortalecer os modos de pensamentos e as práticas não reificadoras – reapropriar os modos de vida tradicionais, inclusive. A superação da exploração tem inúmeros desafios, até porque o capital tem várias estratégias para se infiltrar nos territórios e tentar minar

o que há de resistência. Algumas ações são antigas e mais óbvias, como a intimidação das lideranças ou mesmo infiltrar alguém na comunidade. Outras passam por uma certa sedução com promessas de trabalho ou de possíveis benefícios do progresso. Dessa maneira, vemos em algumas comunidades tradicionais pessoas trabalhando para os empreendimentos que contribuem para a destruição do território ou alguém que antes era marisqueira ou pescador tentando se tornar dono de carcinicultura. E aqui eu preciso dizer que não quero entrar na questão de se essas pessoas estão certas ou erradas, não me cabe julgá-las, até porque várias delas estão enfrentando em seu dia a dia dificuldades para manter suas famílias. Cabe aqui, apontar e pensar sobre as contradições que o mundo do sistema instaura, advindas da racionalidade que o capital adota para seguir avançando.

Nesse ínterim, as próprias compreensões e relações com a natureza mudam, tanto nas comunidades quanto na ciência. Recordo-me muito do laudo e outros registros do Baixo São Francisco, em como as pessoas mais velhas do Cabeço, já no Saramém, descreviam as casas e ruas de as águas do São Francisco subirem. Não apenas a arquitetura local que havia no Cabeço, como também, o cotidiano era descrito com uma orientação para as águas, como resumido no seguinte trecho:

uma mudança na importância que o rio teve outrora, quando as casas antigas eram construídas voltadas para seu leito, mas que não parece se manter nos dias atuais. Nesse sentido, as novas habitações parecem não mais reconhecer essa importância. Numa espécie de correlação de forças entre o rio e a rua, a rua é a opção de mobilidade preferida (MENDONÇA FILHO & CARVALHO, 2016).

São aspectos que parecem se repetir em várias comunidades afetadas por grandes empreendimentos ao longo de anos, na costa sergipana. E eu aqui, da academia, escrevendo essa carta para uma dissertação me pego com a pergunta do quanto a ciência e os currículos universitários estão aptos a enfrentar a questão socioambiental com o comprometimento e seriedades necessários. Em minha graduação, a maior aproximação com o tema foi através do PIBIC que fiz sob sua orientação, com análise documental dos arquivos produzidos durante os anos de perícia do laudo. Foi também o momento que comecei a ter contato com noções mais críticas do desenvolvimentismo e a me dar conta dos impactos que os empreendimentos do progresso geram. Até então, sabia que a criação de uma usina hidrelétrica emitia grandes quantidades de gases poluentes pela decomposição da área alagada e só. Em verdade, eu sabia um pouco mais, porém, um conhecimento que ficou esquecido até muito recentemente, talvez

pela forma como ele chegou até mim. Assisti a *Narradores de Javé* ainda criança, com minha mãe e a história muito me impressionou, mas não construiu, em um primeiro plano, um conhecimento sobre o tema. Recordei-me do filme há poucos anos, mais de uma década depois de vê-lo. Enfim, todas essas digressões são para dizer que, na educação formal, são raros (quando existem) as ocasiões em que se discute sobre os aspectos humanos dos impactos socioambientais, mesmo em uma formação com muito incentivo ao pensamento crítico – essa sorte, graças às deusas, eu tive.

Não sei se tem de fato alguma provocação ou reflexão interessante neste último parágrafo ou se apenas divagações. Tudo isto porque estava lendo Feenberg (2020) há um tempinho e um excerto me lançou de volta a algumas cenas de quando eu ainda cursava Psicologia, em que havia professores que adoravam dizer que eles sim faziam ciência e que tudo era mensurável. A partir de alguns diálogos com Marcuse e Heidegger, Feenberg (2020, p. 49) fala em um sentimento de perda com a simplificação da natureza, em que tudo pode ser limitado a “uma coleção de fatos mensuráveis” e que “a generalização, na compreensão pública dessa natureza simplificada, empobrece a experiência”. Tem outra coisa que ele fala nesse texto que me prendeu enquanto o autor traçava uma discussão sobre o movimento ambientalista e sobre a ansiedade com alguns desastres eventos da natureza – algo em sentido muito próximo do que tem sido nomeado como ansiedade climática. Para Feenberg, as pessoas não têm maior dimensão do quanto a ciência estaria apartada da natureza experiencial, porém compreendem muito mais facilmente “em termos das potencialidades da natureza em sustentar a civilização” (FEENBERG, 2020, p. 53). Parece-me que é como tem se sustentado a relação de pessoas mais urbanizadas com o meio ambiente e noto uma influência muito grande das redes sociais nessa modelação, mas este elemento é conversa para outra hora.

Feenberg também se debruça em pensar a desreificação e aqui eu começo a me encaminhar do porquê quis escrever essa carta e no final do último capítulo de discussão, com a sensação de que estou dando muitas voltas. Espero que ao final, eu consiga fechar o sentido do que queria dizer. O autor deposita nos movimentos sociais e no ambientalismo a esperança de uma reforma da ciência, próxima ao que Marcuse preconizou. Para Feenberg, esses movimentos podem modificar os rumos da ciência com a sociedade e instaurar uma relação com a natureza de reconhecer suas potencialidades, em detrimento de um sistema que preconiza a exploração econômica.

Assim que li este texto que acabei de mencionar, me lembrei do dia que entrei no mangue com as marisqueiras. Ora, eu já tinha lido e ouvido sobre o Bem Viver, já tinha escutado

peças de povos tradicionais contar sobre o modo como se relacionam com a natureza e como suas relações sociais são atravessadas por ela, como se entendem parte do meio ambiente. Eu sabia que a lógica produtivista, de exploração e do cálculo é fruto do capitalismo. Mas eu compreendi essas noções pelo meu corpo, em um outro tipo de inteligibilidade (da qual meu corpo disciplinado pela escolarização não tem costume desde que deixei de ser criança) quando entrei na maré com as marisqueiras. Vivi um outro tempo, do qual me perdi há tempos. Não vou me estender muito nessa experiência porque já contei sobre ela na carta anterior. Por que estou falando mais uma vez nisso, então? Porque eu tenho pensado muito que importantes pistas para a desreificação estão nas comunidades tradicionais, estão no mangue, estão com as marisqueiras, em um modo de vida que não tem a ver com o relógio, mas com o sol e a maré.

Digo isso, primeiro, pela minha experiência, do que me atravessou e de como eu senti o tempo naquele dia. A sensação de fazer parte da natureza. Eu acho que é algo que todo mundo tem quando é criança e vai perdendo à medida que cresce e precisa se docilizar para a lógica do mundo do trabalho. E por falar nele, no imperativo do trabalho que gera alienação e objetivação, filhos promíscuos do capitalismo, tenho entendido os modos de vida tradicionais como anticapitalistas em suas raízes.

São esses fatores que me fazer crer que há caminhos possíveis para a desreificação das relações. Não são, contudo, simples. O próprio capitalismo tenta minar as estratégias e resistências, pela ameaça, pela expropriação e pela criação de desejos condizentes com seus objetivos. Feenberg (2020, p.48) nos alerta para reformas que o capitalismo teria feito para tornar “a vida tolerável” concomitantemente a uma certa percepção coletiva de que “as coisas deram terrivelmente erradas nos últimos tempos”. Ora, tenho sérias dúvidas quanto a essa produção de elementos de tolerabilidade quando a comunidades tradicionais; talvez o lugar que ocupo atualmente nesta pesquisa não me deixe perceber este pensamento de Feenberg nas minhas andanças. A destruição dos lugares por onde tenho passado junto ao PEAC são muito perversas e expressivas, quando não há a instauração de uma crise para uma instabilidade permanente em que aos moradores restam os sentimentos de omissão e abandono.

Uma das infelizes consequências é que muitas lideranças comunitárias se sobrecarregam para assistir suas comunidades de alguma forma ou se constituem guerreiros em lutas incansáveis contra a destruição de seus lugares. Ora, não raro, nestes processos, essas pessoas se constituem importantes atores do controle social, se instruem para tanto, formam poderosas articulações políticas, obtêm conquistas importantes para toda uma coletividade e desenvolvem potencialidades. Não podemos, porém, romantizar esse processo quando ele acontece em

detrimento de um processo de destruição de suas realidades, em meio a escombros. Tenho visto um pouco disso de perto também. Algumas das marisqueiras com quem criei afinidades, carinho mesmo e me aproximei mais, são relevantes lideranças, com muita força em suas comunidades e se encaixam em todas esses aspectos que acabei de citar. São mulheres incríveis porque são mulheres incríveis (“fortes feito cobra coral” [MELODIA, 1973]) e, à parte isso, também se articulam para enfrentar poderes públicos ou privados que estejam prejudicando suas regiões. Contudo, há um custo imenso para elas, que vai desde se ausentar mais de suas casas, trabalhos, dentre escolhas pessoais de uso do tempo, até receber ameaças, sem falar na exaustão, ansiedade patológica, insônia etc, que costumeiramente relatam.

Enfim, não sei mais por onde ir exatamente, no que tudo isso que andei escrevendo aqui pode dar. Pessoalmente, sei que não quero mais perder as esperanças de que as coisas podem ser diferentes e de que há pelo que lutar, para sonharmos com um amanhã – clichê, eu sei, mas acredito ser um tanto necessário. Sei também que meu caminho agora é perto dessas mulheres, extremamente complexas, que me cativaram tanto. Meus caminhos seguem, mais do que nunca, para apoiar as lutas populares, as lutas por território e contra o avanço do capital.

Ainda um tanto cansada,

Bia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um verdadeiro amódio perpassa a experiência de compor o Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras de Sergipe. Um Programa de Educação Ambiental já nasce habitando a contradição, já que sua existência tem como fim mitigar danos e participar de processos de compensação ambiental, ao mesmo tempo que proporciona o licenciamento ambiental para exploração de recursos minerais. Discutimos, ao longo deste trabalho, como este cenário antitético aparece acompanhado de diversos atravessamentos de Estado e do capitalismo. Pudemos compreender como, conseqüentemente, fomenta-se uma ambivalência de afetos tristes e alegres em estar nesse campo, ao lidar com a destruição de comunidades tradicionais – e fazer parte da política de licenciamento ambiental – e em estar com as pessoas destes lugares e conhecer seus modos de vida tão singulares.

Com a escrita diarística das cartas ao orientador, foi possível perceber que também há uma burocratização do aparelho estatal que também se reflete no trabalho do PEAC, tanto em campo quanto no próprio cotidiano dentro da universidade. Este aspecto contribui para um clima de tensão e mesmo de frustração coletivo, que reverbera também nas relações pessoais entre trabalhadores, bolsistas e coordenações. Também vimos uma dificuldade interna ao programa em colocar certos modos de funcionamento em análise, ao que, por um movimento iniciado por trabalhadores, foi em parte rompida, gerando algumas mudanças.

Perante tal contexto, pudemos perceber elementos do processo de licenciamento que distanciam as comunidades tradicionais de seus modos de vida. Com as negociações da escolha, planejamento e execução das compensações ambientais que a empresa poluidora (nesta pesquisa, a Petrobras) está submetida a cumprir, as lideranças e suas comunidades, no embate de conquistas para suas regiões, entram na racionalidade da lógica do valor. Além disto, a atividade extrativista mineral leva a um aumento de acúmulo de capital que chega às comunidades tradicionais na forma de construção de empreendimentos que produzem outros impactos ambientais e, por vezes, aumento do custo de vida. Assim, vimos como se produz por ação do Estado em aliança com o capital, processos de reificação para os povos e comunidades tradicionais.

A combinação entre Estado e capitalismo não apenas expropria os modos de vida tradicionais, com o desmantelamento de seus territórios, mas fabrica, ainda, as zonas de sacrifício do capital. Estas designam locais o extrativismo ambiental das empresas poluidoras

acontece de modo bastante agressivo, para cumprir com os fins do avanço do capital, em detrimento da saúde e práticas culturais dos povos para com suas terras e águas. Essa conjuntura dispõe sobre a Injustiça Ambiental, permeada pelo Racismo Ambiental, em que se produz uma maior vulnerabilização para grupos tidos como à margem do capital, que habitam a periferia dos discursos periféricos. Nesta pesquisa, vimos alguns dispositivos deste funcionamento em Sergipe, porém, de maneira breve. Este tema, então, aparece como possibilidade para futuras pesquisas, que possam compreender de maneira mais objetiva e aprofundada de quais maneiras se instituem as zonas de sacrifício e seus efeitos no estado.

Outro tema que não pode ser investigado com maior afinco, dada sua complexidade, é a sobreimplicação nesta pesquisa e nos encontros com os campos. A reificação também se produz na relação de pesquisa e tal questão precisa ser analisada em todas as suas camadas em futuros trabalhos de Socioanálise. Contudo, foi possível realizar uma produção de análise coletiva das implicações, ainda que não de modo pleno, dada a ausência de análise das sobreimplicações.

A partir das cartas também vimos as experiências vividas com marisqueiras do Movimento de Marisqueiras de Sergipe, do cotidiano tecido, de relações construídas com uma política da intimidade, de encontros singulares. Com eles, entendemos um pouco sobre a relação das marisqueiras com o mangue e com o tempo, fora da lógica urbanizada do cálculo. Os atravessamentos de Estado ainda existiam, com as funções pesquisadora e psicóloga, porém essas vinculações não marcaram posições de hierarquias e as relações puderam acontecer de maneira um pouco horizontalizada. Vimos acontecer, por conseguinte, elementos de uma Psicologia que acontece fora dos seus clássicos *settings* terapêuticos, construída na lama, em meio a maunins ou ao redor de mesas de jantar, com muita música e compartilhamentos.

Com base em algumas dessas experiências com as marisqueiras e de outros trajetos com outras pessoas, indicamos que nos modos de vida tradicionais há importantes caminhos para a desreificação. Na medida em que as relações de povos tradicionais não acontecem mediadas pelas mercadorias, tampouco objetivadas, os entendimentos de tempo, de natureza e si são outros que não os pautados pelo capital.

É inevitável, então, retornar ao início destes escritos para marcar um sentido que este trabalho carrega. Dizer que a reificação passa por este corpo de pesquisadora, pelo meu corpo, também atravessado pela política ambiental, dada a função que ocupei neste PEA, é recobrar todas as incertezas, inseguranças e medos que foram produzidos no meu encontro com o campo.

Medo do fim de tudo que conhecemos, medo de expor algo que não pudesse vir a público, medo de falar e medo também de não falar e simplesmente acompanhar imóvel modos de funcionamento adoecedores. O resultado desta possibilidade seria adoecer junto. Então eu escrevi, escrevemos. Trazer para análise o tema da reificação na política ambiental e no PEA não é somente colocar em prática um trabalho em Análise Institucional, mas é também me colocar em análise e enfrentar os próprios medos para que não sejam eles a (não) darem a letra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babuçais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas. 2ª ed. Manaus: pgsca-ufam, 2008.

BAPTISTA, Luis Antonio. **A fábrica de interiores:** A formação psi em questão. Niterói: UFF, 2000.

BAREMBLITT, Gregorio. **Compêndio de análise institucional e outras correntes:** teoria e prática. 2ª ed, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1994.

BARROS, Regina; PASSOS, Eduardo. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCOSSIA, Liliana da (Org.) **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2014.

BECHARA, Erika. Uma contribuição ao aprimoramento do instituto da compensação ambiental previsto na Lei 9.985/2000. **Tese de Doutorado em Direito das Relações Sociais.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

BINSZTOK, Jacob. Passivos ambientais da Petrobras no estado do Rio de Janeiro. **Extra Classe,** Porto Alegre, dez. 2021. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/opiniaio/2021/12/passivos-ambientais-da-petrobras-no-estado-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em 27 mar. 2024.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, ANPED, n. 19, p. 20-28, 2002.

BRAND, Ulrich. Estado e políticas públicas: sobre os processos de transformação. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário:** debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

BRASIL, M. S. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. HumanizaSUS: clínica ampliada e compartilhada. **Série B. Textos Básicos de Saúde.** Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 2007. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 01 de abril de 2024.

BRASIL. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, ago. de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 28 de março de 2024.

CATHARINO, Tania. Formação de psicólogos, currículos e subjetividade. **Temas em Psicologia**, v. 6, n. 1, p. 9-19, 1998.

COIMBRA, Cecília. **Guardiães da ordem**: uma viagem pelas práticas *psi* no Brasil do “milagre”. Rio de Janeiro, RJ: Oficina do Autor, 1995.

COMPARATO, Fabio. Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro. **Cadernos IHU Ideias**, v. 12, n. 205, 2014.

CONTRERAS, Humberto. **A educação popular para além do capital social**: a conscientização como possibilidade de desreificação do ser social. Dissertação (Mestrado em Educação) – Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, p. 170, 2011.

DADIDOVICH, Fany. Estado do Rio de Janeiro: o urbano metropolitano. Hipóteses e questões. **Revista Geo UERJ**, v. 2, n. 21, 2010.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro, editora Graal, 1980.

ESCÓSSIA, Liliana da. **O coletivo como plano de coengendramento do indivíduo e da sociedade**. São Cristóvão, editora UFS, 2014.

FEENBERG, Andrew. Tecnociência e a desreificação da natureza. **Filosofia Unisinos**, v. 21, n. 1, p. 35-61, 2020.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção do Conceito**. Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro, Brasília: IPEA, 2015.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo. O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade. **Revista de Economia Contemporânea**, núm especial, p. 1-20, 2017.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984)**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

GIASSON, Moara. **A compensação ambiental e os instrumentos da política nacional de meio ambiente**. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Ciências Ambientais, Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, p. 112, 2015.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, 2012.

GUIMARÃES, Cristiano. **Aprimoramento da Avaliação de Impacto Ambiental de Petróleo e Gás Offshore no Brasil: Evolução e Desafios da Prática**. Tese (Doutoramento em Ciências em Planejamento Energético) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo 1: Racionalidade da ação e racionalização social**. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HERCULANO, Selene. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. In: **I Encontro da ANPPAS**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2002.

HESS, Remi. O movimento da obra de René Lourau. In: ALTOÉ, Sônia (org.), **René Lourau: Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004a.

IBAMA. **Nota Técnica n. 01/10**. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Diário Oficial da União, Brasília, 2010.

JORGE, Marco Antônio. **Fundamentos da psicanálise 2**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

KASTRUP, Virginia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCOSSIA, Liliana da (Org.) **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LOURAU, René. O instituinte contra o instituído. In: ALTOÉ, Sônia (org.). **René Lourau: Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: HUCITEC, 2004b.

_____. Objeto e método da Análise Institucional. In: ALTOÉ, Sônia (org.). **René Lourau: Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: HUCITEC, 2004c.

_____. Estudos históricos sobre a contrapedagogia. In: ALTOÉ, Sônia (org.). **René Lourau: Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: HUCITEC, 2004d.

_____. O Estado na Análise Institucional. In: ALTOÉ, Sônia (org.). **René Lourau: Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: HUCITEC, 2004e.

_____. Implicação e sobreimplicação. In: ALTOÉ, Sônia (org.). **René Lourau: Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: HUCITEC, 2004f.

_____. Processamento de texto. In: ALTOÉ, Sônia (org.). **René Lourau: Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: HUCITEC, 2004g.

_____. **René Lourau na UERJ: Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1993.

LOUREIRO, Carlos Frederico. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Vamos cuidar do Brasil: Conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: ME, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico; LAYRARGUES, Philippe. Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 53-71, 2013.

LUKÁCS, Gerog. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

MARTINI, Renato da S. A fenomenologia e a epoché. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 21-22, n.1, p. 43-51, 1999. <https://doi.org/10.1590/S0101-31731999000100006>.

MEDRADO, Benedito; SPINK, Mary Jane Paris; MÉLLO, Ricardo Pimentel. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: Spink, Mary Jane Paris.;

Brigagão, Jacqueline Isaac Machado; Nascimento Vanda Lúcia Vitoriano do; Cordeiro, Mariana Prioli (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

MELODIA, Luiz. **Vale quanto pesa**. In: Pérola Negra. Rio de Janeiro: Philips Records, 1973. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e7iyOf80btI>.

MENDONÇA FILHO, Manoel; CARVALHO, Clarisse. **Laudo de Perícia Socioambiental**. Aracaju: 2ª Vara de Justiça Federal, 2016.

NASCIMENTO, Yasmim. **Escutas e escritas com cheiro de mangue: Uma cartografia de uma produção própria de luta e de cuidado com o Movimento das Marisqueiras de Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, p. 137, 2023.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção n. 169**. 1989. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20169.pdf> . Acesso em 02 de abril de 2024.

PARKER, Ian. **Revolução na Psicologia: da alienação à emancipação**. 1ª ed, Campinas: Alínea, 2014.

PASSOS, Eduardo; EIRADO, André. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCOSSIA, Liliana da (Org.) **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

PEREIRA, Flávio de Leão Bastos. Desenvolvementismo e ecocídio: causa e (possível) consequência no contexto de ruptura das bases existenciais dos povos originários. **Boletim Científico Esmpu**, Brasília, v. 51, n. 17, p. 257-281, 2018.

PEREIRA, José Maria Dias. **Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil**. Cadernos do desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 121-141, 2011.

PIZZINATO, A; GUIMARÃES, D. J.; LEITE, J. F. Psicologia, povos e comunidades tradicionais e diversidade etnocultural. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. 3-8, 2019.

PLANALTO. **Mensagem n. 336 de veto à Lei 6938**. 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Mensagem_Veto/anterior_98/vep336-L693881.pdf. Acesso em 28 de março de 2024.

POZZANA, Laura. A formação do cartógrafo é o mundo: corporação e afetividade. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, pág. 323-338, 2013.

RODIN, Patrícia. Interseccionalidade em uma zona de sacrifício do capital: a experiência de mulheres negras, quilombolas e marisqueiras da Ilha de Maré, baía de Todos os Santos (Bahia, Brasil). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 23, 2021. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202133pt.

ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a História do Eu. **Revista Educação & Realidade**, v. 26, n.1, p. 33-57, 2001.

SANCHES, Luis Enrique. **Desengenharia: o passivo ambiental na desativação de empreendimentos industriais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
SILVA, T. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. 1ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SANTOS, Kézia Lavínia. **[Conclusões de maré alta]**. Destinatárias: Beatriz Lessa, Gislei Domingas, Yasmim Nascimento. Aracaju, 14 ago. 2023.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: Um grio ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Desigualdade e “zonas de sacrificio”. **Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado do Rio de Janeiro**, v. 21, 2006.

ZULATO, Murilo. **A quebra do monopólio nacional e o novo modelo de regulação para o setor petrolífero brasileiro (1997-2012)**. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, p. 149, 2013.